

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A moralização do tempo em *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)

João Luís Cardoso de Oliveira

Mariana
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A moralização do tempo em *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)

João Luís Cardoso de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Linha: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo

Mariana, 2019

C268m Cardoso, João Luís.
A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras:
experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica
brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834) [manuscrito] / João Luís
Cardoso. - 2019.
111f.: il.: color.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-
Graduação em Historia.

Área de Concentração: História.

1. Brasil - História - Abdicação, 1831 . 2. Historiografia - Brasil. 3. Educação
moral e cívica. 4. Educação - História. 5. Jussieu, Laurent de, 1792-1866. Simon
de Nantua. Português. I. Araujo, Valdei Lopes de. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81)(043.3)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



João Luís Cardoso de Oliveira

“A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)”.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 31 de janeiro de 2019.

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (Orientador)

Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (Membro)

Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Weder Ferreira da Silva (Membro)

Instituto Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Sudeste de Minas Gerais

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador e querido professor Valdei Lopes de Araujo, referência intelectual, profissional e humana. Por ter acreditado em mim, pela experiência do tempo iniciada em 2011, pela paciência, gentilezas e compreensão, por entender que a vida humana sempre será maior que prazos ou publicações, muito obrigado. Agradeço à Karina Anhezini (Unesp-Franca) e à Luísa Rauter (UFOP) que compuseram a banca de qualificação desta dissertação possibilitando alargar um vasto horizonte para esta pesquisa. À banca de defesa nas pessoas dos queridos professores Marcelo Rangel (UFOP) e Weder Ferreira (ifsudesteng), pela generosa leitura e elogio ao texto, pelo incentivo à continuidade dessa pesquisa, pela referência intelectual e humana que são. Foi um prazer ter dois amigos como membros da banca. Agradeço também ao Bruno Franco, por ter me ajudado e ensinado a escrever meu primeiro texto acadêmico e acreditado lá que inquietar-se com os caminhos da teoria da história e história da historiografia poderia ser um percurso interessante. Agradeço também pela bolsa de mestrado concedida pela PROPP/UFOP no período de um ano. Aos professores do PPGHIS André Freixo, Jefferson Queller e Sérgio da Mata com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas durante o mestrado. Agradeço a todos do PPGHIS que em algum momento foram solícitos a inúmeros pedidos de adiamento, trancamento de mestrado e reconsideração de prazos perdidos nos limites de tempos difíceis. A todos (as) funcionários (as) da UFOP que desde 2011 me receberam com sorrisos, gentilezas e me chamaram pelo nome, gratidão por tudo, por vocês e suas histórias tantas vezes compartilhadas.

Agradeço minha mãe, Isabel, pelo amor que não exige troca, pela oração, não pela reza que é falatório para não ouvir, como disse Rubem Alves, mas por orando, abrir vazios no silêncio, pelas trocas, pela presença, por ser, acreditar, estar, permanecer; abraçar tudo quando aparentemente meus dedos já pareciam não se moverem, por nunca me deixar esquecer quem já fui e sou e da realidade da qual vim, por caminhar junto, por acreditar em meus sonhos e ideias mirabolantes, por ouvir uns rap e certa vez no fim de um dia cansado dizer de forma doce: “isso é tão legal de ouvir, parece que fala da vida da gente néh”... Poderia fazer uma dissertação de mestrado só sobre ti, mãe. Minha irmã Victória por todo amor do mundo, pela força, pela resistência, pela coragem, caminho, pela luz da mulher que você é;

o mundo é teu nega, voa. Ao meu pai, Luís, amo você e te quero bem. Minha tia Regina, pela energia, pela conexão, amor, por você... Meus avós João e Cida, por serem luz e rezas todos os dias desde que posso respirar...Ao meu irmão/primo André do qual guardo todas as lembranças e saudades. A todos familiares que em algum momento se importaram.

Na trajetória que a gente traça, muita vida surge e nos inspira. Ao Luiz Gustavo por não ter desistido de nossa história de amizade, pela presença tanto na qualificação quanto na defesa desta dissertação, obrigado, amigo, sua trajetória me inspira. Ao Aguinaldo, meu xapa, pela amizade e trocas sempre muito significativas. À Aline Brunelli, por nos dias mais tensos em 2011 ter acreditado em mim. Ao Emerson Porto pelo samba e beleza de seu caminho, por ter feito da sua casa no Guarujá o meu lar para repousar em dias de extremo cansaço, pelo carinho. À Cristina e ao Rhadson que também fizeram de seu lar em Guarapari um refúgio para que eu pudesse descansar, e que na travessia literalmente salvou uma vida no carnaval de 2018, talvez esse trabalho só tenha sido finalizado graças você, meu caro. À Alessandra e Wesley pelo carinho e presente de conhece-los.

À Rafaela Tonin, pelo tempo, pelo apoio em quase todo processo e paciência, por uma pergunta no facebook, pela presença na qualificação, pelo ser, pela amizade que o tempo reservou e guardou, por tudo que de fato importa, pela experiência compartilhada da história, gratidão, é muita a te agradecer e por isso deixo aqui as reticências habituais... À Bisa pelo quadro de uma vida que me foi dado, por ter deixado mais que saudade, mas os traços e desenhos de uma mulher que no interior de um mundo tão machista, se quis em liberdade...Ao Ricardo e Andreia por terem me recebido em sua casa desde o preparo do projeto desta dissertação e boa parte de seu processo de elaboração, pelo carinho e tudo que envolveu ter me feito parte de uma família, um parágrafo é o mínimo que vocês merecem pela grandeza do que foram e significaram nesse meu processo de formação.

Agradeço ao Jônatas Godoy, mais que um amigo, um irmão, que reencontro lindo nego; por ter me trazido pra perto de mim, me lembrar quem eu sou, já fui e posso ser, pela Magia, por me mostrar o sentido e significado da palavra gratidão. Ao amigo Diogo Benatti pelo carinho e apoio que nunca esquecerei. Ao Marcos Vaquinha, pelo tempo em Ouro Preto, carinho, amizade e receitas ensinadas. À Agnes, pela amizade, afeto compartilhado, pela companhia, pizzas infinitas, risadas, por botar fé, por acreditar na nossa troca, por entender minhas piadas, por tudo que me ensina, por me inspirar, por estar certo dia no mesmo local

e horário que eu; Ao amigo Jefferson Talles, pela amizade, por sempre passar lá em casa, pela confiança; ao Saulo pela tradução realizada, pela troca e por ter me chamado pra conversar em um dia difícil; à Ana Carolina (Dunha), pelos conselhos e sorriso que contagiou vários dias, ao Braima (na memória) pelos dias que compartilhamos com a bola nos pés e conversas sobre viver, que assim como você ainda permaneçam. Aos amigos (as) que fiz em Ouro Preto, Mariana, Bauru, Assis, Guarapari, Rio, Amparo e em tantos lugares que passei.

Ao Carlos, Hugo e Vensam Iala, primeiros companheiros de casa na universidade; aos amigos (as) de Unesp-Assis e à moradia, onde tudo começou e dos quais guardo imenso carinho e saudades. À República Taqueupa e às moitas onde morei por 3 anos e todos com quem dividi o teto e vizinhança. Agradeço ao Marco Sávio (Marcão), por em Mariana ter sido a primeira pessoa a abrir a porta de uma casa pra mim, quando às 6 da manhã, sem hesitar, vendo um estranho sem dinheiro para voltar pra São Paulo bater à porta da República Zona pedir abrigo o acolheu, ofereceu teto e apresentou a cachoeira que mais amo em Mariana, a Serrinha. Aos amigos que fiz no tempo de agregado na República Tigrada em OP, por terem me mostrado toda exceção. Agradeço a Repúblicas 4 Coisas pela consideração inúmeras vezes demonstrada. Aos amigos e amigas do 11.2 pelos anos. Agradeço ao Snooker Raiz, ao Jardim de Mariana, à Rosângela, o Seu Jadir, o Sagarana, Barroco, Glácio e todos os espaços e casas que já me receberam em suas gentilezas... Agradeço a comunidade da Prainha, bairro Santo Antônio em Mariana onde tive a alegria de morar e ser lindamente acolhido. Agradeço a todos com quem já pude dividir um teto, compartilhar e ocupar espaços, que me ajudaram a ser uma pessoa melhor e hoje ter orgulho do que me tornei. Agradeço à História, que me ensinou e ensina todos os dias a não fechar com golpistas, fascistas, autoritarismo, machismo, homofobia, racismo, xenofobia e toda forma de exclusão, segregação e destruição da dignidade humana.

Agradeço ao rap, ao funk e à música de forma geral pela sua atmosfera, ao Muay Thai por condicionar corpo e a mente em tempos difíceis; ao meu mestre Patrick Arcanjo e Liliane pelo ensino de excelência e à Equipe Nak Thai, assim como aos colegas de treino que trocam e emprestam seus corpos para aperfeiçoarmos a arte e técnica. Agradeço à Equipe Inside de Amparo pelo aprendizado inicial.

Agradeço ao esporte, música, literatura e poesia, mas também à cannabis por amenizar longos dias de ansiedade, depressão e ajudar na escrita, aguçando a criatividade e tornando esse trabalho possível. Em tempo, nada diferente de sua legalização e descriminalização faz sentido.

Seria impossível aqui citar todos e todas que cruzaram meu caminho de maneira significativa, que somaram, que me ensinaram e pude ensinar, o que ser e o que não ser. Mais do que agradecer aqui, torço para que nessas trocas possa tê-los feito sentir de belo tudo que me deram desde quando comecei; às utopias que carrego, sem as quais pouca vida haveria e que fazem “um rapaz delicado e alegre, que canta e requebra” seguir sem medo.

Agradeço a todos e todas que passaram pela minha vida neste tempo, que somaram, colaram junto, que porventura possam não figurar aqui em nome, pois já são 4:21, enfim, a todos os amores e paixões marianenses, ouro-pretanas, amparenses e mundanas em seus sentidos mais amplos, que um dia tocaram em minhas mãos e pisaram juntos os mesmos terrenos, gratidão, o mundo é nosso. Gratidão, amo vocês, e “o amor deixa marcas que não se podem apagar”.

Pude compreender durante a escrita desta dissertação que apesar de toda beleza da teoria, que “amar e mudar as coisas me interessa mais”, que “enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto”, e seguirei cantando com todos os ventos, que nada aqui se faz sozinho.

Nossas jornadas são coletivas, plurais. Algumas vitórias não são só nossas....

CARDOSO, João Luís. *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado está dividida em três capítulos. O primeiro analisará a experimentação brasileira da experiência da história aberta pelo movimento da Abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho D. Pedro II em 1831, assim como o comportamento da imprensa periódica no tocante ao evento. Discorrendo desde sua repercussão até ao aparecimento sintomático da obra *Simão de Nantua ou o mercador de feiras de Pierre de Jussieu*, na semana que antecederia a Abdicação. O processo aberto pela Abdicação geraria um desejo por setores conservadores, de regenerar Portugal no Brasil, desejo este findado pela morte de Dom Pedro I em Portugal em 1834. Utilizando dos fios condutores lançados com o evento analisa assim o processo de aceleração do tempo histórico pelo léxico instrumentalizado na imprensa periódica e livreira na tentativa de produção de um clima histórico estável. O segundo capítulo analisa os debates e situações que puderam gerar a emergência da obra de Jussieu no Brasil, a recepção da mesma na França, o debate sobre as edições em língua portuguesa, suas apropriações no Brasil, a instrução elementar no Brasil como prelúdio de um projeto moral para a nação recém independente, dentre outros aspectos fundamentais que revelam como Brasil e França, a partir da mesma obra e em contextos e situações diferentes buscaram produzir formas e medidas para conformação social em torno de objetivos comuns. Realizando assim uma análise sobre como a recepção e disseminação de uma obra pode ser sintomática aos quadros sociais e políticos que estavam em curso. O terceiro e último capítulo se detém a uma leitura e análise detalhadas de toda a obra francesa, publicada no Brasil e usada como livro de educação moral e cívica durante todo o Império do Brasil após seu lançamento; assim como sua linguagem sentimental de viés romântico buscará conformar uma experiência da história que teria na moral moderna de Nantua possivelmente sua maior fonte para tomada de decisões. Tal esforço deve ser visto também como um trabalho de historiografia brasileira da educação e história da educação, neste caso, através da educação moral e cívica no Brasil Império.

Palavras-chave: Simão de Nantua; História da Educação; Historiografia Brasileira; Educação Moral e Cívica; Linguagem Sentimental; Brasil Império;

CARDOSO, João Luís. *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

ABSTRACT

This master's dissertation is divided into three chapters. The first analyses the Brazilian experimentation of the historical experience opened up by the Abdication move made by Dom Pedro I in favor of his son D. Pedro II in 1831, as well as the behavior of the daily press in relation to the event. Detailing from its repercussion to the symptomatic appearance of the work *Simon de Nantua, Ou Le Marchand Forain* written by Pierre de Jussieu, in the week which precedes the Abdication. The process opened by the Abdication, would create a desire in most conservative sectors to regenerate Portugal in Brazil, a desire which would end with the death of Dom Pedro I in Portugal in 1834. Making use of the tensions created by the event analyses the process of the acceleration of the historical time by lexicon used as an instrument by the daily press and book publisher in the attempt to produce a stable historical setting. The second chapter analyses the debate and situations that set up the conditions for the emerging of Jussieu's work in Brasil, its reception in France, the debate about the editions in Portuguese, the appropriation of it in Brasil, its use in the elementary education in Brasil as a prelude to a moral project to the recently independent nation, among other fundamental aspects which reveal how Brazil and France, starting from the same work but in different contexts and settings, tried to find ways and create measures to achieve social conformity towards common objectives. The chapter creates an analysis about how the reception and dissemination of a literary work can be symptomatic to the political and social framework in place at the time. The third and final chapter focuses on the reading and detailed analysis of the entire French work published in Brazil and used as Moral and Civic's textbook across the entire Brazilian empire after its launch; as well as its sentimental language with romantic tone will try to shape a historical experience which would have in the modern moral of Nantua possibly its greatest source for decision making. This thesis should also be seen as work on Brazilian historiography of education the history of education, in this case through moral and civic education in the Empire Brazil.

Key-words: *Simão de Nantua*; Education History; Brazilian Historiography; Moral and Civic Education; Sentimental Language; Brazil Empire.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1	
Experiência da história, imprensa periódica e aceleração do tempo: da Abdicação ao abdicar da vida (1831-1834)	6
Capítulo 2	
Moralizar o tempo, modular as maneiras: linguagem romântica e narrativas sentimentais: <i>Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras</i> na (re)organização do Império.....	19
I.I - A Sociedade de Instrução Elementar francesa e a recepção da obra na França.....	19
I.II - O debate em torno das edições em língua portuguesa.....	22
I.III - <i>Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras</i> : possibilidades para seus usos e apropriações no Brasil (1831-1834)	29
I.IV - O debate em torno da Instrução Elementar no Brasil: o prelúdio de um projeto moral e sentimental para a nação.....	34
V - Produção de uma linguagem sentimental e romântica no contexto brasileiro: problemas teóricos, usos e apropriações.....	36
VI - A obra <i>História de Jose de Faro ou o mercador ambulante</i> e a acusação de plágio das Obras <i>Simão de Nantua ou o mercador de feiras</i> e suas Obras Póstumas.....	49
Capítulo 3	
Apresentação à obra <i>Simão de Nantua ou o mercador de feiras</i>	55
I.I. Linguagem sentimental e educação moral na obra <i>Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras</i> entre a França e o Brasil.....	57
I.II. Classificação dos capítulos do livro de acordo com a natureza do conteúdo: <i>Conselhos Práticos, Edificação de valores, Educação Cívica</i>	98

Prólogo.....102

Referências Bibliográficas.....103

Anexos

Imagem 1. JUSSIEU, 1867. Capa de abertura da edição.....55

Imagem 2. JUSSIEU, 1875; p.10. Representação do mercador Simão de Nantua, presente na última edição localizada. Seguido na mesma página de abertura por um de seus conselhos, presente no último capítulo da obra.....56

Imagem 3: JUSSIEU, 1967; p.10 - Simão de Nantua vai à feira de S. Claudio.....65

Imagem 4: JUSSIEU, 1967; p.49. Conversação com um mendigo.....72

Imagem 5: JUSSIEU, 1967; p.70. Proclamação sobre as vantagens da vacina.....80

Introdução

A presença escassa de pesquisas sobre a obra e sua aparição sem muita ou quase nenhuma análise por setores de estudos em história da educação e sua completa não identificação pela historiografia brasileira, nos levou nesta pesquisa a uma apresentação completa da obra de Pierre de Jussieu, *Simão de Nantua ou o mercador de feiras*, no terceiro e último capítulo, explorando uma leitura de sua linguagem no âmbito da formação e constituição dos Estados modernos, incluindo o brasileiro, e sua influência no campo do discurso por uma linguagem aqui compreendida por sentimental.

Além de tais aspectos, esta parte da dissertação irá privilegiar a apresentação detalhada dos principais trechos da obra de Pierre de Jussieu, tecendo análises de leitura de referências sociais e políticas caras à época em questão para a tessitura de um tempo histórico, no que podemos considerar uma tentativa hermenêutica. Neste sentido, o terceiro capítulo irá se ater a estes objetivos supracitados, de fundamentalmente apresentar a obra pouco conhecida no cenário brasileiro e de análise pretendida inédita, referenciando brevemente com fortuna crítica que busque compreender o cenário. Pela construção narrativa desta dissertação, recomendo que a ordem da leitura seja feita a critério do leitor. Pode-se começar pelo último capítulo, ou mesmo pelo primeiro.

O personagem Simão de Nantua, que caminhava como mercador havia 40 anos reuniria em si todas as faculdades morais do espírito que serviriam de base para o equilíbrio do homem moderno; suas andanças o credenciavam perante a opinião pública como uma espécie de mestre das ciências do espírito humano, da ordem, da temperança e do asseio público nos moldes dos bons costumes burgueses e da prudência:

Eu faço votos, aos meus amigos, para que sejais prudentes e felizes (Capítulo XXXVIII).¹

Simão de Nantua andava de feira em feira, havia mais de 40 anos, não tinha enriquecido, mas havia ganhado experiência. (JUSSIEU, p.7)

Em um tempo onde as referências do passado como modelo estavam em dissolução, geradora de uma forte crise de representação, a *experiência* adquirida por Simão de Nantua

¹ Este trecho do último capítulo e Simão de Nantua é citado no prólogo da obra.

não seria valorada no sentido usual de experiência como um espaço tradicional antigo, mas antes, como experiências adquiridas no bojo de sua profissão moderna de mercador, no contato diário com novas dinâmicas e ordenamentos sociais modernos, pessoais e julgadas suficientes para serem "transcritas" pelo seu companheiro de viagem como modelo de civilidade.

Como veremos na análise e apresentação desta obra, é possível notarmos que Simão de Nantua, em suas andanças como mercador, e pela evocação do narrador testemunha de sua memória e aprendizado, é transmissor de uma espécie de etnografia memorialística, pois "antes que falasse tinha visto, ouvido, e meditado muito" (JUSSIEU, p.8). Não se trata aqui de dar validade ao repertório de conhecimento de Nantua nos moldes de produção de uma escrita e compreensão moderna do tempo histórico, mas antes de produzir no leitor, nas escolas e locais de instrução moral, a partir de um registro descritivo de uma cultura material, objetiva ou não, comprovável ou não, "adquirida" pelo viajante mercador em sua trajetória na produção de efeitos de sentido; que aproximasse o público maximamente, produzindo efeitos desejáveis de ordem e moralidade caros à época. O que estava em jogo com a produção narrativa de Simão de Nantua, era a produção de modos de viver, de um modelo e *topos* de ação e bons costumes caros à sociedade francesa e ao mundo moderno ilustrado europeu, ou nas chamadas modernidades periféricas, como entendo ser o caso do Brasil, onde a obra será usada como manual de educação moral durante todo nosso período imperial nas escolas. Como a própria escrita permite notar, a obra de Jussieu, justamente por seu caráter de transformação, da vida de uma sociedade em transição, é uma obra inacabada, sempre em aberto, por evocar uma perspectiva moral discipular imediata no leitor. A obra se estrutura em apresentar valores e eixos morais que possibilitem formas de bem agir quando exposta a sociedade a tais entraves e novidades.

A questão em torno das modernidades múltiplas e periféricas, modernidade como pluralização ou mesmo a noção de modernidade alternativas, pensada por Daniel Arão Reis², possibilitam pensarmos como que tais noções teóricas podem refletir o clima vivido pelo

² A noção de modernidades alternativas trabalhada por Daniel Arão Reis também pode ajudar a refletir como que as modernidades como no caso a brasileira, se relacionaram com os movimentos que emergiam na Europa desde o século XVIII. Para mais ver: REIS, Daniel Aarão & ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Brasil como contexto da Abdicação de Dom Pedro I, no calor dos eventos, receberam influências dos movimentos liberais europeus, neste caso, fundamentalmente da França. O compêndio aqui apresentado foi utilizado no Brasil no curso de todo século XIX. Sua linguagem e histórias servirão de base para que periódicos e escolas do período fundamentem no interior do Império a produção do que aqui denominamos por amenidades, em outras palavras, uma forma de controle ou domesticação dos ânimos da sociedade, em um dos momentos de maior intensidade e disputas no campo político, que acabará por estender-se como obra moral durante todo nosso Império, como também veremos no decorrer desta dissertação.

O cenário vivido pelo Brasil, recém-independente e ainda vinculado a alguns espaços e signos portugueses, principalmente por ainda possuir um monarca que era português e sua base econômica ainda se assentar na escravidão, não carecia de repertório suficiente para firmar suas bases de autonomia e produção de sentido para o espaço político e social que estava em disputa. Para tanto, os jornais da época vão utilizar de um repertório e de uma linguagem caras ao espaço europeu, principalmente o francês, seja pelo impacto da Revolução de 1830 ou mesmo por suas literaturas, como é o caso da obra aqui analisada. Desta forma, a obra de Pierre Jussieu será lida como parte de um projeto de educação sentimental e moral mimetizado da modernidade francesa europeia e apropriada pela modernidade periférica brasileira, mesmo que denominar por moderna a década de 1830 no Brasil ainda se mostre por vezes um desafio à historiografia brasileira ainda colonizada. Não desprezo aqui a ideia de que o Brasil também estaria inserido nos quadros da ilustração e sofreria impactos das transformações que estavam em curso na Europa havia séculos. Por isso, o caso brasileiro será lido aqui como uma modernidade periférica, pela sua leitura e reverberação poder ser sem muita dificuldade identificada nos trópicos.

Agradeço ao comentário de Weder Ferreira sobre o fato de que há realmente que se relativizar este conceito, de modernidade. Do ponto de vista político, a Constituição do Império do Brasil era vista, no contexto das restaurações pós-Viena como um exemplo de texto liberal. Lembrando que na Espanha e, posteriormente em Portugal, as experiências liberais acabaram na dissolução das Cortes e na devolução do poder absoluto a Fernando VII e D. João VI, como, por exemplo, no episódio de Vila Francada. A Prússia e outros países do zollverein só conheceram uma constituição que suprimiu os direitos feudais e garantiu as

liberdades políticas em 1849. Conta-nos Isabel Lustosa, em sua biografia sobre Pedro I que quando este chegou em Paris para organizar um exército de mercenários para invadir Portugal, os políticos franceses o acolhiam com curiosidade e certa admiração por fundar um imenso Império e conseguir dotá-lo de uma Constituição.

Para Eisenstadt, na modernidade, tornou-se mais difícil a manutenção numa sociedade de todo monopólio de sistemas localizados de sentidos e valores, de uma forma impositiva de sentido. O pluralismo da sociedade moderna e a multiplicidade de modernidades descritas por Eisenstadt proporcionou que os sentidos modernos pudessem ascendentemente não ser controlados, monopolizados ou impostos em sua forma internacional e mais dificilmente em suas formas locais, podendo assim sofrer apropriações para casos específicos.

Por outro lado, Luckmann e Berger (p.48) afirmam que “se a teoria da secularização se aplica a algum lugar em geral, este lugar deve ser a Europa Ocidental”. Neste sentido, parecem não considerar o pluralismo da secularização a partir do caráter internacional de tal realização, olhando por uma perspectiva euro centrada, desconsidera o papel da secularização nas sociedades periféricas, mesmo que nelas tal secularização tenha por projeto o produto secular europeu da Ilustração. Países periféricos e de passado e presente coloniais, como o Brasil, fundamentalmente a partir do início da década de 1830, a partir da internacionalização literária e ideais dessa literatura, como é o caso da obra de Jussieu, também passaram por processos de secularização, mesmo que considerado mais o âmbito da produção de narrativas morais e sentimentais sobre tal questão em um primeiro momento após suas independências. A obra de Jussieu apesar do viés cristão de moralidade, também intensificaria uma narrativa que privilegiasse o campo secular e a imagem do mercador, que por sentir-se livre faz a escolha pelo mercado ao invés da vida religiosa, onde essa se mostra ainda fundamental, mas não mais central.

Eisenstadt aponta que o programa cultural da modernidade que se desenvolveu na Europa, com as formações institucionais básicas que ali emergiram resultaria por dominar todas as sociedades modernas. A ideia de modernidades periféricas pressupõe que a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo e explicar a história da modernidade é vê-los como uma história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais.

Desta forma é possível justificar a proposta deste texto e o movimento por vezes necessário que terei de incorrer em exercícios tidos por anacrônicos, para dialogar com discursos próximos à nossa realidade brasileira, ou de deixa-la livre para que o (a) leitor (a) produza suas próprias comparações, exatamente duzentos anos após o lançamento da obra de Pierre de Jussieu na França e cento e oitenta e sete anos após sua primeira citação no Brasil, segundo foi possível identificar em documento. Fruto de uma necessidade pessoal de tocar o presente com esta pesquisa, a fim de mostrar que a modernidade, vista como ruptura com um modelo antigo e com o regime absolutista, pode e deve também ser lida como a instauração de novos modelos, e sobretudo formas de perpetuar uma lógica burguesa egoísta que se desdobrava e se desdobra no âmbito da linguagem de nossa política atual, em campos que tendem a moralizar a política e a vida, sobretudo nos campos educacionais e sexuais em suas múltiplas relações com o corpo.

Neste sentido, uma modernidade que ao mesmo tempo que é tida como ruptura, também se instaura como permanência, constituindo-se ora como movimento aberto, ora como continuidade de modelos sociais e econômicos burgueses atrelados a um passado revelado também como nostalgia, incerteza e medo pelo que sempre despontava no horizonte de possibilidades. Não me arriscarei, tampouco passarei perto de uma desejada história do tempo presente, mas em relacionar situações análogas quando da produção da obra em seu tempo histórico e continuidades morais e discursivas que ainda aparecem no campo discursivo da linguagem no Brasil atual. Não acredito incorrer em anacronismo, tampouco em comparar épocas, o que desejo aqui, é olhar para o passado como um espelho invertido, apontar as permanências de um passado congelado na memória, que faz o Brasil sangrar até os dias atuais não apenas pelas permanências da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) ou do pensamento escravocrata, mas pelas permanências discursivas muito anteriores, desde a década de nossa Independência Nacional.

Capítulo 1

Experiência da história, imprensa periódica e aceleração do tempo: da Abdicação ao abdicar da vida.

Entre os objetivos deste estudo tomamos por base a possibilidade de analisar as continuidades e descontinuidades nas narrativas históricas produzidas em periódicos, assim como a significação da disputa política no período regencial como contexto do 7 de abril de 1831. Procurando identificar as formas como os discursos e narrativas históricas se desdobram nesses periódicos em um momento de efervescente mobilização política e disputas existentes entre as elites e grupos locais.

O acompanhamento das narrativas e debates expostos nos periódicos do período em questão poderá nos revelar como tais discursos e estratégias ganham forma e são utilizados por diferentes grupos nas questões político-sociais que se colocam à época. Neste contexto, o momento vivido pelo Brasil sofre forte impacto dos acontecimentos que eclodem com os movimentos revolucionários liberais europeus, que permitem gerar uma forte instabilidade política, assim como intensas transformações e aceleração do tempo, onde novas formas de relacionar-se com o passado e experimentar o presente se colocam como desafio no interior de um Estado Nacional em construção³.

Um das possibilidades a se pensar com base nas discussões dos periódicos é o ajustamento de conceitos, narrativas e metáforas no interior da conjuntura político-social brasileira, e como esses debates se manifestam em periódicos, como é o caso do “*A Aurora*

³ Sobre a ideia de aceleração do tempo ver: Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Neste sentido podemos pensar que as disputas que se colocam nos periódicos, refletem o clima de instabilidade e aceleração típico da época, onde as disputas pelo passado e o clima de efervescente mobilização política exposta pelos liberais procura desvincular a identidade brasileira de seu passado português, caracterizado como opressor e bárbaro. Eventos revolucionários como a própria Revolução Francesa em 1789 e principalmente a Revolução de 1830 na França foram fundamentais à incorporação de signos na disputa política brasileira nos anos que seguiram aos eventos, como será apontado no decorrer deste texto, priorizando a relação do evento francês de 1830, que culminou com a Abdicação de Carlos X, provocando movimento análogo no Brasil no ano seguinte. Esse processo de aceleração também pode ser percebido no próprio léxico instrumentalizado, já que há inclusive uma disputa sobre os significados dos vocábulos pelos agentes da época.

Fluminense”, nos possibilitam identificar as tensões que se desdobram, identificando o clima histórico que envolvia tais debates e movimentos⁴.

Desta forma, o período de 1822 até a década de 1830 consolidará um novo cenário, o nacional, que já não poderá ser completamente resolvido nos quadros da ilustração tardia, surgindo ao longo da década de 1830 novos modelos que organizarão em termos nacionais a identidade brasileira. Procuramos entender a conjuntura política que se coloca ao período regencial, partindo da abdicação de Dom Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, sem abandonar os momentos que antecedem e de certa forma organizam as tensões presentes no contexto pós-Abdicação. Procuramos, dessa forma, pensar o período regencial pós-Abdicação além do político ou da reconstrução de seus movimentos, mas também no âmbito conceitual, das relações que as narrativas nos periódicos expressam em relação ao tempo histórico, assim como suas relações com o passado brasileiro e sua vinculação ao português.

Acreditamos existirem argumentos nos periódicos que mobilizam passado e futuro instaurando uma espécie de disputa pelo significado da história nacional. Todavia não atribuímos a instauração de uma disputa pelo passado como algo que emerge estritamente no momento da Abdicação, mas como uma disputa que se coloca de forma distinta aos eventos anteriores, com sua fisionomia própria e características específicas, dada as mobilizações políticas que preparam a Abdicação, assim como seu momento posterior, estendendo-se até a morte de Dom Pedro I em 1834.

Procuramos, neste texto, elaborar hipóteses e apontamentos de pesquisa que procurem compreender e abrir espaço para o estudo do período passando por suas formas conceituais e mobilização da linguagem política, de uma intensificação do debate político que necessariamente passasse pela imprensa periódica, reverberando para um ambiente externo ao seu e ampliando as disputas entre grupos locais ou mesmo por um passado português

⁴ Entendemos por clima histórico ou atmosfera histórica o que Hans U. Gumbrecht denomina por *Stimmung* – uma experiência que sugere a presença de um toque material. Tal toque material em nossa concepção produz sentimentos de desalento e desconsolo (uma espécie de clima e experiência que toca os corpos dos indivíduos interiormente) impossibilitando sua compreensão através de conceitos. Cf. Hans U. GUMBRECHT, Uma rápida emergência do “clima de latência”. In *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010. Valdeci Araujo destaca que juntamente com a abertura de um campo de experiência marcada pela modernização do conceito de história associa-se a descoberta da existência de climas históricos naquilo que denomina através de Gumbrecht, como a segunda cascata de modernidade. A partir deles, os homens do início do XIX acreditavam poder se relacionar com o passado em termos de apresentação e representação destes climas, e assim, passaram a criar estratégias no objetivo de se relacionar com o passado.

não mais desejado, que não estivesse mais vinculado ao *topos* dos trezentos anos de escravidão ou ao despotismo e Antigo Regime. O que estava em jogo era a produção de uma distância histórica com Portugal enquanto possibilidade de afirmação nacional.

O papel desempenhado pela imprensa periódica, assim como a crescente expansão dos impressos⁵, é fundamental para a compreensão do movimento das disputas políticas que se colocam antes e após a abdicação de Dom Pedro I. Valde Araújo destaca, que “a expansão da imprensa revelava uma dimensão ocidental ou mundial da história que deveria ser controlada para a tomada de decisões, fossem elas pessoais, comerciais ou políticas”⁶ Consideramos que as ações e importância dos impressos como condição de possibilidade para a manutenção da política não surge estritamente no ambiente do Sete de Abril, mas em momentos anteriores, que preparam e de, certa forma, organizam os movimentos e ações políticas que se colocam. Já em 1827 o periódico “*Aurora Fluminense – Jornal Político e Litterario*”⁷ em sua primeira edição destaca:

Tais são os princípios, e tal é a profissão de fé dos que se puseram à frente desta empresa literária. A liberdade da imprensa, que se acha proclamada no Brasil, é a arma poderosa, que nossas ainda jovens e débeis mãos, devem aprender a manejar com destreza, para lutarem contra o despotismo, e contra o governo absoluto⁸.

Os periódicos nesse ambiente “não se colocavam como meros veículos, mas como mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos”⁹, que criaram a possibilidade de politização e aceleração do debate nos espaços

⁵ Um dos principais fatores que exemplifica tal aceleração e multiplicação dos impressos no Brasil, na primeira metade do século XIX, pode ser notado através de uma análise e pesquisa das datas de fundação dos periódicos do período, notando assim sua multiplicação e expansão. Para mais, ver: NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

⁶ ARAUJO, Valde Lopes de. “Observando a observação: sobre a descoberta do Clima Histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820” In José Murilo de Carvalho & Adriana Pereira Campos (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 81-303

⁷ Destacamos que os periódicos aqui utilizados estão disponíveis no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que os seguintes trechos foram transcritos para a língua portuguesa atual, no objetivo de facilitar o aprofundamento e leitura dos mesmos. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

⁸ BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Litterario*. Rio de Janeiro, n.1, Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1827, p. 2.

⁹ Cf. Marco MOREL. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>> Acessado em: 20 de Agosto 2014.

públicos. A possibilidade de utilização da imprensa como “*arma poderosa*”, assim como a necessidade do aprendizado para manejá-la, caracteriza a forte necessidade de sua utilização como condição para a intensificação do debate. Desta forma, os homens que se colocam frente à imprensa reivindicam-se como portadores da responsabilidade de mediação e intensificação de tais movimentos, na busca da produção de uma distância histórica com o passado.

Januário da Cunha Barbosa, em 1830, destaca em seu texto para o periódico *Império do Brasil: Diário Fluminense*, que “a civilização marcha prometendo-nos um futuro mais desassombrado: o Governo tem dado provas de que respeita a opinião pública”¹⁰. Tal afirmação de Barbosa aponta para as imagens de uma aceleração do tempo que estava em curso, necessárias em um contexto que se preparava para uma ação de ruptura na cena pública. A marcha descrita por Barbosa evidencia dessa forma, a movimentação por um progresso e pelo distanciamento de um passado não mais desejado, apontando a necessidade de ação, e de uma marcha que aponta para um futuro mais desassombrado, que não mais se vinculasse ao despotismo e ao Antigo Regime. A metáfora utilizada por Barbosa, ao se referir a uma marcha da civilização, aponta de certa forma para possibilidade e intuito de uma negação de seus adversários políticos, assim como para uma disputa pelo passado que estava em pauta. Desta forma, Barbosa destaca que:

Este Brasil, até hoje tão oprimido, tão humilhado por ingratos, é o objeto do vosso e do meu entusiasmo. Não sofrerão aqueles que o Brasil elegeu por livre escolha que a sua glória, o seu melindre, passem pelo mínimo desar. Do dia 7 de abril de 1831, começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros, e livre¹¹.

Mais do que afirmar-se politicamente, o que estava em jogo era a negação de um passado português que não mais se vinculasse à história do Brasil, portanto, para que tal empreendimento fosse possível, a intensificação do debate pela imprensa era condição fundamental, tanto para interesses e quadros políticos específicos entre exaltados e moderados quanto para a produção de uma distância histórica ‘inevitável’ e desejada. Januário

¹⁰ BNRJ. SPR. Império do Brasil: Diário Fluminense. Rio de Janeiro, n.96, Sexta-feira, 01 de Maio de 1830.

¹¹ BNRJ. SPR. Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, n.470, segunda-feira, 11 de abril 1831

da Cunha Barbosa utiliza, desta forma, de uma retórica impressa que busca a afirmação de um começo para o Brasil, pensado enquanto realização de uma nacionalidade como um princípio mais forte do que àquele relacionado à Independência, da naturalização de um lugar específico de nascimento, onde o Brasil que seja dos brasileiros, livre.

A pressão e movimentação de uma retórica impressa que viabilizasse as disputas políticas contra o absolutismo e o despotismo refletem o “tão desejado clima de continuidade entre os acontecimentos europeus e brasileiros” (ARAUJO; SILVA, 2011: 75-95).¹² Tais movimentos supracitados, trazem a tona o clima de transformações que se estende desde a Revolução Francesa, encontrando espaço no contexto da Independência e intensificando-se com as Revoluções de 1830, principalmente a do caso francês, conhecida como Jornada Gloriosa de Paris¹³. Pensando para além de uma continuidade entre os acontecimentos, podemos destacar a presença de um forte desejo de sincronização, de adaptação de tais eventos ao ambiente brasileiro que se formava. Neste sentido, Gumbrecht destaca que:

Há uma noção de início da Idade Moderna que, enfatizando acontecimentos famosos como a descoberta do Novo Mundo ou a invenção da imprensa, subsume os movimentos e as mudanças que criaram a impressão de “deixar para trás” o que fora até então chamado de ‘Idade das Trevas’ (GUMBRECHT, 1998: 9-32)¹⁴.

Ainda que Gumbrecht esteja se referindo a uma “noção de início da Idade Moderna”, com eventos que não se colocam à época que estudamos, vale destacar que a invenção da imprensa é fundamental para a compreensão dos movimentos que se desdobrarão até o século XIX, cooperando para uma aceleração do tempo que se estabelecerá através de uma cultura impressa, e se intensificará durante o presente século. Uma de nossas hipóteses é que a imprensa, no sentido colocado por Gumbrecht, reivindica-se como produtora e agente

¹² Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia Historia*, Nº. 45, 2011, pp. 75-95.

¹³ Para um contexto dos movimentos que preparam a abdicação e os momentos posteriores a ela ver: Marco MOREL. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Citamos acima uma aparente longa duração que se apresenta de forma rasa em um primeiro momento, o objetivo de sua citação é do destacarmos de forma pontual os eventos que influenciam tais movimentos nos momentos anteriores e posteriores à Abdicação de Dom Pedro I, sem abandonarmos as publicações que se colocam entre eles.

¹⁴ Cf. Hans Ulrich GUMBRECHT. *Cascatas de Modernidade*. In: Modernização dos Sentidos. São Paulo: Ed. 34, 1998. pp. 9-32.

intensificadora de uma aceleração¹⁵ necessária e inevitável, que se apresentará na espécie de um laboratório das práticas políticas. Deixando para trás, não mais uma “Idade das Trevas”, mas um passado português que ainda que estivesse presente já não era mais desejável, como discutiremos a frente.

A imprensa periódica reivindica seu estatuto de mediadora e porta-voz de uma civilização, pressupondo a existência de uma forte relação de disputas pelo passado em um presente que se dilata, apresentando-se de forma instável e acelerada, que já não permite a captação de seus sentidos. Araujo, ao se referir à emergência de uma cultura histórica que tinha como seu principal veículo o jornal, assinala que “um dos efeitos nem sempre notado dessa expansão do impresso, e particularmente a dos jornais, foi a forte sensação de aceleração do tempo que caracteriza a modernidade” (ARAUJO, 2011: 281-303) ¹⁶.

A forte sensação de aceleração do tempo cria a necessidade de mediação da distância histórica, onde no mesmo texto o autor destaca que os articulistas dos jornais agem na tentativa de afirmarem o papel fundamental dos periódicos, o de “resumir e guardar os principais fatos do tempo, constituindo-se ora como uma história do tempo presente, ora como uma espécie de arquivo ou anais” (ARAUJO, 2011: 281-303). Tal empreendimento denota a crise de sentidos e representação então vigente, que se transpõem do cotidiano para os periódicos, onde o turbilhão de novos eventos que eclodem no final do século XVIII impossibilita a apreensão do presente através de exemplos do passado, nos moldes do *topos* ciceroniano da *Historia Magistra Vitae*, descrito por Koselleck, onde “a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador” (KOSELLECK, 2006: 41-60).¹⁷ A história, no sentido exposto por Koselleck, se afasta de seu caráter pragmático, onde o *topos* ciceroniano sofre certa dissolução no interior de um Estado moderno em transformação. O mundo moderno e sua aceleração enfraquecem e tornam estreitas as possibilidades de apropriação e apreensão do presente através de exemplos do passado,

¹⁵ A ideia de aceleração do tempo e de um momento de intensas transformações políticas que se colocam e agem sobre entes fundamentais, gerando um forte clima de instabilidade é pensado por Reinhart Koselleck, como já citado acima.

¹⁶ ARAUJO, Valdeí Lopes de. “Observando a observação: sobre a descoberta do Clima Histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820” In José Murilo de Carvalho & Adriana Pereira Campos (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 281-303.

¹⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. In: *Historia Magistra Vitae*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. pp. 9-32.

exigindo assim uma nova dinâmica para sua compreensão. Os periódicos, no sentido supracitado, adquirem papel fundamental na emergência de uma história do tempo presente, onde a impossibilidade de se aprender com o passado e utilizar seus modelos para ação gera a necessidade de registro do presente, seja através de anais, arquivos ou até mesmo em periódicos, como é o caso.

Tentaremos demonstrar igualmente que os periódicos agem como força centrípeta e centrífuga no contexto da Abdicação, portadores de uma força que se desdobra não somente no âmbito da circulação dos periódicos, mas que refletem o forte caráter de instabilidade política. Neste sentido, os periódicos são portadores de uma dinâmica própria e de certa multivalência, pois, na medida em que age e articula o corpo de eventos que se colocam, também é ultrapassado por eles, que impõem sua dinâmica nas publicações.

A ideia de uma força centrípeta que se revela ao mesmo tempo como centrífuga nos periódicos é resultante das forças dos eventos exteriores que atuam sobre o corpo de suas publicações na medida em que os ultrapassam, gerando assim uma aceleração em seu interior, impulsionando-o a reivindicar-se como mediador de uma sociedade em movimento. Podemos reforçar a perspectiva de uma força centrípeta, no sentido em que ela converge para si tais valências e movimentos, ao mesmo tempo em que as amplifica para um mundo que é externo ao seu. Em uma sociedade que vive uma forte crise de representação, essa instabilidade acaba convergindo na imprensa e se potencializando. Um trecho do “*Aurora Fluminense*” do dia oito de abril de 1831 exprime o estatuto de mediação reivindicado pela imprensa no dia seguinte à Abdicação:

"O Brasil, tornamos a dizer, não quer a desordem, não dará jamais ouvido a desorganizadores; mas dá-los-á sempre a Cidadãos corajosos, que velam pela sua prosperidade, e que pela imprensa lhe descobre as tramas de seus inimigos (...)"¹⁸.

As tensões existentes nos periódicos e sua necessidade de agir como mediador de uma sociedade representam o momento e o clima que se apresenta, onde diversos interesses e situações se colocam no interior de um Estado Nacional em construção e sua necessidade de consolidar-se. A imprensa periódica mais uma vez se apresenta como possibilidade para a

¹⁸ BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.469, 08 de Abril de 1831.

mediação e intensificação política e de luta contra o despotismo. Neste sentido, é possível pensarmos que os atores políticos que se colocam frente à imprensa como contexto da Abdicação reivindicam e percebem, no interior de tais movimentações, que o problema dos climas ou atmosferas são passíveis de serem representados, seja através da imprensa como no caso supracitado, ou a partir de outros meios. Reconhecemos que o problema dos climas históricos e sua compreensão carecem de uma análise mais abrangente que procure entendê-los em sua maior complexidade.

Uma das questões incontornáveis deste estudo aponta para uma diferenciação, ou melhor, para uma comparação necessária entre um projeto de escrita da História do Brasil a partir de um modelo institucional já conhecido, pela criação do IHGB em 1838, e um modelo de registro ou escrita de uma história a partir da via impressa periódica. Seria possível denominarmos por historiografia contemporânea àquilo que periodicamente era registrado nos jornais à época? Ou devemos tratar tais escritos apenas como anais e registros de posições demarcadas pelas esferas políticas e sociais? Se concordamos que uma história contemporânea estava sendo escrita nos periódicos fora das vias institucionais, seria o caso de apontarmos para uma urgente necessidade de reformulação da compreensão que temos do conceito de historiografia brasileira?

Não se trata de comparar a forma do meio impresso ao modelo moderno de escrita da história, ambos possuem finalidades distintas. O primeiro atua como mobilizador presente da opinião pública, dos entraves políticos, tomada de decisões e orientação popular, o segundo na constituição principalmente de identidades e projetos nacionais, pelo julgamento da posteridade a partir da reescrita da história pautada no rigor da análise documental. Antes, trata-se de pensar a via impressa periódica como modelo emergente no Brasil de uma história contemporânea, que serviria, sobretudo, para orientação de camadas políticas para tomada de decisões.

Diferente do modelo de orientação temporal clássico que pautava suas orientações a partir de narrativas fixas e não passíveis de reescrita, estabelecendo-se ora como a verdade da posteridade, ora como “garantia” de uma estabilidade a partir da orientação, a narrativa dos jornais atuará por uma via de mão dupla, tentando, de um lado, produzir estabilidade e orientação para o presente a partir da captação de sentidos da cena pública e política, de outro agiria como intensificadora de demandas políticas. Desta forma, a imprensa periódica atua

como catalisadora de um tempo, acelerando ou desacelerando a experiência da história a partir de seu projeto editorial. Em uma publicação de 1831, fica evidente esse duplo caráter, ao afirmar que:

(...) de todos os *fanatismos*, o mais nobre é aquele que se acende no fogo do *amor a pátria*: podem lamentar-se os desvários, trabalhar-se para que tenham termo, condenar os agitadores da multidão; mas é impossível recusar um tributo de admiração e simpatia a homens, que, em 20 anos de luta, ainda se lembraram de descansar no repouso da escravidão, nem tem querido tornar ao jugo ignominioso da Metrópole¹⁹.

É possível notar que além de preocupado em mobilizar uma modalidade de linguagem sentimental, a saber, a linguagem do amor, e de proporcionar uma (re) organização mínima da sociedade, traria também no bojo de seu projeto editorial a negação do passado português e da condição colonial. Era preciso, neste sentido, através da linguagem do amor, mobilizar a opinião pública e firmar as bases de nossa independência pela caracterização de nosso passado pelo lugar da ignomínia, da degradação social, da humilhação, horror e miséria. Desta forma, a reivindicação da imprensa como porta-voz da sociedade traria também como finalidade o enfraquecimento de projetos que objetivavam a permanência de bases portuguesas no Brasil. Era preciso acelerar a história e produzir um distanciamento cada vez maior com o espaço de experiência atrelado à relação portuguesa com o Brasil. Assim, os projetos e setores moderados da imprensa periódica estariam associado à necessidade de uma descontinuidade luso-brasileira pela negação de um passado visto como opressor e bárbaro, mesmo que para isso fosse necessário justificar o fanatismo pela simpatia à pátria, transformando o primeiro (que seria uma das molas do movimento revolucionário), em uma virtude a serviço da pátria, atitude esta que dificilmente estaria presente nos quadros editoriais do jornal após o Sete de Abril do mesmo ano. Ao lançar mão do uso da palavra fanatismo, o periódico “Aurora Fluminense” estaria se ocupando de um conceito muitas vezes utilizado para “frear o carro revolucionário” e reduzir o projeto político e editorial exaltado. Não é novidade em nosso meio de pesquisa e debate sobre os oitocentos, o apontamento sobre as modificações e experimentações da experiência do tempo a partir da

¹⁹ BNRJ. SPR. A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, n.440, sexta-feira 21 de janeiro de 1831. Grifos meus.

noção de aceleração do tempo, proporcionada pelos eventos revolucionários, que ajudaram na dissolução de um modelo tradicional de experimentar o tempo pautado na experiência.

Aparentemente, para a geração que à época da Independência eram estudantes e que agora estariam inseridos nos quadros intelectuais e políticos na regência de Pedro II, tratava-se, assim como para Chateaubriand na França de 1830, nas palavras de François Hartog, “de partir de um diagnóstico feito sobre o presente e registra-lo”, “para reconstruir a partir de um novo plano”, visto como aperfeiçoamento e progresso²⁰. Desta forma, defendemos a ideia de que o meio impresso deva ser pensado enquanto a produção de uma narrativa histórica e orientadora para produção de equilíbrio no presente, a partir da produção de sentidos por diagnósticos que permitissem alguma identificação e orientação espacial em um ambiente em processo de intenso movimento e transformação. A modernidade brasileira da primeira metade da década de 1830 tratava do desafio de construir sempre um novo plano, de tecer todos os dias um novo tempo, que se esvaziava na medida mesmo em que dele se tentava apropriar, a partir de uma história escrita “ontem”, de uma história que não tinha um IHGB como lugar institucional e autorizado, que talvez nem ao menos pudesse se compreender enquanto tal, mas que nem por isso deixaria de ser uma historiografia brasileira, sistematicamente não organizada, e por isso em construção tampouco sistematizada sob critérios institucionais para a escrita ou decoro. Ali, fora dos espaços institucionais, e anterior a eles, no caso brasileiro, uma história do Brasil estava sendo escrita, contemporânea.

Imagine uma peça teatral, tendo-a em mente pense em sua construção e elaboração artística que passem necessariamente por um ensaio fechado, restrito ao público, pelo posicionamento ideais dos jogos de luzes e ocupação dos espaços pelos corpos. Em determinado momento, antes da realização final de todo esforço, que é a estreia em uma forma estética impecável, a organização lhe convida para assistir um ensaio que terá como objetivo a reprodução do ideal nos moldes do desejo final, que seria, no limite, uma apresentação maximamente estável de um projeto, ou não, se pensarmos nas contingências que sujeitam toda ação. Tudo isso compreendido enquanto desejo e expectativa, desejo em relação uma mínima organização no presente com vistas ao futuro (estreia), e expectativa compreendida enquanto possibilidade de realização de um projeto, de preparar e garantir ao futuro uma organização máxima.

²⁰ HARTOG, 2014. p. 134 e 135.

Em um futuro aberto e incerto, acelerado pelo processo aberto com a Abdição, era preciso ao projeto impresso dos periódicos tratar o presente como um ensaio, que produzisse uma sensação de realidade imediata, seja pela presença de um público leitor, ou mediada pela tessitura de um tempo que estava embutido em seu projeto editorial com vistas a uma realização final, como é possível notar na publicação do texto de *Antonio Borges da Fonseca, Redator do Repúblico*, no jornal *A Aurora Fluminense*, do dia 8 de abril de 1831, um dia depois da Abdição de Dom Pedro I, afirmando que incluiria na edição "*a seguinte proclamação, que nos apressamos em inserir na nossa folha, vista a uniformidade de sentimentos em que estamos com ela*", que dizia:

Compatriotas. Ao depois de tantos sofrimentos, teve de ceder o ingrato à vontade Nacional. Porém com que glória, Brasileiros, fizemos a Revolução? Como, com tanta facilidade nos regeneramos? E ?pasma? seguramente uma tal revolução: nem um exemplo deu ainda nação alguma de libertar-se com tanta ufania sem derramar uma só gota de sangue: ainda em parte alguma o Povo e a Tropa se irmanou tanto para a defesa de uma só causa, a Causa da Liberdade Nacional. Mas, concidadãos, ainda muito nos resta, resta a conclusão da grande Obra incetada. Creio que de alguma sorte ei merecido o vosso conceito; é tempo de moderação²¹.

Tratar o período correspondente ao recorte aqui analisado enquanto metáfora ensaística pressupõe uma tentativa de demonstrar que o momento histórico em jogo estaria aberto às mesmas formas de produção que estão presentes em uma elaboração teatral, a saber, nos movimentos, nos jogos, na técnica, a mudança, sujeito à radicais de transformação inesperados. Não se trata, portanto, em situar um dos momentos mais ricos e conturbados da história brasileira oitocentista em um enquadramento limitado pelo palco, mas de colocar a imprensa periódica como o palco possível para exibição para um projeto de nação e organização desta, que teria em seu bojo a possibilidade de diversas readaptações. Suas ações no mundo e inferência no tempo histórico estariam no âmbito da recepção, da crítica, do que

²¹ BNRJ. SPR.. *A Aurora Fluminense*, edição 469, sexta-feira, 8 de abril de 1831. Pensando na perspectiva das "famílias" de periódicos, o *Aurora Fluminense* deixará paulatinamente de fazer referências ao desaparecido jornal *Sentinela do Serro*, quando seu redator passou a assumir uma posição mais radical em relação ao projeto do redator do *Aurora*.

vem depois. Para Antônio Borges da Fonseca²² e o projeto político e social moderado, era preciso tecer para o presente e futuro um cenário de amenidades políticas, organizado pela moderação dos sentimentos e maneiras, controlando as excessivas paixões e seu desdobramento, que seria o fanatismo, do qual seria acusado o projeto exaltado.

Buscou-se compreender como a imprensa periódica representa e interfere no cenário político da época, gerando um clima de instabilidade e aceleração do tempo, refletida pela mesma ou pelo mundo externo ao deles, onde na medida em que inseria no bojo de sua argumentação uma transição moderada para tomada de decisão revelava também as relações sociais, seus climas, humor e representações. A necessidade de compreensão de tais questões mostra-se fundamental para o aprofundamento e contribuição ao estudo de um momento de intensas transformações e ruptura na cena pública e para fundamentação desta pesquisa.

É neste sentido que a imprensa periódica moderada reunirá em seu escopo formas de se lidar com o tempo presente, além de reunir e revelar um tempo histórico que confluiria para si, em seus projetos editoriais; na real necessidade de que pela linguagem pudesse produzir sentido para o projeto político moderado que colocava em curso todos os dias em suas edições. As referências à obra Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras seria um grande fio na composição e conformação moral caras à época, na tessitura deste tempo de intensas modificações na esfera pública. Sua permanência no Brasil por todo o Império, até onde essa pesquisa se permitiu analisar, denota o a importância de seu conteúdo e de relação direta com o projeto de Brasil moderado que se colocava perante a Abdicação de Dom Pedro, e do que ali, fundamentalmente, se pretendia inaugurar.

²² Antônio Borges da Fonseca. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Borges_da_Fonseca>. Acessado em 08 de agosto de 2017.

Capítulo 2

Moralizar o tempo, modular as maneiras: linguagem romântica e narrativas sentimentais: *Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras* na (re)organização do Império

I.I - A Sociedade de Instrução Elementar francesa e a recepção da obra na França

“Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras” é uma obra de leitura francesa. A obra de leitura foi utilizada por instituições escolares para a instrução moral e cívica dos alunos no curso do século XIX. Simão de Nantua é o principal personagem da obra, que através de suas viagens e experiências adquiridas seria apto a todos instruir nos moldes de civilidade caros à época, outro é seu parceiro de viagem, o narrador-testemunha. A narrativa da obra se concentra em condenar e reduzir os diferentes vícios comportamentais da sociedade pela exaltação dos conselhos concedidos por Simão, respaldado por sua experiência. Publicado na França em 1818²³, escrito por Laurent Pierre de Jussieu²⁴, a obra de instrução cívica e moral seria premiada pela Sociedade de Instrução Elementar pelo incentivo financeiro de um anônimo, por ser “conveniente à instrução moral e civil dos moradores da cidade e do campo”, e seria adotado no Brasil no curso do século XIX. Em 1829, Jussieu daria continuidade à sua obra, com o título de “Obras póstumas de Simão de Nantua, a obra, segundo sua própria capa explícita “mereceu da academia francesa um prêmio extraordinário procedente da Fundação Montyon²⁵”.

A edição francesa de 1880, em seu prefácio, traz um breve texto a respeito de sua recepção na França no século XIX, afirmando que:

Nenhum livro de literatura adotado nas escolas obteve tanto sucesso como o Simon de Nantua. Os números de

²³ JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J. P. AILLAUD, GUILLARD e c^a., 1867.

²⁴ Para uma breve biografia do autor Laurent-Pierre de Jussieu: < https://fr.wikipedia.org/wiki/Laurent-Pierre_de_Jussieu>. Acessado em 15 de maio de 2017.

²⁵ Edição de 1853.

suas edições são incalculáveis; a tiragem aumentava a cada ano em sessenta mil exemplares. A primeira parte de *Pouvra*ge foi *coroad*a/*eleita*/*consagrada* pela Sociedade para a instrução elementar e a segunda pela Academia francesa que lhe concedeu o prêmio Monthyon. As frequentes *remodelações/reedições* alteravam não apenas o texto, mas também o espírito; sabemos haver a necessidade de recuperar um e outro recorrendo à primeira edição. É o livro de fé restaurado e rejuvenescido que oferecemos hoje ao público escolar. O Editor²⁶.

A presença de uma espécie de balanço do sucesso da obra na edição de seu sexagésimo segundo ano de publicação denota o quanto a obra de Jussieu fazia parte de um projeto de educação ou pedagogia da nação pela via da moral que se pretendia permanente.

A *Sociedade de Instrução Elementar* foi incorporada na França em 17 de junho de 1815, às vésperas de Waterloo. A composição da sociedade reuniria a cúpula dos ilustrados de aspecto político liberal do primeiro império. A Sociedade teria como finalidade "recolher e divulgar as luzes para chegar à classe de pessoas o tipo de educação moral e intelectual mais adequado às suas necessidades". O texto de fundação afirmava que "convencido de que a educação é o primeiro meio para formar homens virtuosos, amigos da ordem, sujeitos às leis, inteligentes e industriosos, e pode basear uma liberdade significativa e felicidade duradoura e verdadeira dos estados, os membros da Sociedade atendem ao fim de encorajar seu estabelecimento na França, de escolas primárias organizadas de acordo com os métodos de ensino mais perfeitos, para se propagar e desenvolver esses métodos²⁷."

No que tange à orientação religiosa dos membros da Sociedade e sua relação com a forma de conhecimento que seria transmitida pelo projeto de ensino, o texto destaca que:

Os primeiros membros da Sociedade eram principalmente crentes ou pelo menos respeitosa da religião; mas, convencido de que ela havia se tornado incapaz de conduzir

²⁶ JUSSIEU, Laurent de. *Simon de Nantua ou Le Marchand forain*. Libraire Colas. Paris, 1880. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k109174w/f5.item.r=Nantua.zoom>>. Acessado em 20 de junho de 2017. Tradução minha. Grifos meus.

²⁷ Original: Avant-Propos. Aneun livre de lecture adopté dans les écoles n'a eu autant de succès que Simon de Nantua. Le nombre de ses éditions est incalculable; le tirage montait chaque année à soixante mille exemplaires. La première partie de *Pouvra*ge a été couronnée par la Société pour l'instruction élémentaire et la seconde par l'Académie française qui lui a donné le prix Monthyon. De fréquents remaniements en avaient altéré non seulement le texte, mais encore l'esprit; nous savons en avoir dû recourir à la première édition. C'est le livre à la fois restauré et trajecté que nous offrons aujourd'hui au public des écoles. L'Éditeur. In: Société pour l'instruction élémentaire. Disponível em <<http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=3647>>. Acessado em 16 de maio de 2017. (Tradução minha)

as pessoas (...) eles queriam fazer-lhe o seu lugar especial(...) não era para destruir ou para combatê-la, mas para ajudá-la, eles estavam usando a instrução²⁸.

O projeto ilustrado presente no bojo das projeções elaboradas pelos membros da Sociedade não excluiria a presença do religioso no corpo social ou mesmo de seus membros, antes, deslocaria o sagrado ao foro interior privado do indivíduo, que só poderia ser invocado no sentido em que não se colocasse como medida um ensino ou projeto de organização que se pretendia laica. A incapacidade do religioso em conduzir as pessoas, aponta não para um esgotamento do sagrado no corpo social, mas para sua dissolução no corpo institucional e medida para suas tomadas de decisão, e fundamentalmente, para uma laicização das instituições que tinha berço no século XVIII²⁹.

Neste sentido, o artigo 3º do estatuto definiria que:

(...) os fundamentos da religião e da moral são essencialmente inseparáveis; mas vamos ter que subtrair para os clérigos o privilégio pertence a eles, para dar a este tipo de instrução um desenvolvimento sucessivo (...); No entanto, esperamos que, em nossos esforços, a cooperação e apoio de ministros, já que a religião que é cercada por uma proteção especial à infância, à miséria e pobreza; que revelou toda a dignidade moral de nossa natureza; que chamou todos os homens para uma moralidade e um destino comum³⁰.

O estatuto é claro em não abstrair os aspectos e fundamentos religiosos enraizados na sociedade, mas em seu projeto, o religioso e a composição de sua cúpula não seriam protagonistas, mas coadjuvantes em uma sociedade que passava progressivamente a se

²⁸ Trechos presentes em: Société pour l’instruction élémentaire. Disponível em < <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=3647>>. Acessado em 16 de maio de 2017. (Tradução minha)

²⁹ Para uma noção sobre o processo de secularização e laicização das narrativas a partir do Iluminismo e sua relação com a compreensão da história ver: CLOULET, Ana Rosa. Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII. História da historiografia, Ouro Preto, número 04, março de 2010, p. 75-87. Sobre questões que dialogam neste caminho, a autora também cita: ARAÚJO, Valdeci Lopes & PIMENTA, João Paulo Garrido, “História”, in: JÚNIOR, João Feres (Org.). Léxico da História dos Conceitos políticos dos Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, pp. 12-140. Afirmando que “registrava-se o esforço pela laicização deste campo do saber: uma noção de “história” enquanto “categoria una e abrangente” a qual aparece como “indicativa de um processo de unificação do passado em torno de uma referência única [...], além de implicar consenso em torno da prevalência da história profana à história sagrada”

³⁰ Idem.

organizar por aspectos laicizantes, ou, em outras palavras, em um processo de secularização da sociedade ainda em curso. A conjunção do Estatuto pode ser lida como moderna no sentido de reconhecer a impossibilidade de contornar o religioso como medida moral presente na sociedade francesa. Como veremos à frente, a obra de educação moral *Simão de Nantua, ou o mercador de feiras*, buscaria descrever o personagem Simão como um viajante que buscava aprender a valorizar os conteúdos religiosos relacionados à moral, mas que optou, por ausência de vocação, por deslocar seu conhecimento para fora do claustro divino, e que por meio de suas andanças espalharia sua sabedoria pela via de sua representação como mercador, imagem esta fundamental à definição do homem moderno. A ata da reunião de 13 de dezembro de 1815, aponta para o princípio da secularização religiosa das escolas, a Companhia registrou na cabeça dos seus estatutos a ideia de uma escola não-confessional³¹. A forma escolar em disputa na França que buscava a partir da aprendizagem mútua defendida pela sociedade contra o ensino simultâneo ensejou uma espécie de guerra escolar, como destaca a nota do dicionário de Ferdinand Buisson, entre liberais e extremistas, que perduraria por toda a Restauração, e seria justamente em 1831, que a Sociedade seria reconhecida como de utilidade pública na França, depois de anos de disputas políticas durante o denominado período ultra-realista da Restauração.

O debate em torno das edições em língua portuguesa

As instituições escolares brasileiras adotariam e encomendariam edições do livro para utilização na instrução moral e na produção de um modelo de civilidade e maneiras ajustáveis à ordem do momento. Pelo que pudemos acompanhar por meio das fontes disponíveis, a obra teve quatro edições publicadas no Brasil. A primeira de 1837 contendo duas partes, encontrada apenas em forma de registro, mas não disponível para acesso digital³², a segunda

³¹ Ibidem.

³² Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Historia_de_Sim%C3%A3o_de_Nantua_ou_o_Mercad.html?id=RCKxngEACAAJ&redir_esc=y>. Acessado em 23 de junho de 2017.

edição seria de 1853, aparentemente ampliada por vir seguida “*das suas obras póstumas*”³³, constando 267 páginas, a terceira de 1867 com 314 páginas, “correta, aumentada, e ordenada com oito estampas coloridas”³⁴, e a última de que encontramos registro é de 1875, com 247 páginas, todas disponíveis no google livros³⁵.

Uma das hipóteses que temos para a edição de 1837 (disponível no google livros apenas como registro), é de que tal edição seria apenas um compilado de traduções das partes fundamentais para determinados interesses imediatos que não pudessem contar com um trabalho editorial mais apurado, como a que consta de 1853. Tais práticas eram frequentemente realizadas por periódicos que publicavam excertos da obra de Jussieu com finalidades similares, questão que analisaremos a frente. Apenas a título de comparação, o caso português, que também se apropriou da obra, é evidente a possibilidade desta hipótese na obra “Biblioteca Familiar e Recreativa” de 1836, ao destacar em nota de rodapé que:

A história de Simão de Nantua, traduzida do Francês pelo Sñr. Filipe Ferreira d’Araujo e Castro³⁶, é produção de M. de Jussieu, e obteve um prêmio de 6000 francos que a Academia Francesa havia proposto para a melhor obra de moral que se desse a luz. O bom estilo em que está escrita, as muitas e uteis moralidades que encerra e o amor à boa ordem, que toda ela respira, nos induziram a transcrevê-la nas colunas deste Jornal; advertindo porém que não seguiremos a ordem do autor nesta transcrição, e mesmo omitiremos tudo aquilo que nos parecer destituído de maior interesse, ou for puramente particular à França.³⁷

³³ Disponível em:

<https://books.google.com.br/books/about/Sim%C3%A3o_de_Nantua_ou_O_mercador_de_feiras.html?id=EsHwAAAAMAAJ&redir_esc=y>. Acessado em 23 de junho de 2017.

³⁴ Disponível em: <

https://books.google.com.br/books/about/Historia_de_Sim%C3%A3o_de_Nantua_ou_O_Mercad.html?id=Qd3tAAAAMAAJ&redir_esc=y>. Acessado em 23 de junho de 2017.

³⁵ Disponível em:

<https://books.google.com.br/books/about/Historia_de_Sim%C3%A3o_de_Nantua_ou_O_Mercad.html?id=b93tAAAAMAAJ&redir_esc=y>. Acessado em 23 de junho de 2017.

³⁶ Filipe Ferreira de Araújo e Castro (1771-1849) foi ministro do reino em Portugal. Com a promulgação da Carta Constitucional por Dom Pedro IV, Araújo e Castro é mencionado como um dos representantes da facção moderada liberal que apoiava o Conde de Lavradio. Filipe Ferreira de Araújo e Castro. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Filipe_Ferreira_de_Ara%C3%BAjo_e_Castro>. Acessado em 05 de julho de 2017.

³⁷ Bibliotheca Familiar e Recreativa, Offerecida A’ Mocidade Portugueza. N.º 1. Volume V. Lisboa, 1836. Na Imprensa Nevesiana. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=MTxAAAAAYAAJ&pg=PA105&dq=Sim%C3%A3o+de+Nantua&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=Sim%C3%A3o%20de%20Nantua&f=false>. Acessado em 10 de abril de 2016. Apesar de se denominar e ser um jornal, tratamos o mesmo por obra, já que todo seu acervo

Valdei Araujo destaca a partir da concepção exposta na “advertência” que antepõe os versos que traduz a Teogonia, de Hesíodo, que “o que se deve procurar na leitura de um escritor não são os aspectos formais e modelares de sua produção, mas todo o universo cultural que é inserido”, nos permitindo refletir que uma releitura da tradição e de lugares do passado só seria possível em Nantua, por exemplo, pela adaptação dos idiomas modernos, a exemplo do francês, das ideias e recursos do que viam estar ficando no passado, no curso da aceleração temporal iniciado pelos movimentos revolucionários. Mais do que isso, era necessário “levar o leitor a uma correta compreensão das obras a partir de um esforço de contextualização” (ARAUJO, 2008, p.85). Fato este que nos permite compreender o porquê da omissão de trechos ou de capítulos de *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* quando a temática fosse cara apenas à sociedade francesa. Os modelos morais colocados pela tradição, não seriam apagados por completo, mas sofrido e feito parte de uma grande dissolução da história como mestra da vida no mundo moderno em movimento, nos termos descritos por Reinhart Koselleck (2006). Tais modelos seriam reformulados e contextualizado no interior das mudanças radicais que estavam em curso.

A possibilidade de uma descrição exaustiva do universo físico e moral a serem atingidos por Jussieu passava por uma epistemologia que se estruturasse em torno de alguns procedimentos definidores, como: ser tangível ao campo do real, não ser uma digressão idealizada; ser possível no campo sensorial física e sobretudo imaterialmente, não revelando-se como um desafio à construção social, mas antes completamente realizável pelos “bons costumes” e moral organizadora da sociedade, que seriam garantidos pelos modos de bem agir. Os fatos deveriam tocar o real com sua nomenclatura, sistema, teoria e método, bases de toda e qualquer ciência, como aponta Araujo. (ARAUJO, 2008, p.95).

No capítulo trinta e sete da obra, Jussieu ao narrar a história de um personagem chamado Luiz, destaca que o mesmo “fica acomodado, e começa a conduzir os rebanhos aos campos. Esta ocupação *não era muito de seu gosto*, mas acomodava-se, e dizia: Tudo tem seu princípio; fiz bem em aceitar, porque se recusasse talvez deixasse fugir a fortuna.” (JUSSIÉU, p. 166). Neste sentido, a obra deveria alcançar pela sensibilidade os mais variados

dos anos de 1836 encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado, reunindo cada ano editorial em um arquivo, em forma de anais. Grifos meus.

ânimos sociais, tendo em vista a conformação das maneiras sociais com vistas a um futuro cada vez melhor, mesmo que o presente e sua vontade não o fosse o ideal, desejado. Ricardo Barbosa em seu artigo destaca que:

A especificidade do estético e a razão prática em Schiller" destaca que "a vontade é, assim, o cenário de um conflito entre o impulso sensível e a determinação racional. Um ânimo rude, carente de formação moral e estética, é dominado pela apetição, pelas exigências do impulso sensível. Um ânimo moral, mas carente de formação estética, age em conformidade com a lei da razão e por ela supera resistências e tentações. Já os ânimos "esteticamente refinados" contam com um diferencial: o gosto, capaz de fazer as vezes da virtude ou de facilitá-la. "Moderação e decoro", aversão ao que é "anguloso, duro e violento", receptividade ao que é composto com "leveza e harmonia": eis as exigências do gosto (NA 21, p. 31). O gosto é um traço do homem civilizado, capaz de conter os rudes impulsos sensíveis, observando o "bom tom" como uma "lei estética" (NA 21, p. 31). Como sabe conter a manifestação dos seus sentimentos, pode também dominá-los, dispondo assim da capacidade de romper com a passividade de sua alma pela auto atividade e de introduzir a reflexão na passagem dos sentimentos à ação. (BARBOSA, 2005)

Desta forma, a razão e ânimo moral poderiam suprir a carência de qualquer formação estética para a sensibilidade. Com a refinação progressiva dos ânimos proposta pela modernidade, as duas vertentes, razão e sensibilidade não precisariam assim separar-se, antes, se complementariam. Todavia, na obra e na representação do comportamento e maneiras modernas, o impulso sensível jamais deveria ultrapassar a determinação racional e o gosto, capaz de facilitar as virtudes. Era necessário respeitar-se uma espécie de hierarquia para o bem agir, onde o impulso sensível não deveria possuir maior vazão que o comportamento racional moderado, exercido pela crítica e tomada de consciência modernas. Na ausência da "moderação e decoro", qualquer o ânimo moral deveria orientar a vida social, o que deveria ser evitada é a submissão total da moderação aos impulsos sensíveis, e isto só seria realizável pelo gosto, traço fundamental ao homem dito civilizado à época. Desta forma, Simão de Nantua uniria a sentimentalidade típica do ônus da paixão e ação desenfreada caracterizada na obra à razão e moderação que deveria ordenar os estratos sociais. Na ausência de qualquer refinamento "moderno", o ânimo moral bastaria como base do agir pela

lei e razão. A imaginação presente na obra refletia assim inúmeras referências de mundo, e suas sensibilidades que se colocavam como universais, sofreriam adaptações no campo da experimentação social, como seria o caso da utilização da obra no Brasil, sem perder sua essência, se assim podemos nomear.

Apenas a título de controvérsias, a edição de 1867 e sua “Advertência do editor da primeira edição portuguesa” apresentaria que o prêmio disponibilizado pela Academia Francesa e recebido por Jussieu foi de 1000 francos, porém a *Bibliotheca Familiar e Recreativa* afirma que a soma da premiação teria sido de 6000 francos. Segundo a edição de 1867, a sociedade denominada de Instrução Elementar receberia graças:

(...) a virtude modesta de um anônimo (que se presume ser o duque de La Rochefoucauld) que pôs à disposição daquela sociedade a soma de mil francos para premiar a obra que se oferecesse mais acomodada para ensinar as máximas de moral cristã e prudência social, que devem dirigir os homens de todas as condições³⁸.

Mesmo que a hipótese de que a edição de 1837 de Simão de Nantua seja um compilado das partes de maior interesse imediato esteja correta, o registro como livro pode o caracterizar como edição, principalmente por seu registro de 1837 trazer a descrição de “parte segunda”³⁹, e ter sido publicada pela editora, de J.-P. Aillaud. Luciane Paraíso Rocha em sua recente dissertação de mestrado em que analisa a obra⁴⁰, afirma que a edição de 1867, utilizada em sua pesquisa seria a segunda edição, “conforme fica claro na apresentação dos editores (ROCHA, p.130)⁴¹”. A conclusão de Rocha deve-se apenas à edição apontar que:

(...) a primeira, esgotada desde já há muito tempo, não tinha sido suprida; entretanto, é esta uma obra excelente para a

³⁸ JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J .P. AILLAUD, GUILLARD e c^a., 1867. Para detalhes sobre o Duque de la Rochefoucauld ver: MONTEIRO, Pedro Meira. Um moralista nos trópicos. O Visconde de Cairu e o Duque de la Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

³⁹ Conforme: <https://books.google.com.br/books?id=RCkxngEACAAJ&dq=Sim%C3%A3o+de+Nantua&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y>. Acessado em 11 de abril de 2016. Não tivemos sucesso na busca da segunda parte.

⁴⁰ Sobre as edições francesas encontradas, ver: <<https://archive.org/search.php?query=nantua>> . Acessado em 10 de agosto de 2017.

⁴¹ ROCHA, Luciane Paraíso. *Imprensa e impressos para a civilidade da infância: representações e apropriações (Vitória na segunda metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. 2012.

educação moral da mocidade (...) e por isso merece ser conservada no nosso catálogo⁴².

Ao elaborar tal afirmação a autora não atenta para o fato de que a “advertência dos editores” não se refere à qual seria a primeira edição que há muito teria se esgotado, tomando a edição de 1853 por primeira. Além da possibilidade desta afirmação dos editores ser retórica de afirmação da experiência e confiança de seu catálogo e livraria, em nenhum momento o texto aponta para a data da primeira. Outro fator que inviabiliza a afirmação de Rocha é que a mesma advertência presente na edição de 1867 é categórica ao advertir:

(...) que a presente edição é mais completa do que *as antigas, nas quais* vinha suprimida a maior parte do capítulo XXXI da edição francesa, que trata da caridade para com as pessoas afligidas de enfermidades naturais⁴³.

A referência dos editores às edições anteriores, no plural, aponta para a possibilidade que, anteriormente a 1867, outras edições já teriam sido lançadas no mercado editorial de língua de portuguesa. Como se não bastasse, a pesquisa de Jocilene Lima e Socorro Barbosa aponta que a produção de Jussieu, *História de Simão de Nantua*, foi adotado na Paraíba em 1848 e 1850 pelo Presidente da Província Bacharel João Antonio de Vasconcellos, que teria observado em seu discurso a falta de livros de boa leitura nas escolas paraibanas, fazendo pedido do *Catecismo Histórico de Fleury* e da obra de Jussieu, e em 1850 mais sessenta exemplares seriam encomendados pelo Presidente da Província, Coronel José Vicente de Amorim Bezerra⁴⁴.

Por fim, a edição de 29 de março de 1831 do *Diario Mercantil ou Novo Jornal do Commercio* tornaria pública a obra de Jussieu no Brasil e a colocaria à venda, afirmando que “para anunciar ao Público uma obra não há meio mais próprio do que transcrever nos Jornais as passagens mais salientes dessa publicação”. Em nota de rodapé a edição destacaria o prêmio recebido e suas funções que aqui já foram destacadas. Mas o que realmente importa é que na mesma nota o importante jornal já destacaria a tradução da língua francesa realizada

⁴² Advertência dos editores. In; JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J. P. AILLAUD, GUILLARD e c^a., 1867.

⁴³ Referente à edição de 1867. Grifos meus.

⁴⁴ LIMA, Jocilene Pereira; Barbosa, Socorro de Fátima Pacífico. Uma história da leitura: a virtude e a moral em *História de Simão de Nantua*. II LIHED. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Disponível em: < http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Jocilene_P_Lima.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2016.

por Felipe Ferreira de Araujo e Castro, e que o primeiro volume já estaria disponível “em casa de Souza, e Laemmert, Livreiros, rua dos Laroeiros n.88”⁴⁵. Muito antes da obra ser adotada como recurso didático no Brasil pelas escolas para instrução civil e moral como parte de um projeto pedagógico para a nação, os escritos de Jussieu já eram encontrados nas tipografias e utilizados para leitura individuais ou em grupo, para qualquer cidadão que por ela se interessasse e possuísse condições de adquiri-la, pois, o mesmo periódico, na edição 183 de abril de 1832 colocaria a obra mais uma vez a venda em seus classificados, na mesma livraria de Laémmer⁴⁶. Neste sentido, sabemos que edições da obra de Pierre de Jussieu já estariam disponíveis no Brasil antes mesmo de 1836, porém não foi possível encontrar em acervo tais edições, apenas seus anúncios de venda supracitados. Certa é a dificuldade em se produzir um mapeamento das edições que foram publicadas e/ou utilizadas no Brasil, assim como a quantidade de seus exemplares. Mais do que trilharmos o caminho da afirmação categórica, faz-se necessário oferecer os pontos históricos de convergência entre as referências encontradas e as reflexões possíveis para a emergência de *Simão de Nantua ou o mercador de feiras* e as condições políticas e sociais que favoreceram sua permanência⁴⁷.

O que procurei realizar nesta breve introdução à obra foi produzir um mapeamento de suas edições, usos e apropriações no Brasil do século XIX. A pretensão desta realização nunca foi tecer uma teia de significações em torno das apropriações da obra em todo curso possível de identificação, muito menos de identificar as várias províncias que encomendaram o livro, apesar de algumas aparecerem. Antes, intentamos apontar a importância que os escritos de Jussieu tiveram no decorrer de seus usos, como ajudaram na produção ou tentativa de produzirem uma atmosfera política, social, educacional e moral estável no Império a partir de uma noção de ética e civilidade que teria na obra de imaginação histórica uma de suas fundamentais ferramentas mentais, a partir de uma teia possível de acontecimentos. No texto que segue intentarei refletir como a linguagem mobilizada pela obra, aqui denominada de

⁴⁵ BNRJ. SPR.. Diario Mercantil, ou Novo Jornal do Commercio, edição 182, terça-feira, 29 de março de 1831.

⁴⁶ Importante apontar que palavras iguais que apareçam no texto com escritas distintas não se tratam de erro ortográfico, mas da forma como as fontes consultadas as redigiram. O único nome que optamos por manter fiel ao original nacional é o nome Laurent Pierre de Jussieu, autor da obra analisada, que em algumas edições e publicações e língua portuguesa aparece citado como Lourenço de Jussieu.

⁴⁷ Referências à obra *Simão de Nantua ou o mercador de feiras* aparecem até mesmo na obra de Joaquim Manuel de Macedo, na segunda edição de seu romance “Nina”, edição essa publicada em 1871, apontando que “Aos onze anos de idade Firmino lia corretamente, e às vezes contava à sua irmã episódios da história de Simão de Nantua, ou repetia de cór também, a ode O homem selvagem de nosso padre Caldas (...) (MACEDO, p. 9, 10).

sentimental, ganharia centralidade no cenário moralizante brasileiro. Analisarei os excertos publicados nos periódicos brasileiros como contextos da Abdicação de Dom Pedro I em 1831 até sua morte em Portugal em 1834, assim como possíveis trechos da obra em suas relações com a linguagem.

A importância da análise deve-se ao fato de que o primeiro aparecimento de Nantua em periódicos, ou mesmo no Brasil, data de apenas oito dias anteriores ao evento da Abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho, em forma de excertos sobre ordem civil e respeito à Guarda Nacional. Tal evidência nos parece sintomático para o cenário brasileiro. Por quais razões a obra seria publicada em um momento tão intenso da história do Brasil nos oitocentos e com quais finalidades? A emergência da obra no Brasil estaria apenas inserida no interior das necessidades educacionais brasileiras produzidas pela Lei de 15 de Outubro de 1827 ou seria fruto de outros movimentos? A emergência da obra deve ser pensada, também, à luz da criação da Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro criada em 1830? Sobre tais problemas e análises que nos deteremos a seguir.

Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras: possibilidades para seus usos e apropriações no Brasil (1831-1834)

Apesar de a literatura analisada ter berço na França, os interesses pela produção de amenidades uniriam as ações, demonstrando uma possível confluência e projetos morais que poderiam confluir em seu aspecto moral. Soma-se a essa afirmação os eventos em curso nos dois lados do Atlântico. No caso francês, a obra escrita em 1817 estaria inserida no período entre a Restauração Francesa em 1814 com o exílio de Napoleão, sua queda definitiva no ano seguinte, e 1830, com a Revolução de Julho, que provocaria a abdicação de Carlos X. No Brasil, a obra pode ter ganhado força por alguns fatores fundamentais, dentre eles, a Lei de 15 de Outubro de 1827 com o crescente debate em torno da necessidade da criação de escolas de instrução elementar, a partir da busca eminente em produzir amenidades e ordem civil a partir da educação, em um dos momentos mais conturbados da história do Brasil oitocentista; ou ainda pela forte influência dos movimentos revolucionários europeus e da literatura

francesa no Brasil. A exemplo da Abdicação de Carlos X, Dom Pedro I repetiria o ato menos de um ano depois⁴⁸.

A forte influência francesa pode ser notada na publicação de 1830 pelo periódico O Brasileiro Imparcial:

E por que um acontecimento feito em 2:000 léguas distante em um povo estrangeiro, lá do velho mundo, tanto afeta certa gente? Não são esses mesmo que tantas vezes tem dito, que América pertence a si mesma; e que nenhum contato com os Governos, e política da Europa, que agora por uma contradição tão saliente, tanto os interessa, o que se passou na França?⁴⁹

Isabel Lustosa que também utiliza deste trecho ao falar da influência dos eventos e abdicação no Brasil, aponta que até mesmo a própria “*A História do Brasil* do comerciante inglês John Armitage, lançada em 1836, na Inglaterra, registra o impacto que a chegada da notícia da abdicação de Carlos X teve no Brasil”.

A Lei de 15 de Outubro de 1827 que mandaria criar “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” pode ser pensada como o prelúdio de um processo de escolarização no Brasil pós-Independência, que oficializaria e refletiria as formas para o ensino de primeiras letras no Império. A lei aprovada por “Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil” abriria caminho para que as formas e o que seria ensinado nas escolas, além de quais disciplinas e obras seriam utilizados. Sobre tais questões o artigo 6º da lei garantiria que:

Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionando a compreensão dos meninos;

⁴⁸ LUSTOSA, Isabel. "Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 176 (466): 61-86, jan./mar. 2015.

⁴⁹ O Brasileiro Imparcial, terça-feira, 26 de outubro, anno de 1830. N. 87. Edição 25

preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.⁵⁰

Apesar do ensino de primeiras letras à época já ser uma prática recorrente no Brasil, ensinado nos espaços privados e com serviços anunciados nos jornais, o que não surpreende, pois dificilmente algo referente à educação seria criado no espaço imperial se não por dois motivos: o primeiro pela demanda existente nos espaços privados, mimetizados do espaço educacional europeu por usos moralizantes e utilitários da história e do ensino, voltados para edificação; o segundo por perceberem o ensino e regulação deste pelo Estado como condição de possibilidade para domesticação das mentalidades e ânimos em um momento de transição, afirmando assim a pressão por uma retórica da nacionalidade pela imaginação. A ideia de imaginação nacional atuaria fundamentalmente sob a moderação dos ânimos na posteridade. A educação escolar de primeiras letras lançaria vistas não apenas ao presente imediato ou aos seus resultados contíguos, mas ao futuro. Era preciso produzir o Brasil do futuro ensinando amenidades políticas e sociais no presente.

A mobilização da Lei de 1827 deve-se à possibilidade de que o uso da obra de Jussieu no Brasil, por mais de meio século, seja parte de um projeto que teria sua aprovação como propulsora fundamental, ao garantir que *os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica* fossem ensinados nas escolas de primeiras letras. Não foi possível identificar quando a obra começou a ser utilizada nas escolas, mas seu aparecimento frequente nos jornais após 1830 nos indica que mais do que seu uso para o ensino institucionalizado ao longo do século XIX brasileiro, a obra, ou seus trechos, não estariam limitados ao espaço escolar, e seria utilizada em espaços de leitura como forma de educação civil e moral para um público mais alargado. O crescente encurtamento do campo de ação do discurso religioso, suas adaptações ao novo Estado nacional burguês desde o século XVIII com a filosofia do Iluminismo, o processo de secularização e laicização da sociedade modificariam fortemente os espaços e instituições voltadas para a educação e formação moral. O fato da lei de 1827 garantir o ensino *de moral cristã e da doutrina da religião católica* encontra eco na afirmação de Mário Vargas Llosa, ao dizer que “depois da família,

⁵⁰ Legislação Informatizada – LEI DE 15 DE OUTRO DE 1827 – Publicação original. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acessada em 10 de junho de 2016. Todas as transcrições de documentos e periódicos presentes nesta pesquisa foram adaptados às normas vigentes da língua portuguesa.

a principal transmissora da cultura ao longo das gerações foi a igreja, não a escola⁵¹”. Neste sentido, a criação de escolas não excluiria a função eclesiástica e cultura moralizante compartilhada pela igreja, acreditamos pela leitura das fontes aqui citadas, que a mudança diz respeito a um espaço escolar que incorporaria e se consubstanciaria a base religiosa, sofrendo esta a exclusão de sua centralidade, que passaria a ser incorporada no discurso escolar enquanto condição de possibilidade para produção de um projeto moralizante para a nação, mudando assim seu sentido e lugar durante a modernidade. O que estava em jogo no encurtamento do espaço religioso era produção de uma grande descontinuidade entre um projeto educacional ilustrado burguês e outro eclesiástico.

Todavia, no que tange à exigência da presença do ensino da moral cristã no documento de lei, a obra *Simão de Nantua* poderia ser útil por trazer uma narrativa sofisticada, por não produzir uma aproximação direta e crua com o âmbito metafísico e os preceitos cristãos, critério tão caro à razão do mundo ilustrado. Uma das referências mais diretas à formação de Nantua, presente no primeiro capítulo da obra de Jussieu, afirma que o viajante havia sido “destinado para o estado eclesiástico; pelo que seguiu alguns estudos na mocidade. Mas, pelo tempo adiante, não se sentiu com bastante vocação para preencher dignamente as funções daquele importante ministério” (JUSSIEU, 1853. P.9). Apesar de destacar que Simão não teria seguido o ministério por falta de vocação, o texto afirmaria que o mercador não tinha o que se queixar da instrução que havia adquirido e “por isso via melhor e discernia com mais juízo todas as coisas” (JUSSIEU, 1853. P.9). O que parece estar em jogo para Jussieu no primeiro capítulo é a construção de seu personagem com a intenção de produzir uma autoridade ao mesmo tempo religiosa e não institucional, deixando de fora a igreja, atuando como trajeto incontornável para a continuidade da narrativa e sua fundamentação moral para a vida prática da sociedade, com seus costumes e crenças arraigados à vida social.

A sutileza da construção do personagem presente na linguagem narrativa permitiria o “desvio”, ou afastamento, de um apelo direto às linguagens do pensamento moral cristão até então vigentes, mesmo não abrindo mão de seus preceitos básicos de conduta. O exemplo e modelo de cidadão na modernidade deveriam aliar o racional e o moral, este último não

⁵¹ Llosa, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

necessariamente vinculado ao campo da razão, a exemplo da tradição metafísica cristã, por isso a distinção necessária. Algumas questões e hipótese sobre a questão moral serão brevemente debatidas na continuidade desta pesquisa.

A orientação contra a avareza exposta no primeiro capítulo pode ser pensada como um dos principais exemplos de sutileza da narrativa, ao afirmar que "só é verdadeiro pobre aquele que deseja mais do que pode ter" (JUSSIEU, p.8)., atribuindo uma espécie de restauração da alma e corpo nacional ao estabelecer o costume do trabalho e seus desdobramentos morais como amigos da saúde e da felicidade, em oposição à preguiça e ociosidade. Desta forma, a obra de Jussieu não careceria de produzir preceitos morais com o selo do divino, mas buscaria suas referências no modelo de tradição familiar e na experiência, esta, não mais estática, mas correspondente a um espaço subjetivo próprio ao indivíduo na sua relação com o vivido e transmitido. O tempo era novo, os eventos radicais de transformação, e a imagem do comerciante e viajante sábio poderia ser um dos melhores caminhos para a produção de amenidades ou mansidão, para usar um termo caro à tradição religiosa.

O que tais apontamentos denotam é que entre a necessidade do ensino exposto pela lei de 1827 e a estrutura narrativa da obra de Jussieu haveria uma aproximação muito grande, o que poderia ter permitido que três anos depois a obra pudesse emergir com força no cenário brasileiro e se perpetuar no cenário educacional e moral no curso do século. Por mais que a lei não possua uma ligação direta com a obra francesa, seus desdobramentos e exigências junto à criação de escolas de primeiras letras produziriam uma demanda por obras de caráter moral e sentimental, categoria esta, que será desenvolvida adiante.

Por fim, e não menos importante, um questionamento que podemos fazer é: qual História do Brasil seria lida após a promulgação da lei? Não sabemos ao certo se a de Robert Southey lançada entre 1810 e 1819, se a de Alphonse de Beauchamp de 1815, ou mesmo a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, publicado pela tipografia nacional em 1826. Esta pergunta fica com desafio à continuidade desta pesquisa⁵².

⁵² Para uma pesquisa e debate mais detalhados sobre as obras de Beauchamp e Southey ver respectivamente as excelentes contribuições: MEDEIROS, Bruno Franco. Plágio, à maneira de todos os historiadores. Jundiá, Paco Editorial: 2012; RAMOS, André da Silva. Robert Southey e a experiência da história de Portugal:

I.V - O debate em torno da Instrução Elementar no Brasil: o prelúdio de um projeto moral e sentimental para a nação

Nenhum projeto de educação moral ou recurso didático que possa guiá-lo emerge de forma isolada, sem qualquer meio social, mercado editorial ou público que o recepcione ou prepare o caminho para sua emergência. Nosso esforço em produzir um mapeamento dos eventos e debates fundamentais sobre a construção de um projeto de educação e letramento no Brasil pós-Independência, gira em torno da hipótese de que a causa da emergência de Simão de Nantua no Brasil a partir de 1830, tem como motivo mais significativo o debate sobre a importância da educação elementar e moral no Brasil, travado, principalmente, desde 1825, ano em que encontramos a primeira ocorrência em debates periódicos⁵³. Acreditamos que um dos fatores possíveis para essa primeira ocorrência se deva à criação da *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*, que a partir do artigo 179 e inciso XXXI, embasaria e abriria caminho para disputas e debates sobre a educação brasileira, seja no nível da criação de universidades ou de escolas de instrução elementar⁵⁴.

Em termos de debates identificados nos mundos da política sobre a necessidade de escolas de instrução elementar no Brasil pós-Independência, o primeiro data do dia 12 de maio de 1826⁵⁵. O extenso debate travado no Parlamento versava, através do deputado mineiro Lucio Soares Teixeira de Gouveia, sobre a necessidade da instrução elementar ou de uma universidade ou curso jurídico no Brasil. O que estaria em jogo para o deputado é que a consolidação do sistema constitucional brasileiro dependeria da “instrução da nossa

conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto – ICHS. Departamento de História – PPGHIS, 2013.

⁵³ BNRJ. SPR. O Universal. Ouro Preto, n.08, quarta-feira, 03 de agosto de 1825. Na presente edição o periódico mineiro discorre sobre a educação elementar de primeiras letras nas escolas, a disposição das turmas, o método de ensino mútuo e o processo de ensino-aprendizado e o tempo para sua realização. Buscaremos na continuidade desta pesquisa, dialogar tais afirmações com a fortuna crítica sobre a educação elementar no Brasil.

⁵⁴ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acessado em 15 de junho de 2016. XXXI. A Constituição garantiria nos incisos citados, os socorros públicos à “XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes”.

⁵⁵ BNRJ. SPR. Annaes do Parlamento Brasileiro. n.01, sessão de 12 de maio de 1826.

mocidade”. No início de seu discurso o deputado mobilizaria justamente o artigo 179 da constituição, n.31, para afirmar que a mesma garantia “socorros públicos para instrução primária, e gratuita dos cidadãos, e igualmente para colégios, e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes (...)”. A consolidação de nosso sistema constitucional para Soares Teixeira deveria vir a partir das letras, passando necessariamente pela produção de nossa autonomia no campo das instruções uteis e instituições próprias para formação e constituição do recente e independente Império do Brasil. Neste sentido, o desenvolvimento e favorecimento das letras atuavam como “marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado pelo corpo social e político⁵⁶” (ARAUJO, 2008. p.108). Para Teixeira a consolidação do Brasil e formação de seu caráter deveriam passar pela sua não dependência da formação universitária europeia, pois:

(...) cada um ano despende o Brasil um milhão de cruzados com a sustentação de quinhentos mancebos brasileiros, que mendigam a instrução em países estrangeiros: sendo excluídas desse benefício as famílias, que carecem de fortuna. É muito mais fácil, que os habitantes das províncias deste Império, mandem seus filhos para esta capital, onde desenvolvendo seus talentos, e adquirindo luzes, que os habilitem para os cargos públicos, formem um caráter nacional, resultado da unidade de estudos, e hábitos: caráter de grande importância a um povo, que acaba de constituir-se em nação livre, e independente⁵⁷.

O futuro que se iniciava e começava a ser tecido no Brasil precisava cada vez mais se afastar da experiência e raízes de dominação portuguesas, que devido à centralidade de sua cultura de exploração, pouco se relacionou com o desenvolvimento e letramento local. Para tanto, precisaria ser produzida uma descontinuidade entre a recente nação e o velho Portugal a partir da instrução e do local a ser adquirido. Soma-se a essa necessidade, a diferença já conhecida entre as culturas de exploração hispânicas e portuguesas em suas implementações de universidades nas colônias. Apesar de não aparecer no discurso de Soares Teixeira tal descontentamento, baseado no “atraso” brasileiro, esse pode ser um dos motivadores

⁵⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

⁵⁷ Annaes do Parlamento Brasileiro. n.01, sessão de 12 de maio de 1826

fundamentais de sua arguição, descontentamento nada distante do restante da cultura letrada brasileira, como veremos na continuidade desta reflexão.

O que estaria em jogo no debate em torno dos modelos de instrução eram os caminhos que seriam traçados para o Brasil em um primeiro esboço do que se formaria com a cultura do romantismo na década de 1830, que teria na sentimentalidade e nos usos da história uma forte função moralizante, voltada para a edificação. Para isso, era preciso tecer o caminho de nossa autonomia frente ao velho mundo, contudo, aprendendo a olha-lo de forma oblíqua, à distância, como que através de uma luneta invertida.

V. Produção de uma linguagem sentimental e romântica no contexto brasileiro: problemas teóricos, usos e apropriações

Apesar de produzido na França, a obra de Jussieu poderia ser facilmente adaptada ao Brasil, já que o modelo de civilidade em afirmação não buscava se distinguir muito do cenário europeu, antes se empenharia em afirmar seu grau de civilidade tendo como modelo os moldes civilizacionais da ilustração do velho mundo. Um dos exemplos dessa afirmação já poderia ser notado desde o *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa em seu “ao público”, ao afirmar que:

A nação brasileira, que nestes derradeiros tempos se tem feito conhecer, e devidamente apreciar no meio do *mundo civilizado* por seus nobres sentimentos patrióticos, com os quais soube vindicar a sua independência e liberdade, depois de mais de trezentos anos de opressiva tutela; carecia ainda de *fazer patente ao mundo ilustrado* quanto ela tem sido bafejada, e favorecida das musas, particularmente daquelas que, empregando a *linguagem das paixões* e da *imaginação animada*, oferecem à admiração das eras exatos modelos do mais delicado engenho, e apurado gosto⁵⁸.

⁵⁸ BARBOZA, Januário da Cunha. Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas. In: José Américo Miranda (org.). Parnaso brasileiro de Januário da Cunha Barbosa (1829-1832). Disponível em < <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Parnaso%20Brasileiro%20de%20Janu%C3%A1rio%20da%20Cunha%20Barbosa.pdf>>. Acessado em 05 de maio de 2017. *Grifos meus*.

A utilização de *Simão de Nantua* no Brasil apesar de não servir para “tornar ainda mais conhecido ao mundo literário o gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelo, ou de estímulo à nossa briosa mocidade⁵⁹”, como buscaria o projeto de Barboza, atuaria como modelo de civilidade a ser seguido, que pudesse ou fosse capaz de mostrar ao mundo nosso grau de “polidez”, não pelas letras nativas, mas através de nossos costumes e maneiras, mimetizados do espaço europeu, que seria o *mundo civilizado e ilustrado* descrito por Barboza. Para Araujo, era preciso “a partir da literatura, produzir as amenidades necessárias em lugares civilizados, por uma noção de estabilidade que poderia promover as letras, assim como os mundos da política⁶⁰. Interessante notar que um dos pontos de confluência possível entre o projeto de Barboza e a emergência do livro de Nantua no cenário brasileiro seria a presença de uma *linguagem das paixões* e de uma *imaginação animada*, descritas pelo brasileiro como modelos narrativos que poderiam exprimir o gosto apurado e do mais alto engenho, como se pode notar no prospecto do periódico *O brasileiro imparcial*, de março de 1830, ao afirmar que “longe de servir a este, ou àquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, a todos falaremos a linguagem da razão.

A linguagem sentimental expressa em Nantua seria fundamental para a tentativa de produção de uma sensação de estabilidade que seria buscada e tecida pelo projeto moderado no decorrer dos anos que compreendem a Abdicação de Dom Pedro I em 1831 até sua morte em 1834. O ano da Abdicação coincidiria com o adiamento do projeto de Januário e a emergência decisiva no mercado editorial brasileiro da obra de Laurent de Jussieu, o ano de sua morte marcaria o afastamento da possibilidade de uma regeneração de Portugal no Brasil. O projeto de nação em curso no Brasil buscaria reunir esforços para a formação de um “cidadão constitucional”, de um novo tipo de homem capaz de se autorregular e produzir medidas de sociabilidade para si, e pelo comércio das ideias se auto-educar. A noção ou utopia de uma auto-educação será parte central do discurso liberal moderado.

O que se pretende refletir com tais apontamentos são as formas de recepção da obra no Brasil, mais detidamente no período que compreende a Abdicação do Imperador Dom Pedro I até sua morte em Portugal em 1834, procurando em alguns momentos alargar essa

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ ARAUJO, Valde. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. P.111.

duração. Faz-se fundamental destacar o referido período por conta de que os periódicos e o mercado editorial brasileiro publicariam durante toda a década de 1830 e as seguintes o livro em seus espaços de venda, perdurando suas reedições, pelo que nos consta, durante todo o Império brasileiro.

Mais do que isso, é importante destacar que em 29 de março de 1831, uma semana antes da Abdicação, o “*Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*” publicaria um anúncio de venda da obra Simão de Nantua acompanhado de um breve texto. Nesta publicação o editorial anuncia que a partir de então passaria a publicar esporadicamente extratos traduzidos da obra, justificando que:

Para anunciar ao Publico uma obra não há meio mais propício do que transcrever nos jornais as passagens mais salientes dessa publicação. O prazer, que experimentamos lendo a = História de Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras (*) = fez com que insiramos nesta Folha o artigo sobre as Guardas Nacionais. Não se pode nunca recomendar a um ponto demasiado a necessidade da organização destes corpos nos países civilizados não somente nas cidades, como nas vilas e aldeias. As Guardas Nacionais são os mais firmes apoios do trono, e da segurança dos povos, ao mesmo tempo, que os maiores inimigos da anarquia: à elas deve a França a tranquilidade de que presentemente goza. Nós esperamos, que a presente obra seja bem aceita do Ilustrado público, e nos seguintes números faremos ainda alguns extratos dela, que sem dúvida agradarão à nossos leitores.⁶¹

É importante apontarmos que o referido anúncio vem acompanhado de uma nota de rodapé com os detalhes da obra. Artificio pouco usual na cultura impressa dos periódicos, a nota de rodapé em questão pode ser compreendida enquanto uma tentativa de reforçar a venda da obra produzindo rigor, que seria compreendida enquanto fundamental para inserir o Brasil nos quadros da sociedade ilustrada europeia. Não seria por acaso que o trecho da obra de Jussieu sobre as Guardas Nacionais e sua importância seria publicado pouco mais de uma semana antes do evento de 7 de abril de 1831. O trecho traz argumentos que afirmam a importância da manutenção da propriedade privada e a responsabilidade da Guarda Nacional

⁶¹ BNRJ. SPR. *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n.181, terça-feira 29 de março de 1831.

em assegura-la. Motivados pelos escritos de Rousseau e o receio de uma possível anarquia, os jornais trariam, na maioria das vezes, excertos da narrativa que dialogassem com a possível e esperada (re)organização de um espaço público caótico e imprevisível. Haveria um debate duplo nos periódicos acerca da ilustração europeia e suas formas, de um lado afirmariam sua importância para o pensamento e para a liberdade dos povos, de outro endossariam grupos extremos que flertavam com a anarquia e atrasavam os avanços programados pela revolução, estes, para os moderados, não representavam os ideais propostos pela Revolução Francesa, tendo sido bloqueados pelas forças da Guarda Nacional⁶².

Acreditamos que a produção de uma narrativa como a História de Simão de Nantua pode ser compreendida enquanto parte de uma cultura histórica impressa que estava em expansão na Europa desde o século XVIII e que acabou por intensificar-se e ter seu maior desenvolvimento no século seguinte. Emerge neste ambiente a necessidade de criar novos modelos narrativos que não estivessem mais vinculados às formas tradicionais de representação, que possibilitassem a (re)organização de um ambiente em intenso movimento e aceleração, possibilitando desta forma a produção de uma narrativa moral e cívica que tivesse como principal pano de fundo as instruções mais básicas e elementares para sociedade a partir de uma linguagem sentimental que compreendesse os quadros da ilustração, fundamentalmente a partir da razão.

É fundamental pensarmos este contexto pela da emergência de um homem burguês que procura compreender o outro por um aparato sentimental que coloca em oposição aparência e essência, empatia e sentimentalidade, a partir de um discurso sobre os sentimentos como possibilidade de adentrar o interior da *Res publica*⁶³. A sociedade moderna mais do que se afirmar a partir de um modelo antigo pautado na guerra e no “ser guerreiro”, buscava cada vez mais pautar-se em um modelo de homem e sociedade erudita, a partir da virtude, atributo masculino de um arquétipo que seria pela guerra.

⁶² Sobre a presença de notas de rodapé e suas funções textuais, ver: Anthony Grafton. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

⁶³ Para mais, ver: J. G. A. Pocock. El debate del siglo XVIII: virtude, pasión y comercio. In: El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Tecnos, 2002. Sobre o conceito de Res Publica, ver: POCOCK, J.G.A. Cidadania, Historiografia e Res Publica. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2013. Kindle Version.

A sociedade moderna seria para os homens do século XIX o lugar da “polidez” e do comércio, que se relacionaria com a razão enquanto medida para suas ações no mundo, desta forma, acelerando ou desacelerando a história. As disputas pelo passado que estavam em curso seriam intensificadas no decorrer da década de 1830, fundamentalmente a partir de 1831, com a Abdicação de Dom Pedro I, disputas que seguiriam intensas até 1834 com sua morte em Portugal e a impossibilidade de uma regeneração de Portugal no Brasil.

O periódico “Aurora Fluminense” em 1830 irá corroborar e apresentar fortes indícios de uma distância e afastamento histórico temporal para com o passado, onde produzir novos sentidos para a cena pública passaria necessariamente pela negação ou afastamento desse passado, como afirma:

Os que a descrevem [a liberdade] debaixo de outra fisionomia, os que a pintam sempre com as mãos tintas de sangue, de certo não a conhecem, ou confundem a liberdade dos tempos modernos, filha da civilização e do aperfeiçoamento da razão e da indústria, com aquela liberdade dura e agreste dos povos da antiguidade; em que o direito de cada indivíduo foi sempre desprezado, em que se tratava só de educar soldados, ou oradores, e o trabalho era deixado às classes ínfimas da sociedade, tratadas pior ainda do que hoje o são nossos escravos, Esparta e Roma não tiveram outra liberdade: as virtudes dos Brutos, e dos aristocratas de Lacedemonia foram virtudes atrozes, e impróprias para servirem de modelo aos indivíduos das associações modernas, industriosas e polidas. Mas esta comparação entre antigos e modernos nos levaria longe (...)⁶⁴.

O dicionário de Antônio Morais Silva, de 1813, traria enquanto uma de suas definições, a palavra liberdade como “a faculdade de poder fazer impunemente, e sem ser responsável, tudo o que não é proibido pelas Leis promulgadas, sem haver quem arbitrariamente tome conhecimento disso”. O que estaria em jogo no debate exposto na Aurora Fluminense era a negação dos ideais anárquicos e exaltados, afirmando sua moderação. É possível notarmos neste debate que a referência à antiguidade surge enquanto possibilidade de sua própria negação a partir de um modelo que não deveria servir de exemplo.

Na impossibilidade de se aprender com o passado como medida forte para orientação no presente no mundo que se formava a partir da segunda metade do século XVIII, pelo

⁶⁴ BNRJ. SPR. Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, n.287, segunda-feira 11 de janeiro de 1830.

esgotamento de narrativas que ainda utilizassem o passado como medida referencial, na produção de *Simão de Nantua* o passado não será utilizado enquanto medida norteadora para o presente, mas a partir de lugares estabelecidos por princípios universais que pensassem o bem de uma totalidade, onde orientações morais e cívicas do passado pudessem ser resgatadas como possibilidade para a produção de novas narrativas que compreendessem essa nova ambiência histórica e narrativa que emergia junto à história contemporânea.

O que estaria em jogo nas referências morais e apontamentos para o passado não seria mais um passado exemplar que lançaria vistas ao futuro. Se alguma lição ou exemplo, naquele momento, poderiam ter nas histórias do passado sua fonte, seriam apenas aqueles convenientes à ordem do dia, imediatamente postergados no amanhecer, sublimados pelo radical de transformações em um momento aceleração incessante do tempo. Para lançar uso dos modelos da tradição em um momento de incessante projeção do presente com vistas ao futuro, que surgia cada vez mais como ruptura com o passado⁶⁵, o uso pelos periódicos da obra de Jussieu deveria ser muito bem talhado, adaptados aos cenários de crise evidenciados. O grande mérito, se assim podemos dizer, dos articuladores da cena pública do período estaria na percepção quase que imediata das transformações temporais e distanciamento do presente com o espaço de experiência. Tal percepção faria com que buscassem justamente na moral, costumes e maneiras os modelos possíveis para organização do espaço político e social brasileiro. Desta forma, a obra do francês iria emergir no cenário brasileiro e se perpetuar durante boa parte da tradição brasileira oitocentista.

Na impossibilidade de uma narrativa orientadora para o momento, que desse conta da aceleração e modificações na esfera pública, *Simão de Nantua* mostra-se fundamental para a fixação de normas e comportamento na ‘res publica’ que pudesse orientar através da linguagem e reorganizar aquela sociedade. O mercado editorial brasileiro ter buscado na França um modelo narrativo, não seria novidade.

A linguagem sentimental que emerge neste ambiente relaciona-se com a necessidade de criar novos modelos narrativos que não estivessem mais vinculados às formas tradicionais de representação, que possibilitassem a (re)organização de um ambiente em intenso movimento e aceleração, possibilitando desta forma, a intensificação de narrativas morais e

⁶⁵ **HARTOG, François.** *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 138.

de uma linguagem sentimental que estariam presentes no “A Aurora Fluminense”, procurando atuar enquanto medida pragmática para a ação e manutenção do Império do Brasil nos anos que seguiriam à Abdicação em 1831. Questões que buscaremos desenvolver até o término desta pesquisa.

Além do aspecto político de organização supracitado, é fundamental pensarmos este contexto pela emergência de um homem burguês que procura compreender o outro por um aparato sentimental, colocando em oposição aparência e essência, empatia e sentimentalidade, a partir de um discurso de sentimentalidade como possibilidade de adentrar o interior da Res publica. No âmbito narrativo, a obra *Simão de Nantua* pode ser pensada no sentido inverso ao ambiente da Independência, que faria frente com narrativas que compreendessem um maior espaço temporal, como a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* do Visconde de Cayru⁶⁶ que tentaria dar conta de produzir um primeiro esboço de uma História do Brasil independente⁶⁷, principalmente a partir da tentativa de Cayru de produzir sua história geral, começando a firmar as bases de nossa história. Na impossibilidade ou na dificuldade de compor uma narrativa desse porte, dado a aceleração no corpo dos eventos e a necessidade imediata de balizar o tempo histórico, a obra de Jussieu atuaria enquanto medida de organização ou de preservação de uma desejada ordem social. Mais do que produzir grandes narrativas, era fundamental para a imprensa moderada do período, assegurar a ordem e a moral por um projeto consciente de educação sentimental, independentemente de onde essa narrativa pudesse vir, unificando o corpo social a partir de uma base moral em comum.

Defendemos que o projeto de educação moral e sentimental engendrado a partir da obra de Jussieu e sua mobilização, seria o primeiro esboço de nosso romantismo ou de nossa linguagem romântica nacional, mesmo que mimetizada do espaço europeu, no caso por uma obra francesa. Aqui lemos esse primeiro esboço como a busca pela produção de um sentido e medida para a nação que unificassem o corpo social. Em todo caso, na impossibilidade para alguns de a obra de Jussieu não ser suficiente para denotar um projeto romântico no Brasil já em curso a partir de seus primeiros usos, faz-se fundamental destacar que essa não seria a

⁶⁶ Lisboa, José da Silva. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**. 4vol. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826-1830

⁶⁷ DINIZ, Bruno. Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente. História da historiografia, número 02, março 2009.

única via de manifestação e uso de uma linguagem romântica no Brasil anterior aos marcos já trabalhados pela historiografia brasileira, já a partir de 1831.

Arlette Medeiros Gasparello aponta que os estudos em historiografia brasileira indicam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como lugar institucional e uma obra - a História Geral do Brasil - de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854) como pontos de referência para a expressão pedagógica da ideia de nação e nacionalidade. Segundo a autora, "em estreita relação com aqueles marcos, tem sido assinalada, na história da *produção didática* de história nacional, a articulação de dois elementos que estimulam e consolidam essa produção: o *lugar social* do autor – o Colégio Pedro II – e a *instituição científica* abalizadora – o IHGB"⁶⁸. No que tange à produção didática da história nacional a autora destaca um momento anterior a esses marcos da historiografia "e que dá sentido à busca de uma pedagogia da nação, com dois livros que foram conhecidos por estudantes por mais de quatro décadas". O primeiro seria resultante de uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis, por Henrique Luiz de Bellegard, publicado no Rio de Janeiro em 1831, data importante à fundamentação que buscamos em nossa pesquisa. O outro seria o "*Compêndio de História do Brasil* escrito pelo General pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, publicado em 1843, obra essa que teria uma trajetória tumultuada pela censura de Varnhagem"⁶⁹.

No que tange à tentativa de redução dessa hipótese a partir da caracterização do romantismo como produção de uma identidade nacional ou que sua afirmação deveria vir a partir de quadros e projetos institucionais bem demarcados e/ou delimitados, ou ainda que uma obra francesa não pode ser apontada como prelúdio de um projeto romântico em solo brasileiro, destacamos que não se trata apenas da obra, mas de seus usos, apropriações e mobilizações de sua linguagem em um contexto que buscava cada vez mais a produção de referências como condição de possibilidade para sua manutenção. É possível afirmar que a busca por uma pedagogia da nação, a partir da tradução da obra de Ferdinand Denis por

⁶⁸ GASPARELLO, Arlete Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). Disponível em <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847872/mod_folder/content/0/ARLETTE%20MEDEIROS%20GASPARELLO%20-%20A%20PEDAGOGIA%20DA%20NA%C3%87%C3%83O%20NOS%20LIVROS%20DID%C3%81TICOS%20DE%20HIST%C3%93RIA%20DO%20BRASIL%20DO%20COL%C3%89GIO%20PEDRO%20II.pdf?forcedownload=1>. Acessado em 30 de junho de 2017.

⁶⁹ Bittencourt, 1993; Melo, 1997.

Bellegard em 1831, pode ser visto em confluência ou parte de um projeto e linguagem românticas antes mesmo de sua fundamentação com base institucional. Em todo caso, até mesmo Domingos José Gonçalves de Magalhães em seu *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*, manifesto publicado na *Revista Nitheroy* em 1836 já apontava que:

Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século medeara. Devido é isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolvera as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis⁷⁰.

A influência francesa seria fundamental para nossa formação, seja contraposta à influência portuguesa que deveria ser deixada para trás, seja como nível de “civilidade” e influência no campo das ideias, artes e letras, “que seria um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado pelo corpo social e político”⁷¹. Para Magalhães, que atribui papel fundamental às letras, desde os fins do século XVIII, ou mais especificamente, desde a Revolução Francesa em 1789, até seu tempo (1836), seria como se o Brasil tivesse progredido nos quadros civilizacionais da história quase que um século, principalmente a partir da expiração dos domínios portugueses no Brasil. O que afirmamos e defendemos, é que assim como a Revolução Francesa não pode ser lida como um movimento composto apenas de seu desfecho, que é a Queda da Bastilha, desprezando qualquer fundamentação em um projeto de *Crítica e Crise* por ideais da ilustração burguesa, como defendido por Reinhart Koselleck⁷², ou que a Independência do Brasil é fruto de uma manhã ensolarada e bem humorada, onde Dom Pedro resolveu a partir de um grito resolver nosso problema colonial, como se não houvesse anteriormente uma movimentação na cena pública que oferecesse as condições de possibilidade para emancipação política do Brasil em relação à Portugal.

⁷⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1980 [1836], p. 39-40

⁷¹ Idem (ARAUJO, 2008. p.108)..

⁷² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. Koselleck irá apontar em sua tese duas fases que movimentam seu trabalho. A primeira seria o absolutismo que condiciona a gênese do Iluminismo e este, por sua vez condiciona a gênese da Revolução Francesa.

Sabemos que tais questões estão superadas pela historiografia, ou se quer já foram problemas da mesma, tais exemplificações primárias são necessárias para afirmar que anterior à fundamentação institucional de nosso Romantismo, já estaria em curso no Brasil um projeto pedagógico e moral para a nação, que mimetizaria a linguagem romântica europeia ou utilizaria da mesma como via possível para tessitura de nosso tempo, ou de um tempo imaginado. A partir do *Discurso* do próprio Gonçalves de Magalhães, ainda que não explicitamente, já é possível notar a centralidade que o início da década de 1830 com as abdições na França e respectivamente no Brasil teriam para a fundamentação de nosso projeto de independência e de formação de uma identidade nacional, ao destacar que:

A independência foi proclamada em 1822, e reconhecida três anos depois. A Providência mostrou mais tarde que tudo não estava feito! Coisa há que não se podem prever. Em 1830 caiu do trono da França o rei que o ocupava, e no ano seguinte deu-se inesperadamente no Brasil análogo acontecimento

O próprio evento da Abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831 já pode ser lido como parte de um projeto que buscava a formação de uma identidade nacional brasileira, busca fundamental ao romantismo que tentará se consolidar a partir do *Discurso* de Magalhães. Na medida em que os movimentos que teceram a Abdicação buscavam a afirmação de nossa independência e autonomia pela necessidade de termos um monarca brasileiro a partir da deposição do português, já denota a busca por um modelo de nação com traços e identidade própria. Ou mesmo, a permanência e sucesso da obra de Jussieu no Brasil praticamente durante todo o Império, aponta que a obra não estaria desconexa do projeto de uma pedagogia moral da nação brasileira a partir de sua primeira publicação de venda, ou ainda pelo caráter anti-lusitano já manifesto a partir de 1830 em publicações periódicas⁷³, nada muito distante do que defenderia Magalhães em seu texto publicado em 1836. Fernando Catroga aponta que:

⁷³ A existência nacional afirmada por uma espécie de retórica da nacionalidade já pode ser notada desde o início da década de 1831, principalmente a partir da Abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho. Como já citado, o periódico *Império do Brasil: Diário Fluminense* do dia 01 de Maio de 1830, aponta que “do dia 7 de abril de 1831, começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros, e livre”. O caráter anti lusitano análogo ao texto de Magalhães pode ser notado na mesma edição e parágrafo, onde afirma que “este Brasil, até hoje tão oprimido, tão humilhado por *ingratos*, é o objeto do vosso e do seu entusiasmo”. (Grifos meus)

O romantismo, enquanto movimento cultural que teve seu apogeu no processo social e político que levou à consolidação do liberalismo monárquico-constitucional, não será devidamente compreendido se não se levar em conta o modo como as elites intelectuais que o protagonizaram entenderam as relações entre a cultura e a sociedade. Pode-se mesmo sustentar-se que esta postura se aproximou mais de alguns modelos de inspiração iluminista do que das atitudes românticas de pendor predominantemente estético ou de centração excessivamente subjetivista. O intelectual romântico, na linha de desenvolvimento de uma posição que já vinha do século XVIII, sentiu-se participante de uma <<república das letras>> constituída por todos aqueles que, tendo ascendido por mérito (e não por nascimento ou riqueza) ao papel de mediadores da verdade, deviam irradiá-la, tendo em vista reformar a <<alma nacional>>.

A afirmação de Catroga dialoga com a ideia da formulação de um romantismo brasileiro anterior às suas produções no campo institucional ou das articulações a partir do texto de Magalhães. No que tange ao romantismo como processo que terá sua consolidação com base no liberalismo monárquico-constitucional, o periódico *Império do Brasil: Diário Fluminense*⁷⁴ destaca em 1830 que “o Brasil nem quer, nem pode ser *Republicano*, ou *absoluto*; as suas prosperidades dependem da prática da sua Constituição(...)”, cenário não muito diferente da assertiva de Catroga no que tange ao romantismo. A definição de Catroga da figura do intelectual romântico como partícipe de uma república das letras e formador da alma nacional já pode ser notada no Brasil desde a tentativa supracitada de Januário da Cunha Barboza em produzir um Parnaso Brasileiro, que buscava, segundo Barbosa em seu “*Ao Leitor*” apontar o quando a nação brasileira poderia ser vista como “favorecida das musas”, possuindo “exatos modelos de mais delicado engenho, e apurado gosto”⁷⁵. Se no campo das letras a presença de um movimento romântico brasileiro já na primeira metade da década de 1830 encontra resistência nos estudos atuais, no campo político e como movimento social parece incontornável sua presença. Quanto a obra Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras atuaria enquanto medida moral e sentimental para produção de uma unidade e identidade nacional pelo comportamento, pelas maneiras, pela formação da “*alma nacional*”.

⁷⁴ BNRJ. SPR. Império do Brasil: Diário Fluminense. Rio de Janeiro, n.96, Sexta-feira, 01 de Maio de 1830.

⁷⁵ Idem (BARBOZA, 1829-1832)

No que tange à presença de uma linguagem romântica e sentimental de viés moralizante, um levantamento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a partir da ocorrência de palavras chaves relacionadas ao campo semântico da palavra sentimento, nos permite afirmar que a mobilização de tal linguagem, na maioria dos casos referindo-se à nação, é sintoma de uma linguagem que buscava cada vez mais produzir uma unidade para a nação brasileira, pela noção de amor à pátria.

Para o período em questão, o conceito *Sattelzeit*, cunhado por Koselleck para se referir ao tempo de transição que compreende as décadas 1750 a 1850, traduzido como “tempo de sela”, pode ajudar a compreender o que significou esse período e experiência da história no Brasil da década de 1830. Sabemos que o termo “*Sattel*” aponta para a metáfora da sela de um cavalo, ou mesmo da depressão que segue à lombada de um monte, podendo ter tanto altos como baixos⁷⁶. Entendida dessa forma, a metáfora nos possibilita pensar que a experiência política e social da história brasileira estava inserida dentro de um quadro brasileiro que devido à sua recente Independência, estaria começando a experimentá-la. O enorme e acelerado coeficiente de transformações na experimentação do tempo, acabaria, segundo Koselleck, por transformar antigos campos semânticos e com eles os mundos políticos e sociais. É dentro dessa perspectiva de mudanças nos campos semânticos que a intensificação de uma linguagem sentimental e romântica pode ser compreendida, seja pelo esgotamento de um léxico tradicional em desuso ou em transformação, com problemas novos para serem resolvidos pela experiência ou pelos quadros da ilustração tardia.

Se dentro da experiência moderna da história já não era mais possível resolver as dinâmicas e tensões do tempo presente a partir do repertório da tradição e com o mundo diante de intensas crises de representação narrativas e sociais, caberia à linguagem moral, sentimental de matriz romântica produzir uma mínima organização social e política, polindo os costumes e maneiras segundo a ordem do dia.

Reinhart Koselleck ao pensar a temporalidade presente nas transformações do discurso historiográfico, assim como a natureza e os tempos da narrativa histórica, aponta que um dos principais traços presentes em sua emergência caracteriza-se e é influenciada por um duplo desejo, pelas “lendas, os mitos e os contos de fada, de um lado, e o anseio por

⁷⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014. 281.

notícias confiáveis, de outro”, atribuindo a Heródoto o início das modificações na escrita da narrativa histórica, a partir da tradição oral. O que parece estar em jogo na primeira metade do século XIX, ou melhor, na primeira metade da década de 1830 com a publicação dos excertos da obra “Simão de Nantua” não se aproxima diretamente do ambivalente desejo que apontamos, mas do desejo crescente por história, e mais do que isso, por narrativas que não repetissem os mesmos lugares rígidos da narrativa tradicional. Tal desejo aponta para uma indeterminação temporal que estava em curso, de um tempo em acelerada dissolução, onde o problema do tempo apontaria para uma forte crise de representação na historiografia.

A narrativa moralizante, de caráter sentimental romântica e de imaginação histórica de Simão de Nantua parece realizar uma confluência necessária entre estes dois modelos narrativos, um relacionado à imaginação e outro à ambiência e atmosfera histórica. O autor, ao escrever a obra, mais do que preocupado com a verdade histórica, estaria afinando um discurso retórico, mimetizando uma realidade possível pela identificação sentimental do público leitor e receptor de conteúdo em leituras compartilhadas. Tal modelo narrativo não seria “menos histórico” ou “menos comprometido com a verdade” do que as narrativas tradicionais ou àquelas escritas junto ao timbre das instituições, não é disso que se trata, mas antes, buscava-se produzir uma narrativa capaz de unificar sentimentos e maneiras, que reunisse em si orientações históricas para a vida prática, ao mesmo tempo uma imagem idealizada do ser e indivíduo moderno a partir da imaginação. A obra Simão de Nantua pode ser pensada enquanto uma narrativa histórica no sentido de retratar ou documentar um tempo histórico específico, onde o humanismo comercial, a partir da imagem do comerciante, se constitui enquanto necessidade e característica fundamental à época, sobre tais questões nos deteremos na continuidade desta pesquisa e dissertação de mestrado a partir da obra de Marc Sauber Philips e da dissertação de mestrado de Flávia Varella⁷⁷.

⁷⁷ PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000; VARELLA, Flávia Florentino. **Da impossibilidade e aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-08092011-110830. Acesso em: 2017-08-10.

A obra *História de Jose de Faro ou o mercador ambulante* e a acusação de plágio das Obras Simão de Nantua ou o mercador de feiras e suas Obras Póstumas

Francisco Ladislau Alvares d'Andrada⁷⁸, autor do livro *História de Jose de Faro ou o mercador ambulante: seus conselhos e experiência oferecidos aos seus compatriotas* publicado em Londres em 1832⁷⁹ seria acusado de plagiário por sua obra ser uma imitação do estilo e forma da obra de Jussieu. Sua venda seria anunciada nos periódicos à época⁸⁰, porém não encontramos qualquer outra referência a José de Faro ou excertos publicados. Até mesmo as ocorrências referentes à venda são poucas, pois no período entre 1830 e 1839, foi possível verificar apenas quatro, duas no *Correio Oficial*, uma no *Diário do Rio de Janeiro* e outra no *Jornal do Commercio*. A presença escassa da recepção do compêndio de Francisco Andrada no Brasil pode denotar o quanto, possivelmente, o compêndio adaptado ou plagiado pode ter sido ofuscado pela presença marcante da obra de Jussieu⁸¹. Não foi possível até o momento encontrar qualquer debate em torno das acusações de plágio a Francisco Andrada, porém, na última página de José de Faro ou o mercador ambulante, o próprio autor traz a questão a tona:

Tenho a dar uma satisfação aos mais severos dos meus leitores sobre duas coisas, que sem dúvida os escandalizarão neste pequeno *compêndio de Moral Pública*: 1º a imensidade de erros e de faltas de todo o gênero que ali notaram; 2º a minha *ousadia de me fazer passar por autor* do que em grande parte não me pertence. Quanto à primeira, pedir-lhes-ei de se lembrarem, que é quase impossível obter perfeição tipográfica em uma obra publicada em países estrangeiros, e que não tive tempo, nem meios de dar a esta edição todo o cuidado que desejava. *Quanto à segunda acusação*, que é um pouco

⁷⁸ Francisco Andrada, segundo a própria capa de sua obra explicita era Bacharel em Belas Letras pela Universidade de Paris, Sócio da Academia Real das Ciências, Belas Letras d'Orléans, Membro da Sociedade Real das Ciências Químicas e Físicas de Paris, da Sociedade Francesa de Estatística Universal, etc., etc.

⁷⁹ ANDRADA, Francisco Ladislau Alvares d'. *História de Jose de Faro ou o mercador ambulante: seus conselhos e experiência oferecidos aos seus compatriotas*. Londres, 1832. Disponível em <https://books.google.de/books?id=MptAAAAAMAAJ&pg=PA102&lpg=PA102&dq=%22simon+de+nantua%22&source=bl&ots=CY1g7TIA5C&sig=yozwG67y2k_bi9-Gi3tvfvTa4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwixwfK3idDPAhXjA8AKHaUDCTY4FBD0AQgjMAE#v=onepage&q&f=false>. Acessado em 04 de julho de 2017.

⁸⁰ BNRJ. SPR. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n.138, quarta-feira, 25 de junho de 1834.

⁸¹ Nem mesmo nos arquivos digitais da Torre do Tombo ou nos da Biblioteca Nacional de Portugal foi possível encontrar referências.

mais séria, responderei: que, posto que *adotasse todas ou grande parte das ideias de Mr. de Jussieu* no seu excelente opúsculo intitulado - *euvres posthumes de Simon de Nantua, outras foram também as fontes aonde fui beber*; e que, além de haver alguma coisa de que eu sou o único autor, é do arranjo da obra ser novo e de todo meu, desejando fazer uma obra inteiramente Portuguesa, e *substituir o meu herói José de Faro ao Simão de Nantua de Mr. de Jussieu*, não sei como poderia dar o nome de tradução ao meu trabalho. Se isto satisfazer, ficar-lhes-ia sumamente agradecido. F.L. Alvares D'Andrada⁸²

No que tange à possível acusação de plágio, a capa do compêndio aponta logo abaixo de seu título que esta seria uma "imitação de uma Obra premiada pelo Instituto Real de França, como a mais útil a todas as classes da Sociedade". O problema de tal referência é não citar de imediato a obra de Laurent de Jussieu, mas apenas referir-se à mesma como “uma obra premiada pelo Instituto Real de França”, como que se a referência de inspiração direta em primeira página, pudesse ofuscar a obra de Andrada, deixando a parecer mais como um exercício de vaidade intelectual. Deixar para justificar-se e citar a obra apenas em sua última página em detrimento das críticas possibilita ver a crítica à obra como fundamental ao ambiente ilustrado de rigor nas produções intelectual. Interessante e fundamental notar que o próprio autor se refere à sua obra enquanto um compêndio. Segundo o dicionário de Moraes Silva de 1813, o significado de compêndio, corresponderia à uma “epitome, resumo do mais essencial, de noções elementares de uma ciência etc. Em compêndio, isto é, resumidamente”⁸³. Apontar tal característica de seu trabalho poderia ser fundamental para evitar que acusações de plágio pudessem ser levadas a cabo pela comunidade intelectual do período.

Fundamental neste debate é que a própria modernidade, segundo Bruno Medeiros, colocaria em descrédito um projeto ligado às formas tradicionais de escrita da história, que desde o início do século XIX estariam sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade. O que estaria em jogo e colocaria em descrédito o regime compilatório, seriam as modificações nas formas de representação do passado, passando a exigir maior rigor nos

⁸² *Grifos meus*. (ANDRADA, 1832)

⁸³ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>> . Acessado em 05 de julho de 2017. (p.261)

trabalhos de escrita da história, até mesmo em casos como o das obras aqui trabalhadas de ficção ou imaginação histórica (MEDEIROS, 2012). Em todo caso, devido às transformações no campo da escrita, a obra de Andrada não deixaria de ser menos criticada pelo fato de elaborar uma “mea culpa”, principalmente por estar inserida em um momento onde as bases da escrita em sua representação passavam por intensa transformação, entre um modelo de regime compilatório para outro disciplinar. Valdei Araujo em seu trabalho traz uma importante diferenciação entre os dois regimes em transição, onde havia:

“de um lado, um modo compilatório, que atende à demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais profundamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não especializado. De outro, um modelo disciplinar que precisou abrir e legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições” (ARAUJO, 2015)⁸⁴.

O que parecia estar em jogo quanto à obra de Andrada não seria o fato de sua obra ser uma compilação, mas que a mesma se apresentaria enquanto uma imitação de Jussieu, problema tão caro à ilustração burguesa romântica que buscará cada vez mais se afastar de modelos clássicos. Acreditamos que não seria por coincidência ou apenas motivo de justificativa que Andrada buscava blindar-se da crítica quanto à forma e estilo de sua narrativa apontando “a imensidade de erros e de faltas de todo o gênero que ali notaram”, justificando que seria impossível dar perfeição tipográfica à obra por seu local de publicação ser estrangeiro, escapando ao moldes e padrões do nacional, e que por falta de tempo não pôde aplicar o cuidado que desejava (ANDRADA, 1832). De toda forma, a justificativa de Andrada não seria suficiente para invalidar as acusações das quais se defendia, já que a pressa em publicar a obra não invalida a possibilidade mesma em tê-la postergado.

A auto defesa de Andrada prossegue a partir da abstinência em se colocar na posição direta de autor, que pode ser vista em oposição ao trabalho compilatório, que seria a reunião de aspectos mais fundamentais sobre determinado assunto, afirmando que não poderia se passar por autor do que em sua grande parte não lhe pertence, referindo-se ao estilo, forma e inspiração para sua composição textual. Na mesma defesa, o autor, enfim, citaria a obra de Jussieu, assumindo a imitação das *Obras*

⁸⁴ ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

Póstumas de Simão de Nantua de 1829, que viria anexada à obra primeva nas edições que seguiriam e que aqui utilizamos para pesquisa. A acusação não parecia emergir em um contexto simples para Andrada que de uma só vez, retira sua responsabilidade com a autoria, ao afirmar que “se haver alguma coisa de que eu sou o único autor, é do arranjo da obra ser novo e de todo meu, desejando fazer uma obra inteiramente Portuguesa, e *substituir o meu herói José de Faro ao Simão de Nantua de Mr. de Jussieu*”.

Neste primeiro esboço de análise, acreditamos que o que parece convergir entre a emergência da obra de Jussieu e em seguida a imitação de Andrada é, além da incessante necessidade pela produção de sentido moral que unificasse o corpo social, era: 1 - que o desejo de Andrada em “fazer uma obra inteiramente Portuguesa” fosse parte de um processo ou necessidade para o intelectual de afirmar ou inserir Portugal nos quadros da ilustração europeia. A questão é que ao desejar ao mesmo tempo elaborar uma obra *inteiramente* portuguesa e ao mesmo tempo confessar sua não autoria e imitação da obra do francês Laurent Pierre de Jussieu, o autor já inviabiliza em um só parágrafo seus dois desejos, a partir de uma retórica de afirmação contraditória, ou, no limite, mal elaborada, e 2 – Na parte inferior central da capa de seu compêndio, Andrada traria a frase: "se a experiência vale mais que o ouro, caro custa por vezes a sua posse; quão louco será pois aquele que recusar aproveitar-se da que de graça se lhe oferece?". Acreditamos que a noção de experiência aqui mobilizada não se resume a um campo de experiência passada, tradicional, acumulada pelo tempo e pelas lições passadas da história, mas se restringiria ao fardo do ambulante José de Faro, de suas experiências e caminhadas, oferecidas de graça em suas andanças, representação similar à de *Simão de Nantua ou o Mercado de Feiras*, ambos mercadores, que para compreenderem o mundo novo que emergia e se apropriarem de seu campo moral em seus vários níveis, das continuidades com signos que permaneciam ou da ruptura com antigos modelos de representação. A imagem do mercador, do indivíduo moderno em movimento, do ambulante, daquele que caminha e acumula conhecimento sobre o mundo em sua transformação e influi diretamente sobre ele, pode ser lida a partir da metáfora do trabalho de uma escultura em uma lápide, esculpindo numa carruagem em movimento, onde, por mais especializado que possa ser seu trabalho, o resultado final ou o que se poderá encontrar no caminho, não garantem a efetividade e qualidade de sua tarefa. A imagem do mercador em sua caminhada, é um movimento em aberto, que no final resultará em experiência, imediatamente suplantada pela caminhada que seguirá, que poderá substituí-

la ou não. A experiência poderá ser acumulável ou não, sendo esta caracterizada pela fluidez do tempo e ao que venha servir à ordem do dia.

A obra Simão de Nantua de Jussieu e a José de Faro de Andrada, convergiriam em si características tanto do Regime compilatório quanto do disciplinar. Valdei Araujo⁸⁵ destaca as diferenciações entre os dois regimes em transição, ou em nosso caso, em processo de alternância, da coexistência possível dos dois regimes na obra aqui estudada. O regime compilatório para Araujo teria forte apoio do sistema de subscrição e editorial, e o disciplinar apresentaria subsídio estatal direto ou indireto, com formação de Sociedades/instituições. Enquanto a obra de Andrada se relacionaria de forma direta com um modelo de compilação assumido pelo próprio autor, como supracitado, afirmando que de “*outras foram também as fontes aonde fui beber*; e que, além *de haver alguma coisa de que eu sou o único autor*, é do arranjo da obra ser novo e de todo meu” (ANDRADA, 1832)⁸⁶, a obra de Jussieu se assemelharia muito mais intensamente com o regime disciplinar, seja por sua originalidade resultante do concurso subsidiado realizado pela *Sociedade de Instrução Elementar*, instituição francesa. Nos aspectos onde ambos os regimes se associam nas obras, podemos destacar que ao mesmo tempo em ambas apresentam a presença de linguagem sentimental, há também a formação de um decoro especializado que deveria ser cumprido para estabilização de uma moral compartilhada para tomada de decisões na esfera pública. Ambas, também pelo fato de que a obra compilada de Andrada ser uma imitação da de Jussieu, apresentam resistência à erudição moderna, característica do regime compilatório, segundo Araujo, pela fluidez de sua escrita, fundindo erudição, filosofia e narrativa. Dentre todas estas características presentes, vale destacar que a obra Simão de Nantua ou mesmo José de Faro, não teriam em suas pretensões uma busca por ação política direta, característica do regime compilatório, mas veria a escrita como condição de possibilidade para formação/informação, de ação política indireta, ponto este, central à nossa hipótese de que o uso do compêndio de Jussieu no Brasil durante praticamente todo o império brasileiro, seria parte de um projeto de pedagogia da nação com viés político indireto a partir da formação da *alma brasileira*⁸⁷. Em suma, a obra seria utilizada indiretamente na formação moral do brasileiro com vistas à

⁸⁵ ARAUJO, 2015.

⁸⁶ Grifos meus.

⁸⁷ A apropriação e uso da ideia de alma nacional ou brasileira pode ser correntemente notada na linguagem política do período..

produção de um campo político maximamente estável pela via de costumes e maneiras ajustáveis à ordenação do campo político e social.

Capítulo 3

Apresentação à obra Simão de Nantua ou o mercador de feiras

HISTORIA
DE
SIMÃO DE NANTUA

ou
O MERCADOR DE FEIRAS
OBRA DE LAURENT DE JUSSIEU

A QUEM A SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO ELEMENTAR
ESTABELECIDA EM PARIS, CONFERIO O PRÊMIO DESTINADO POR UM ANÓNIMO
PARA O LIVRO QUE APARECESSE MAIS CONVENIENTE À INSTRUÇÃO
MORAL E CIVIL DOS MORADORES DA CIDADE E DO CAMPO

TRASLADADA DA LINGUA FRANCEZA

POR
PHILIPPE PEREIRA D'ARAUJO E CASTRO

SEGUIDA DAS OBRAS POSTUMAS DE SIMÃO DE NANTUA

NOVA EDIÇÃO

CORRECTA, AUGMENTADA, E ORNADA COM OITO ESTAMPAS COLORIDAS

Eu faço votos, meus amigos, para que sejais
prudentes e felizes.
(Cap. XXXVIII, da *Historia de Simão de Nantua*).



PARIS

LIVRARIA DE V^{ta} J. P. AILLAUD, GUILLARD E C^a

47, RUA SAINT-ANDRÉ-DES-ARTS

1867

Imagem 1. JUSSIEU, 1867. Capa de abertura da edição.



Eu faço votos, meus amigos, **para**
que sejaes prudentes e felizes.

(Capítulo XXXVIII da «Historia
do Simão de Nantua.»)

Imagem 2. JUSSIEU, 1875; p.10. Representação do mercador Simão de Nantua, presente na última edição localizada. Seguido na mesma página de abertura por um de seus conselhos, presente no último capítulo da obra.

Linguagem sentimental e educação moral na obra Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras entre a França e o Brasil

“E porque um acontecimento feito em 2.000 léguas distante, em um povo estrangeiro, lá do Velho Mundo, tanto afeta certa gente?”

O Brasileiro Imparcial (26/10/1830, n 87)

Uma educação pela pedra: por lições; para aprender da pedra, frequentá-la; captar sua voz inenfática, impessoal (pela de dicção ela começa as aulas). A lição de moral, sua resistência fria ao que flui e a fluir, a ser maleada; a de poética, sua carnadura concreta; a de economia, seu adensar-se compacta: lições da pedra (de fora para dentro, cartilha muda), para quem soletrá-la. (A educação pela pedra, NETO, João Cabral de Melo, 1966)

Um dos objetivos dessa investigação é produzir uma leitura possível própria à modernidade, seja a europeia ou brasileira, a partir da noção de “clima histórico (Stimmung)”. Como já mencionado, Marcelo Rangel e Thamara Rodrigues reforçam que a noção de “clima histórico” é um termo utilizado por filósofos e historiadores como Heidegger, Hans Ulrich Gumbrecht e Valdeci Lopes de Araújo. Esse termo é uma tradução possível da palavra alemã – Stimmung, que pode significar também: atmosfera, tonalidade afetiva, sentimento, pathos, entre outros. Os autores trabalham a noção de “clima histórico” também a partir das reflexões de Martin Heidegger", que se apresentaria como uma espécie de âmbito sentimental constituído historicamente, no interior/ou a partir da experiência de um determinado “tempo histórico”, capaz de orientar de forma significativa pensamentos e ações", e reforçam em trecho fundamental à sustentação desta investigação:

Dizendo ainda em outras palavras, um “clima histórico” é o mesmo que um conjunto de sentimentos específico que se sedimentam e se tornam transcendentais no interior de um "tempo histórico" determinado, podendo se reconstituir de acordo com acontecimentos históricos e experiências do tempo. Por exemplo: A Revolução Francesa e as Rebeliões Regenciais, estas últimas ao longo dos anos 30 do século XIX, no Império do Brasil. Estes acontecimentos

aprofundaram a aceleração do tempo experimentada ao longo do “tempo histórico” moderno quer na Europa quer no Império do Brasil, tornando possível a experiência radical da aceleração do tempo que Koselleck chamou de *Sattelzeit*. Eles contribuíram para o aparecimento incessante de situações inéditas para as quais os homens, na Europa e no Império do Brasil, não possuíam um repertório de soluções adequado, o que os levou a insistir em um conjunto amplo (radicalmente aberto) de significados e sentidos maximamente inéditos, aliás, justo por esse motivo, homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que haviam participado da chamada revolução liberal do “7 de abril”, junto a Feijó e a Evaristo da Veiga tendo, ele também, participado deste movimento de intensificação (ou experimentação) de determinados significados e sentidos maximamente inéditos liberados pela Revolução Francesa, por exemplo se empenharam em realizar o “regresso conservador”, ou ainda, como afirmara o próprio Bernardo, então contrito e profundamente cauteloso “foi preciso buscar no estrangeiro a experiência que nos faltava, a atuação irresistível que então exerciam sobre nós as ideias, as instituições e os costumes franceses...” mas era chegada a hora de “frear a revolução”, o que o fizera afirmar em 1838: "Fui liberal, então a liberdade era nova para o país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo, fui liberal. Hoje, porém, é diverso. (RANGEL; RODRIGUES, 2014)

O conjunto de sentimentos em processo de sedimentação no mundo ilustrado europeu destacado pelos os autores teriam no Brasil sua confluência direta, seja no âmbito da linguagem, ou na sedimentação de conceitos fundamentais que permitissem organizar maximamente a sociedade em suas vias de ação na vida pública, em um momento de intensas transformações na sociedade do século XIX; a partir de eventos como a Revolução Francesa, a Restauração do Trono na França em 1815, a Revolução de Julho de 1830 na França que culminará com a Abdicação de Carlos X, as independências na América Latina, o 7 de Abril 1831 no Brasil com as revoltas que produzirão a Abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Dom Pedro II, este, monarca brasileiro, característica fundamental e cara à época para um monarca. Fato este que era imprescindível, pois para que uma nação recém independente pudesse afirmar sua autonomia e constituir sua identidade, nada mais correto àquela sociedade que tivéssemos um monarca nascido nos trópicos. Tais eventos aprofundaram a necessidade de encontrar e produzir objetivação de sentidos para as situações

novas que emergia nestes contextos relacionados, ao qual o leque de experiência do passado não mais abarcavam em suas categorias e léxico de significações e conceitos para compreenderem seu tempo, tampouco possuía repertório suficiente para tomada de decisões que vislumbrassem o futuro em suas expectativas liberadas a partir da Revolução Francesa.

Neste sentido, os autores apontam que "por volta de 1800, em especial a partir da Revolução Francesa, os homens se viram, uma vez mais, expostos a um conjunto de entes inéditos, os quais seu repertório sentimental e semântico não era capaz de compreender. A Revolução Francesa provocara sentimentos, pensamentos e atitudes até então desconhecidas, situações inéditas"⁸⁸, efeitos estes que se estenderiam e influenciariam toda Europa e até mesmo o Brasil, fundamentalmente a partir da expansão da imprensa e a industrialização, principalmente após a segunda metade do século XVIII, como reitera Reinhart Koselleck ao destacar que "desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje" (KOSELLECK, 2006. p. 103,) e que "a emergência de um horizonte histórico específico, determinado por sentimentos, por significados e sentidos inéditos ou até então obscurecidos, que passam a orientar os homens em geral" seria orientada por uma noção de evento de inspiração foucaultiana e heideggeriana. (RANGEL; RODRIGUES, 2012).

Acreditamos que o projeto do Regresso Conservador para 1838 expresso pelos autores apontada como uma necessidade de "buscar no estrangeiro a experiência que nos faltava, a atuação irresistível que então exerciam sobre nós as ideias, as instituições e os costumes franceses...", pode ser notada no Brasil fundamentalmente antes do ano fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, através da obra aqui estudada, *Simão de Nantua ou o mercador de feiras*, obra de educação moral com forte apelo por uma linguagem sentimental como veremos, publicada na França em 1818 e no Brasil a partir de 1830 para vendas e com excertos publicados em jornais sintomaticamente uma semana antes

⁸⁸ Como, por exemplo, a participação do ex-escravo, o Senegalês Jean-Baptiste Belley como Deputado na Convenção que defendia o fim da escravidão nas possessões Francesas. As descrições da entrada de Belley em Paris e sua atuação junto à Convenção gerou um clima de universalidade aos ideais da Revolução. Assim como nas Regências, em que o "Carro da Revolução" deveria ser parado, Belley foi exilado em uma ilha do litoral Francês com o 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte, como bem salientou Weder Ferreira em suas contribuições e leituras deste trabalho.

da Abdicação de Dom Pedro I. Desse modo, se para os anos 30 os autores destacam a multiplicação de "discursos melancólicos determinados por sentimentos como cautela e gravidade, o medo, o pessimismo e a desesperança, e, no limite, o desespero", mais especificamente a partir de Gonçalves de Magalhães, suas poesias e textos do primeiro romantismo, acreditamos também na emergência de tais discursos por uma linguagem sentimental como anteriores à tais momentos.

A obra francesa aqui estudada, publicada no Brasil em 1830 até onde foi possível investigar, seria mais um reflexo de nossa busca no "*estrangeiro e nos costumes franceses*" pelos modelos de experiências que ainda nos faltava, integrando-as no Brasil ao nosso modo, não menos moderno; se é que uma associação desta torna-se possível em alguma hipótese. Na obra de Jussieu, sentimentos e suas adjetivações como prudência, miséria, cuidado, asseio, felicidade, juízo, piedade, amor ao trabalho, sabedoria, dentre tantas, assim como cautela e gravidade destacadas por Marcelo Rangel e Thamara Rodrigues são nítidas desde o primeiro capítulo da leitura até sua conclusão.

A diferença fundamental entre os dois momentos, é que enquanto na primeira metade da década de 1830, a partir da obra de Jussieu e dos periódicos o sentimento será de conformação do tempo, da tentativa pela linguagem de produzir estabilidade para o Império, de organizar conceitos fundamentais que permitissem a produção de autonomia para o Brasil frente a Portugal, desejada pelos moderados, autonomia esta fundamental para construção de uma identidade brasileira distanciada do passado colonial português. Já na segunda metade, o medo e desesperança para os conservadores seriam motores e propulsores de empatia por setores da sociedade para mudança, pela noção do novo associado ao medo do presente e passado tidos por ruim, negativados na linguagem utilizada. O que parece estar em questão é um jogo político retórico e de linguagens que buscam mobilizar o campo sentimental do leitor, suas aspirações, receios e medos, pela mudança, com a prerrogativa de "frear a revolução", tida por alheia a ordem e por vezes como anárquica. Em outras palavras, era preciso um projeto de linguagem que permitisse a submissão da opinião pública ao projeto político conversador que estava velado associado à sensação de desconsolo por um progresso que "não chega", sendo criadas assim as condições de possibilidade para a implementação do projeto político do Regresso Conservador.

A proposta aqui trabalhada dialoga também com a tematização de uma tradição

hermenêutica que busque, no limite, a reconstituição de significações sedimentadas no sentido, noção esta presente no "giro linguístico" debatido por Hans-George Gadamer, para quem a linguagem é a primeira interpretação global do mundo, e este um mundo, uma ambiência que são sempre interpretados via e na linguagem. (GADAMER, apud in: PALTÍ, Elias. Op. cit., p. 14). A mudança fundamental da primeira para a segunda metade da década de 1830 é que na primeira o clima e sentimento não seria de pessimismo, melancolia ou desconsolo como ficariam expressos em Gonçalves de Magalhães em seus escritos, como aponta Rangel. Com o caminho que se abria a partir da Abdicação de Dom Pedro I em 1831, era preciso estimular pela linguagem a ordem social e a amenização dos ânimos para tomada de decisão na vida pública.

Interessante notar que a emergência da ora Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras no Brasil e sua permanência por todo Império como obra de educação moral, resistindo à tais modificações nos mundos da política e social, deve-se sobretudo busca por um caráter de universalidade das maneiras e costumes que poderiam adequar-se à qualquer conjuntura histórica. O que estava em jogo era a construção de um modelo de civilidade, costumes e maneiras francesas que, aplicadas na França ou mimetizadas no Brasil a partir dos primeiros anos regenciais deveriam ser capazes de organizar as experiências inéditas que emergiam, como reforçam os autores ao apontar que:

Gumbrecht continua sua análise evidenciando que o século XIX e a sua disciplina fundamental, a história, intensificaram, equivocadamente, o paradigma da interpretação, ou melhor, da compreensão (e determinação) privilegiada do real, a partir de dois métodos específicos, o da historicização e o da narrativa. Por um lado, os filósofos e cientistas se dedicaram à compreensão da mediação e "interferência" provocada pelo corpo no que se refere à produção de um conhecimento imediato do real e, a um só tempo, passavam a insistir em macronarrativas, em discursos organizados por um sentido fundamental capaz de organizar as experiências e entes inéditos. Essas macronarrativas podem ser compreendidas como uma espécie de discurso capaz de solucionar a forte ambiguidade e equivocidade do conhecimento (da linguagem), produzidas, especialmente, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, período que Koselleck chamou de *Sattelzeit*. (RANGEL; RODRIGUES, 2012).

Desta forma, o estudo da obra francesa de uso no Brasil por quase todo o Império até onde foi possível mapear é fundamental no sentido de compreensão do clima que a macronarrativa moral de Jussieu abarcou e se relacionou e à quais anseios e ideal de sociedade a mesma ambicionava. O sentido fundamental buscado pela publicação da obra no Brasil a partir de seus performadores seria a produção de um clima de amenidades, de um sentido moral que pudesse ordenar a sociedade por uma linguagem comum, sentimental e moralista, sobretudo. E a forma mais adequada para conformação seria pela linguagem sentimental, capaz de ser objetificada pelo campo da ação.

Segundo o narrador testemunha, Simão de Nantua era mantenedor de uma "numerosa família", possibilitando meios de a educar e de "viver folgadoamente". A descrição de Nantua, não afasta de seu lugar como homem de família, seja por vias de recurso narrativo pela necessidade de aproximar o mercador da vida cotidiana de seus leitores, ou mesmo pelo tipo ideal de homem representado em Nantua oscilar entre um modelo de costumes e maneiras, que com o advento da modernidade cada vez mais entrava em desuso e precisava ser mantido, por cultivar-se e desejar que aspectos e presenças do passado se atualizassem na imagem do mercador. A descrição do personagem era a confluência e alternativa necessária para a formação do homem moderno que não deixasse para trás o *topos* religioso e sua moral, garantindo certa homogeneidade e ordem à sociedade e ao mesmo tempo expandisse seu campo de ação para formas de ensino secularizadas. Simão não é mais o modelo de homem antigo que até os séculos anteriores se distinguiam por sua capacidade de empunhar a espada e distinguir-se pela bravura dos campos de batalha ou de seus feitos enquanto tal.

Ora como os seus desejos não excediam a sua possibilidade, era perfeitamente feliz, pois dizia ele:—só é verdadeiramente pobre o que deseja mais do que pode ter. Apesar da sua idade avançada continuava a trabalhar, e a discorrer pelas feiras, porque dizia:— a ociosidade e a preguiça são os maiores inimigos da saúde e da felicidade. —Assim o velho Simão, com sua cabeça calva, e apenas alguns cabelos brancos e roda das orelhas, passava excelentemente. (JUSSIEU, p8)

A noção de trabalho explorada em Nantua, se no limite de um exercício anacrônico necessário nos coloca frente ao problema atual de nossos mundos do trabalho, em pleno

2018, com o cerceamento de direitos trabalhistas e garantias de seguridade por políticas de austeridade e com "fim" das aposentadorias no Brasil, oriundos de um golpe político institucional, aprofunda e evidencia um moralismo caro e fundamental ao início do século XIX para setores políticos e institucionais da sociedade, que após e durante a urdidura dos movimentos revolucionários iniciadas na segunda metade do século XVIII, viram no turbilhão dos movimentos que o discurso moralista seria capaz de apaziguar os ânimos da sociedade e produzir um ordenamento moderado a partir da linguagem moralizante e sentimental, como fica evidenciado em palavras como felicidade, saúde, feliz, inimigos, ociosidade, todas pertencentes ao campo semântico da palavra sentimento. A presença repetida do sufixo adverbial "mente", em sua relação com o intento, o espírito, aponta para o uso retórico de convencimento presente no texto para conformação do argumento, associado à descrição de uma fisiologia pela saúde, vida e hábitos em sua relação com a vida e a morte, suscitadoras da imaginação e transposição para nossos campos de ação. Em tempos de "não pense em crise, trabalhe!", a fala do personagem Simão ressoa com potência de sentido atual. É preciso acalmar os ânimos, controlar as ações e conformar o tempo por uma desintegração da subjetividade trabalhadora na França, que se estenderá como costume também no Brasil. Como apontamos, a obra de Jussieu será utilizada no Brasil como manual de educação moral durante todo o Império, aparecendo em periódicos como sempre como recurso aos modos de ser e agir socialmente. No interior das intensas mudanças em todos os setores da sociedade, após a Revolução Francesa, as pretensões de progresso da sociedade burguesa, a Restauração do Trono em 1815 na França, a fala de Nantua dialoga diretamente com a conformação desta sociedade com a utopia liberal burguesa da competitividade pelo mérito, aniquilando-se a subjetividade, por acreditar que a modernidade comportaria em sua gênese todos os corpos, todos os sujeitos desde que em consonância com padrões e formas de ser bem delimitadas pelo corpo social.

Como destaca o narrador, o caminho para a distinção social e o não desvirtuamento da moral deveria passar necessariamente pela educação, como veremos em alguns momentos na leitura desta fonte:

Simão bem o sabia, o por isso perguntava a todos que encontrava:— Vós mandais vossos filhos à escola? Pois mandai-os, que nisso lhe fareis o maior serviço. Se não souberem nada, serão sempre dependentes dos outros, e muitas vezes logrados. (JUSSIÉU. p9)

O narrador testemunha que "aceita viajar com Nantua por toda França em sua digressão" pela "conversação sensata" associa a credencial e moral de Nantua perante a sociedade como prova de suas experiências para intensificação e validação de seu discurso na narrativa de imaginação histórica. A "conversação sensata" de Nantua, sinônimo para o uso da razão nas coisas da vida social expressa-se sempre pela educação como fator de distinção social e educação das maneiras e costumes sociais, como caminho da virtude. Qualquer desvio à forma do trabalho e do progresso não estaria em consonância com os adjetivos necessários ao homem moderno. Era preciso na constituição da narrativa que os valores ali levantados se colocassem como universais à França ou mesmo aos locais por onde sua influência se estendia, por isso sua viagem refletia não só os grandes centros franceses, mas passava "por toda a França". Era preciso para Jussieu, autor da obra, que toda a França se sentisse referenciada por suas experiências, que ao mesmo tempo que se mostrasse apta a instrução dos moradores da cidade, que chegasse também aos moradores do campo. A forma que mais pareceria eficiente para uma única narrativa acoplar distintas realidades seria pelo que as mesmas teriam em comum; os princípios morais e a linguagem comum aos mundos da vida, como avareza, prudência, sabedoria, honestidade, probidade, entre outros.

No capítulo dois da obra, quando "Simão de Nantua vai à feira de S. Cláudio Fala da reputação e probidade de Nantua que o precedia", é recebido ao que lhe diziam:

Oh! bem vindo bom Simão: como vão os negócios? E ele respondia: Vão bem. Vós bem sabeis que estou sempre contente, de que nunca me queixo.— Outros lhe diziam: Vós sois feliz, amigo Simão, em pensar assim, pois os tempos correm bem contrários, não se faz negócios e as contribuições são pesadas.— Bem sei, diz Simão de Nantua, que o país não é rico e sofre muitos encargos; (...) Não era melhor que, em vez de queixumes e murmurações, cuidásseis em trabalhar e ser econômicos? — O trabalho cura a miséria, e a economia impede que ela volte. (JUSSIEU, p. 10, 11)

A representação messiânica em Nantua, do viajante que por onde andasse deixava uma memória exemplar, quando saía se tornava referência para os modos de agir, e onde chegava trazia em si o repertório de suas experiências que o precediam. Nota-se em suas falas "providenciais", em suas declarações de provisão, redenção e ressignificação que apontam para uma conformação social em torno de princípios gerais pela perspectiva de um futuro que se desdobra pelas ações, ou pela metáfora cristã do plantio e colheita, tendo o trabalho como meio e fim. Interessante notar na obra a associação repetida entre miséria e trabalho, representação esta que quarenta e três anos depois, em 1862, seria elaborada por Victor Hugo em sua obra intitulada por *Os Miseráveis*; obra esta que situa-se justamente entre duas batalhas, a de Waterloo (1815) e os motins de 1832, podendo-se acrescentar neste período a eclosão dos três dias gloriosos de Paris de julho de 1830, evento que exerceu forte influência no Brasil para a Abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831, como veremos no decorrer desta dissertação. Fato este que reforça a fala de Nantua, quando afirma que o "país não é rico e sofre muitos encargos;". E reforça:



Simão de Nantua vai á feira de S. Claudio.

Imagem 3: JUSSIEU, 1967; p.10.

Quando tornei a Nantua, da minha ultima viagem, já não achei em nossas fábricas senão homens, mulheres e rapazes, que só cuidavam em falar de politica e de criticar tudo o que se fazia. Durante esse tempo os teares estavam parados, e a miséria vinha de galope. - Na verdade, disse-lhes eu, estás aí fazendo boas coisas, e tomais um bonito caminho para acudir aos vossos encargos! Continuai a não fazer nada, e brevemente tereis o gosto de ver que os vossos vizinhos se enriquecem à vosssas custas, e zombam de vós. Perceberam isto, puseram-se outra vez a trabalhar com ardor, e ei-los aí que já se não queixam. Fazei também o mesmo, meus amigos, e não sentireis o peso de vossos

tributos. Os maiores são aqueles que nos impomos a nós mesmos pela ociosidade e desperdício. (JUSSIEU, p.12)

Assim, podemos apontar que a obra de imaginação histórica, contextualizada na crise francesa do período e no contexto da crise da formação dos Estados modernos, a moralidade de Nantua não viria diretamente como exemplos de um homem comum que mimetizasse uma realidade, mas antes, que a idealizasse pelos ensinamentos da moral cristã. No interior do turbilhão político que havia décadas se desdobrava na França, encomendar uma obra que se tornasse referência para a conformação política e do tempo, lançava luz à obediência e conformação civil como caminho para superação da crise, principalmente pela realização da obra se tratar do resultado de um concurso financiado não se sabe por quem. O moralismo de Nantua é bem delimitado, e sua relação com o trabalho fica evidente quando estende uma crítica ao trabalho de cigania e suas atividades, quando adverte seu tio "Guilherme se me não engano, é a vossa filha que está consultando aquele cigano! Reparai como lhe ele fala ao ouvido com aquele grande canudo de lata, e sabe Deus o que lhe ele diz" (JUSSIEU, 13). Pelo teor da obra, não se trata apenas de uma crítica ao "charlatanismo", mas antes à organização social para permanência dos padrões de moralidade cristãs, como fica explícito na descrição da formação intelectual de Nantua no começo da obra por Pierre de Jussieu. Apesar de tais aspectos, Nantua destaca-se por ser um personagem que necessariamente deveria se afastar de qualquer vício que em sua visão pudesse corromper um pretensão ideal de civilização na França ou por onde a obra pudesse ser traduzida, como foi o caso no Brasil e Portugal.

Pedro Meira Monteiro em sua pesquisa sobre a presença das máximas de La Rochefoucauld na Constituição moral, e deveres do cidadão (1824-1825), de José da Silva Lisboa procura expor o "cruzamento de dois textos cujas significações se esclarecem por meio da intervenção moralizadora do autor brasileiro, que vê, nas máximas francesas, a "moral mundana", contra a qual oporá sua própria "moral cristã". Para o autor, Lisboa terá tão bem compreendido o fundo sombrio sobre o qual se desenha o império do amor próprio, da vaidade exacerbada, que para o nosso caso em Nantua e em sua mensagem civilizadora pode ser lido como uma resposta à uma mesma insegurança moralista. Meu argumento em relação à Simão de Nantua vai ao encontro direto da observação de Monteiro para o caso do

Duque de La Rochefoucauld, onde Pierre de Jussieu, autor da obra Simão de Nantua, em seus objetivos de produção da obra, poderia ter imaginado o ideal de uma nova civilização francesa, "erigindo-se contra a máquina infernal das paixões, que identifica ora nas ruínas deixadas pela Revolução, ora nas ruínas da natureza humana, mergulhada no engano e na ilusão das virtudes" (MONTEIRO, 2001)⁸⁹.

Para o caso da obra de Jussieu, que poucos anos depois seria traduzida e publicada no Brasil, sendo utilizada por todo Império como obra de educação moral, o não lugar da moral mundana frente à cristã se estenderia pelas mais variadas vias e locais da sociedade, como aponta a máxima de Simão sobre os jogos:

(...) a loteria é a ruína daqueles que têm a loucura de entrar nela, e que todos os sonhos são outras tantas tolices, em que só os imbecis se fiam. Tendes razão, amigo Guilherme; mas já que pensais que é loucura acreditar em sonhos, deveis igualmente pensar que também o é acreditar em predicções de ciganos. Que singular cousa! acrescentava Simão de Nantua: Queixam-se da miséria do tempo, e há dinheiro para despender em bagatelas, para jogar, para consultar ciganos, e para comprar drogas, que para nada prestam! (JUSSIEU, 13, 15)

Simão em sua incursão moralista entende que era preciso produzir um tempo moral homogêneo em sua constituição mental pela ordem, obediência e sujeição à condição exposta pela moral cristã, produzindo pelo seu moralismo a moderação desejada aos ânimos, costumes e maneiras, pela condenação moral do vício. Como é o caso quando Simão de Nantua no capítulo três vai a um baile e discursa acerca da intemperança, contando uma história aos ouvintes sobre a relação de tal vício (intemperança) e o uso do álcool, apontando que "um só vício basta para inutilizar muitas virtudes. O trabalho também o enfastiava, porque achava mais gosto em despejar o copo, do que em amassar o pão" (JUSSIEU, p.17).

⁸⁹ MONTEIRO, Pedro Meira. Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld. 2001. 285p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270219>>. Acesso em: 28 jul. 2018. Como debatido nesta dissertação, o então Duque de La Rochefoucauld do século XIX, é tido como um dos principais suspeitos de ter financiado o prêmio para o autor que escrevesse a melhor obra de educação moral. A obra vencedora do concurso foi a de Pierre de Jussieu.

Ou mesmo para casos tidos por corriqueiros, como é o caso do capítulo quatro, quando *Simão de Nantua indigna-se contra aqueles que maltratam os animais*.

No âmbito da educação escolar, no capítulo cinco, intitulado "Simão de Nantua inculca as vantagens das escolas onde as crianças se instruem pelo método do ensino mútuo, e conta a história do cavalheiro Paulet", Jussieu em vários capítulos e em suas historietas, breves e pontuais, não deixa de colocar o espaço escolar e da educação como lugares fundamentais para a disseminação de preceitos morais e bons costumes, definindo-a sempre em oposição à miséria, como forma de sobressair-se socialmente pelas maneiras ali adquiridas, pelas funções ali apresentadas. Como veremos em outro tópico desta dissertação, a preocupação do texto de Jussieu em destacar a importância do educar-se no mundo moderno dialoga diretamente com a necessidade de produção de um projeto social moderno que entendesse que o letramento básico, do ensinar a ler e escrever, com a expansão do impresso poderia atuar diretamente por um projeto de conformação das massas pela leitura. Percebe-se neste movimento que a alfabetização das mais variadas classes sociais atuaria como via de mão dupla, ora como forma de submetê-las ao ordenamento social de conformação, ora como possibilidade de empoderamento destas, como se nota no diálogo:

Simão de Nantua. — Engana-se, m.^{me} Bertrand : há aqui escolas de ensino mútuo, nas quais é impossível que não se aprenda. - M.^{me} Bertrand. — Tenho ouvido falar delas, mas não sei o que são. Simão de Nantua. — São escolas onde os meninos se ensinam uns aos outros, com toda a facilidade, a ler, escrever, e contar; onde se ensina o Evangelho, o catecismo, e tudo que é mister que os meninos saibam para virem a ser dóceis, submissos, bons cristãos, e bons súditos; e direi mais, para viverem independentes, porque aquele que nada sabe precisa sempre dos outros, e está dependendo de todos. (JUSSIÉU, p.23)

Sabemos que o que está em jogo na sociedade moderna francesa é também uma vista à educação como forma de distinção social, projeto de distinção da sociedade letrada pela crença em um projeto moderno que viria pelas letras. Apesar disto, o projeto de alfabetização defendido pela sociedade letrada, pode ser pensado como um projeto de alfabetização para controle social, o que ajuda muito a pensarmos o crescimento exponencial da imprensa desde a segunda metade do século XVIII, fundamentalmente, e sua relação com a alfabetização de

classes ditas subalternas. Para sustentar tal noção, é importante destacar que Simão de Nantua não é um personagem real, mas uma representação de tipo ideal do bom cidadão do século XIX francês, que buscará reproduzir-se no Brasil durante todo o Império com suas várias edições, e representaria assim um tipo ideal em consonância com o modelo de sociedade reflexo de seu pensamento, conservador da ordem e sobretudo moral vigentes, como é destacado por Simão ao apontar a função das escolas de ensino mútuo, que deveria ensinar os princípios do cristianismo, tornasse os corpos obedientes, dóceis, política e socialmente, como destaca Foucault, ao apontar que "é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" e que:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada. (FOUCAULT, 2009)

Assim sendo, o projeto de educação presente na obra de Jussieu a partir de Simão de Nantua atuaria em duas vias, a da domesticação dos corpos pelo ensino enfiado de conformação e obediência à ordem vigente, controlando os ânimos sociais em um dos momentos mais conturbados politicamente da história moderna e outra de um projeto moderno que em uma via de mão dupla poderia também empoderar camadas sociais até então distantes do acesso ao letramento e conhecimento de funções fundamentais ao cotidiano desta sociedade, que exigia cada vez mais o letramento para lidar com suas sempre novas dinâmicas no interior de uma França e mundo em intensa transformação. Apesar de várias as possibilidades, não podemos negar pela análise da obra, que dentre seus interesses, os mundos da política e da moral seria o epicentro de tal discurso, pois sobre o ensino mútuo, Jussieu cita na narrativa que:

(...) assim durou até vir a revolução, que acabou com o estabelecimento. Todavia, em quanto as nossas desgraças faziam jazer no esquecimento este método precioso, um estimável Inglês, por apelido Lancaster, descobria-o também na sua pátria, e fazia-lhe presente dele. Daqui

procede chamarem-lhe algumas pessoas o método de Lancaster. (JUSSIEU, p.26)

A preocupação em torno da temática é tão fundamental a Jussieu que ainda no capítulo seis quando "Simão de Nantua leva à escola os meninos, que perdiam o tempo sem aprenderem", o autor após explicar o método, quando explica a forma de ensino, onde "todos trabalhavam juntos. Os principiantes formavam letras na areia, os outros escreviam na pedra o que lhes ditava o monitor; finalmente, os mais adiantados escreviam em papel, e já muito bem" (JUSSIEU, p.28), coloca Simão de Nantua que em um diálogo com uma senhora acrescenta:

"Olhai, senhora, nossos filhos são mais felizes do que nós o fomos. Tudo isto não existia no nosso tempo. Não era brincando que nos ensinavam a ler, e creio que ainda conservo alguns sinais das pancadas que recebi de meu mestre. Confessai que nos ficaria mal deixar nossos filhos na ignorância e ociosidade, e desprezar todos os exercícios que nos são oferecidos para os instruir. A ignorância e a ociosidade são tamanhos males! é terreno onde nascem e crescem todos os vícios. (JUSSIEU, p.29)

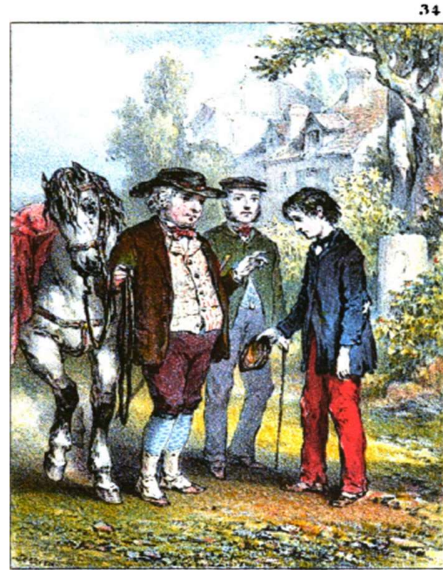
A percepção do presente exposta por Nantua ao comparar sua infância com a dos seus filhos se assemelha com a de um futuro sempre mais desassombrado, e de um presente que sempre se coloca como progresso, como superação do antigo. Para "garantir o futuro" era necessário embarcar nos caminhos dos tempos de seus filhos, de enquadrá-los em uma lógica convencidos de que pela obediência à ordenação vigente e moral nada se deveria questionar ou reclamar, apenas trabalhar. Era preciso pela linguagem das paixões cristãs em oposição às mundanas que se produzisse no imaginário social a ideia de que as mazelas do cotidiano eram resultado de suas próprias ações, e não de fatores externos. Não parece surpresa que a obra tenha se perpetuado no Brasil durante quase todo o século XIX em muitos colégios e locais de instrução moral. E por via de anotação, que ainda dialogue tanto com nosso cotidiano, em pleno 2018, duzentos anos após sua publicação na França.

Compreender tais questões apontadas sobre a obra, o cenário francês e o clima no qual o mesmo se insere no Brasil e sob quais pretextos, passa necessariamente por refletir os climas históricos vividos por ambos. Como destaca Dominique Boxus:

"o pequeno mundo da Restauração Francesa, retratado nos romances de Dumas, Hugo, Balzac e Stendhal, entre outros, é uma sociedade de castas extremamente fechadas. Esse período da história da França vai de 1814, com a queda do Império de Napoleão Bonaparte, até 1830, com a Revolução de Julho. Tem como principal característica a restauração da monarquia. Dois irmãos de Luís XVI ascedem ao poder: Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830). Trata-se de uma reação política, social e cultural, dirigida contra os ideais da Revolução e do Império de Napoleão – o usurpador. (...) Prudente, Luís XVIII outorga ao povo a Carta Constitucional, que dá à burguesia a possibilidade de participar do poder através da Câmara dos Deputados. No entanto, o rei lhe tira esse poder toda vez que isso lhe for conveniente. A Monarquia de Julho tem seu significado expresso nas revoltas parisienses dos Três Dias Gloriosos, ou seja, os dias 26, 27 e 28 de julho de 1830, que têm por consequência a abdicação do rei Carlos X e o fim da Restauração. Esse fato histórico é imortalizado na pintura famosa de Eugène Delacroix: A Liberdade guiando o povo; (BOXUS, 2010)

Interessante refletir que a emergência da obra na França em pleno anos iniciais da Restauração do Trono é sintomática no sentido de estabelecimento de uma moral comum entre os súditos do trono e de estabelecimento da ordem e economia a partir das noções de família, trabalho e ordem como raiz da sociedade, como se percebe no escrito de Jussieu ao apontar que "assim durou até vir a revolução, que acabou com o estabelecimento", apontando sobre o método mútuo de ensino. Na mesma direção, como apontamos nesta dissertação, a primeira citação da obra de Jussieu no Brasil também é sintomática de um movimento radical na política brasileira, a Abdicação de Dom Pedro I em 1831 em favor de seu filho, quando sete dias antes de sua abdicação é publicado pela primeira vez, um aviso sobre a publicação de excertos da obra de Jussieu pelo *Jornal do Commercio*, inagurando com um trecho da obra sobre a necessidade de se respeitar as Guardas Nacionais, sobre o qual nos deteremos mais adiante.

Pedro Meira Monteiro ao analisar o moralismo francês do século XVII pelas máximas de La Rochefoucauld, destaca que "leiam-se as sentenças, publicadas em versão autorizada, pela primeira vez, em 1665, e ficará patente seu caráter descritivo, e a intenção de desvendar uma *mecânica das paixões e dos humores capaz de explicar o humano, reduzido, no discurso moralista, quase a uma máquina*" (MONTEIRO, 2001. *Grifos meus*), não se distanciando muito das máximas de Jussieu em sua obra possivelmente premiada pelo Duque de la Rochefocauld em 1818 (como veremos na continuidade desta pesquisa), como fica destacada na atitude de Simão de Nantua ao no dialogo com um homem em situação de rua:



Conversação com um mendigo .

Imagem 4: JUSSIEU, 1967; p.49.

Não sabeis que é coisa vergonhosa pedir esmola, quando temos braços para ganhar a vida? O Mendigo. — Não tenho achado emprego, meu bom senhor. Simão de Nantua. — E em que sabeis então ocupar-vos? O Mendigo. — Sei muitos ofícios. Simão de Nantua. — Pior ! Mais vale saber bem um só, do que saber mal trinta e seis. Talvez seja por saberdes muitos que não vos empregais em nenhum. Que ofício era o de vosso pai? O Mendigo, — Meu pai tinha loja de sapateiro em Nancy. * Simão de Nantua. — E por que não seguistes a sua profissão? O Mendigo. — Era, esse o seu desejo, e tinha até começado a ensinar-me o seu ofício ; mas isso não me agradava. Aprendi depois a tecelão, cesteiro e carpinteiro; mas todas estas profissões me repugnavam, e eu não queria ser homem de ofício. Simão de Nantua. — Talvez por orgulho ! E que querieis então fazer ? O Mendigo. — Queria ser caixeiro de algum negociante, escrevente de algum tabelião, ou empregar-me em qualquer outro escritório. Com esta esperança saí de Nancy, para ir a Paris : não pude , porém , conseguir nada do que desejava. Tive a desgraça de perder meu pai, depois de ter gasto o pouco dinheiro que me dera cortando muito por si. Finalmente, vi-me sem recurso, e reduzido a pedir esmola, como faço agora. (...) Simão de Nantua. — Eis o estado a que nos reduz a vaidade de nos envergonharmos da nossa condição, e a presunção de querermos sair dela, quando não temos bastante talentos para isso. Se tivésseis

continuado prudentemente o ofício de vosso pai, terieis conservado seus freguezes, e serieis hoje um honrado artista, livre e independente (...). Um homem ocioso, e que nada faz, é um ente inútil na terra, e quando larga a vida, não faz senão aliviar o mundo. Quer Deus que cada um se ache bem no lugar que lhe tem assignado, e sabe melhor que nós aquilo de que precisamos. Fizemos-nos em sua sabedoria, e nunca murmuremos. A religião aí está para nos dar ânimo. Vinde conoco a Semur, amigo, e eu vos acomodarei em uma fábrica de panos ; se vos portardes como bom cristão e homem honrado, vereis que a Providencia terá cuidado da vossa sorte. Simão de Nantua pregava algumas vezes com dureza; mas quando tal lhe acontecia, o sermão era sempre seguido, como vêdes, de algum acto de humanidade, que fazia esquecer a sua severidade. (JUSSIEU, p. 35, 36 e 37)

A assertiva de Monteiro sobre o moralismo francês no XVII e sua permanência no discurso do personagem Simão de Nantua revela a bipolaridade dos sentimentos na narrativa do viajante e o aniquilamento da subjetividade pela *mecânica das paixões e dos humores*, que para Nantua, seria capaz de explicar o insucesso do mendigo, reduzindo-o em seu discurso moralista à um ser desprovido de autonomia, e que sua insubordinação a uma determinada natureza das coisas, difícil de visualizar, se ria o motivos de todas as suas desesperanças. O moralismo exposto no personagem por Jussieu e financiado por La Rochefoucauld confluiria em seu léxico parolavras caras ao campo semântico da palavra sentimento, como é possível notar, senão em todas as citações aqui expostas, ao menos em inúmeras, como na supracitada que nos apresenta ao menos dez, dentre elas: orgulho, esperança, severidade, sabedoria, ociosidade, inútil, alívio, prudentemente, vaidade, desgraça, todas provocadoras de sentimentos, empatia ou repúdio as ações dos mundos da vida do leitor

A tese de que a premiação da obra teria sido financiada pelo então Duque de la Rochefoucauld não parece difícil de encontrar eco no passado de seu próprio título de nobreza e seu histórico moralista destaca por Monteiro, por exemplo.⁹⁰. Se a moral mundana

⁹⁰ Para mais informações ver: Duc de La Rochefoucauld. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Duc_de_La_Rochefoucauld. Acessado em 05 de novembro de 2018. François XII (Alexandre-Frédéric) duque de La Rochefoucauld-Liancourt (Paris , 11 de janeiro de 1747 - 27 de março de 1827). Filantropo, criador da École des Arts et Métiers , propagadora da vacinação na França. Foi ele quem, em 12 de julho de 1789, respondeu a Luís XVI que perguntou "É uma revolta?": "Não, senhor, é uma revolução". Ele estava no partido de oposição liberal durante a Restauração dos Bourbon".

criticada na obra se apresenta como vício e imoralidade à sociedade da Restauração, o moralismo e estratificação de histórico moralista dos La Rochefoucauld já durava séculos. Neste sentido Pedro Meira destaca que:

Na Constituição moral, e deveres do cidadão, publicada entre 1824 e 1825 no Rio de Janeiro, José da Silva Lisboa, conhecido posteriormente por visconde de Cairu, escrevia, para a "Mocidade brasileira", um verdadeiro catecismo, visando a ordenação moral e - aí sim - a prescrição das boas ações, expondo-as, escolasticamente, em oposição às ações desviantes e corruptoras. A descrição da natureza humana, nesta obra moralizadora, pauta-se pela crença nos valores cristãos, em tudo opostos, na visão de Cairu, à "moral mundana" que La Rochefoucauld desenhara em suas máximas. (MONTEIRO, 2001)

O movimento de Cairu entre 1824 e 1825, no contexto da promulgação da Constituição de 24, praticamente seis anos depois da obra Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras ser publicada na França em 1818, demonstra claramente um projeto moralizante para o Brasil, com viés de conformação política e da ordem para a nação recém independente. A tradução e aparecimento da obra de Jussieu no Brasil poucos dias antes da Abdicação de Dom Pedro I em 1831 e sua permanência durante o Império do Brasil é sintomática no sentido de reforçar a noção de um projeto moral para a nação que já estaria há muito em curso, a partir de uma linguagem específica, a saber, a linguagem das paixões, dos sentimentos e de seu campo semântico; podendo se vislumbrar diante de períodos de crise ou mesmo da produção de estabilidade e conformação social pela ordem de uma espécie de animosidade cordial, que na esteira do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, não permitiria aos indivíduos a distinção necessária entre instâncias sociais públicas e privadas, e conseqüentemente sua não dissociação fundamental entre Estado e família. Tal associação é possível de ser notada em uma das falas de Simão de Nantua a um "vinheteiro desanimado", ao qual o viajante daria "esperanças", advertindo-o:

Não desanimeis, pois. Um homem honrado, um homem laborioso nunca morre de fome, nem ele, nem seus filhos. Os cultivadores são o apoio do Estado ; quando também necessitam o Estado vem em seu auxílio. Tranquilizai-vos,

o governo vela por vós, há de diminuir-vos os tributos, e, se for preciso, ele vos dará meios de esperar pela colheita do ano que vem. Animo e força! (JUSSIEU, p.39)

Como se não bastasse às pretensões de organização retórica da obra, a confluência entre família, trabalho, moral e Estado são simbióticas para que a noção de funcionamento ideal da sociedade a partir do moralismo de Nantua possa vigorar no campo de ação da sociedade e fundamentalmente em seu imaginário. O indivíduo, aniquilada sua subjetividade, passa a ser entendido por um discurso meritocrático. O que reforça a ideia supracitada de Pedro Meira Monteiro de que haveria no discurso moralista uma espécie de *mecânica das paixões e dos humores capaz de explicar o humano, reduzido, no discurso moralista, quase a uma máquina*" (MONTEIRO, 2001. *Grifos meus*). A associação do humano ao maquinário em plena industrialização e movimentação social das revoluções em curso nos permite apontar que o personagem Simão de Nantua, retrato ideal do bom cidadão moderno, em seus discursos moralistas desconsidera as condições do indivíduo, jogando seu campo de representação para uma base de confiança na formação do Estado moderno pelo leitor que se identificasse com o personagem, como no caso da identificação do cultivador, um vinheteiro desanimado. Como se fosse possível acreditar que questões sociais como miséria, saúde e educação fossem lugares comuns que poderiam facilmente serem superados à despeito de qualquer coisa, apenas com o trabalho. Era preciso que as bases do Estado moderno fossem pautados primeiramente pelo vies do liberalismo do trabalho e propriedades individuais, e que em casos de revezes, a base da pirâmide seria sustentada pela confiança no Estado como provedor de soluções. Como afirma Marcelo Rangel, para homens como Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manuel Araújo Porto-alegre:

(...) o Império do Brasil deveria ser civilizado, o que equivale a dizer que precisava superar seu modo de ser egoísta, e isto em favor do éthos do amor. Tratava-se, portanto, da superação da herança colonial mais radical, a saber, o costume de pensar e de agir a partir das inclinações, dos apetites, em detrimento dos interesses concernentes à comunidade ou à pátria. (...) Ora mais pessimistas, por vezes desesperados, ora mais otimistas, em relação à possibilidade de concretizar seu projeto civilizador, iam produzindo suas poesias e seus estudos sobre história e economia política a partir de uma dupla estratégia, a saber, seduzir seus leitores provocando-os à assunção do modo de ser do amor, e isto a despeito de uma

decisão racional originária e, a um só tempo, fornecer “lições úteis” fundamentais à conquista do progresso moral e material da pátria, lições dedicadas, em especial, à demonstração lógica da necessidade de se abolir, imediatamente, a escravidão (RANGEL, 2011)

Se tal noção já pode ser percebida em Magalhães e seus colegas, em suas relações com a França fundamentalmente, tal noção já aparece em Nantua desde sua publicação em 1818 na França e sua edição publicada para venda no Brasil em 1830. Defendo assim que já a partir de 1831 com a Abdicação de Dom Pedro I que a construção da obra no Brasil iria confluir dois objetivos fundamentais, o primeiro de estabelecer uma noção de civilidade nos moldes franceses, um projeto de civilização que afastasse o pessoal em detrimento do bem geral da pátria, e outro, que ao "civilizar" a sociedade, estabeleceria na figura do Estado a base de superação para qualquer problema. O problema de tais bases não estaria na lógica aqui exposta, mas na suspensão das mazelas sociais em detrimento de um campo de ação que em todo caso se mostra absolutamente limitado. Apesar dos interesses distintos das duas metades da década de 1830, a estratégia também seria dupla, onde apenas uma delas seriam parecidas na forma e conteúdo, a de "fornecer “lições úteis” fundamentais à conquista do progresso moral e material da pátria". Curiosamente, ainda que estas lições tenham sido empregadas, a escravidão avolumou-se mesmo após a aprovação da Lei de 7 de Novembro de 1831, já na Regência. O Brasil do passado colonial confronta-se com o do futuro e, neste jogo de forças, o passado nem sempre passa.

O capítulo dez da obra que traz no título a *sensibilidade de Simão de Nantua* reforça a confluência entre a busca por um progresso e outro moral e da pátria pela linguagem e de construção das bases do Estado moderno em sua relação com a sociedade, quando o personagem Simão adverte por conta de um falecimento e inventário que:

Um meio excelente de haver sempre *união*, é não ter nunca *interesses* que discutir; porque é o *interesse quem desune* a maior parte das famílias. As leis são feitas para *proteção* de nós todos, e para dar *firmeza* a nossos direitos: se recusarmos a *proteção* delas, e se nos acontecer algum *mal* de quem deveremos queixar-nos? (JUSSIEU, p.42. *Grifos meus*)

A linguagem moral e sentimental expressa por Jussieu para França, utilizaria no Brasil de uma retórica da e para afirmação do nacional do Brasil, para a credibilização das recém fundadas instituições, da conciliação entre as vontades sociais e seu reconhecimento pelo direito. Não me deterei aqui em analisar as particularidades da retórica da afirmação nacional em Simão de Nantua por Jussieu, mas faz-se fundamental apontar que tal retórica teria sua linguagem expressa pelo campo semântico da palavra sentimento como mobilizador das vontades, das ações, da *união*, do freio do interesse que *desune*, do sentimento de *proteção* e do *mal* possível no horizonte, para o qual a sociedade deveria às instituições que resguardariam seus direitos se queixar. Nos conselhos de Nantua era preciso seguir o ordenamento social como condição de possibilidade para a estabilidade social, estabelecer um *éthos* comum na medida em que desvelasse diferenças éticas para as ações, deveria também enquadrar a nação em suas formas de agir, pelo bem comum por uma noção de sentimento capaz de ordenar tais paixões, vícios e virtudes, pois "o merecimento está em seguir o bom caminho, uma vez que se entrou nele. Espero que seja assim que praticareis, amigos: estais em bom caminho; marchai por ele sem desvio, e tende a certeza de que chegareis...aonde? à felicidade que sempre segue a virtude. (JUSSIÉU, p. 46). Neste sentido, a retórica da obra será sempre utilizada como um parâmetro do que deve ser pela negatização da ação contrária.

No capítulo doze o narrador testemunha, companheiro de viagem de Simão narra a história e representação de duas moças, Catharina Gervasia e de Coletta Michaud que no contexto da êxodo da população por busca de oportunidade em Paris, acabam por se defrontar com os impasses éticos e morais caros à época, tanto no que concerne à esses aspectos quanto à representação do feminino naquele contexto, e em suas relações com a prudência e o trabalho, pois "bem sabeis que ambas deixaram esta terra para irem servir em Paris. (JUSSIÉU, p.47). Começando pela história de Catharina, Simão destaca sua trajetória do interior para Paris. O movimento semelhante ao que podemos chamar de um êxodo rural na França dialoga com um desejo incessante por parte de personagens da época de vislumbrarem as luzes, a cidade, a aceleração dos grandes centros agora movidos pela fumaça das fábricas e modernização das cidades.

O desejo por Paris presente em Simão de Nantua, vista como horizonte possível de progresso e modernização reflete uma busca incessante pela modernidade dos grandes

centros. A título de comparação e ilustração, o sentimento de não pertencimento ao lugar de origem presente nas duas garotas pode ser lido como semelhante ao desejo de Julien Sorel por Paris, personagem central do romance "O vermelho e o negro" de Stendhal, que retrata o mesmo período aqui estudado, e traz como subtítulo "Uma crônica de 1830". O desejo por Paris parecia compreensível à narrativa de Simão de Nantua, mas voltada à produção de uma moral necessária aos envolvidos que se destacaria pela exemplaridade da ação e seu desfecho, sempre apontado para o futuro como melhor, como lugar da colheita da valoração moral ali engendrada, como pode-se perceber:

Todos vós sabeis, continuou Simão de Nantua, que Catharina Gervasia era uma boa rapariga, que não era linda, e não tinha a menor pretensão de o ser; mas era dotada de bastante juízo, piedade e amor ao trabalho. Assim, quando partiu para Paris, o único pensamento que levava era trabalhar quanto mais pudesse, para ganhar dinheiro, e poder ser útil a seu pai, já velho e doente. (JUSSIÉU, p.47)

O léxico sentimental expresso na narrativa para caracterização das personagens em palavras adjetivadas como *juízo, piedade e amor ao trabalho*, seriam na obra parte de eixos fundamentais à organização social. O trecho da história parece apresentar uma leve mudança de rumo em sua narrativa, se antes as exemplaridades de Simão apontavam para um campo teórico possível de modos de agir, em outros a narrativa acopla esse método ao da apresentação de resultados da ação prática após a tomada de decisão, estabelecendo uma forte dicotomia entre ações opostas. Era preciso narrar o passado projetando o futuro. Como fica exposto no desfecho da história, que por seu trabalho e virtudes "Catharina, pois, accommodou-se em casa desta, e bem depressa ficou sendo o que se chama em Paris cordon Meti, isto é, principal cozinheira. (JUSSIÉU, p. 49)

A irmã de Catharina, Coletta Michaud seria descrita como uma pessoa que não se adequaria aos preceitos morais expostos pelo viajante, o que por organização da narrativa estaria sempre associada à redução de suas subjetividades:

Coletta Michaud, continuou Simão de Nantua, era muito linda, como acabais de dizer; mas desgraçadamente sabia-o demais, e sobretudo gostava, também demais, que lhe dissessem. Não tinha nenhuma sombra de devoção, e só ia

à igreja quando lhe era impossível deixar de o fazer. Todo o seu cuidado durante a semana não era senão pensar no modo como se vestiria ao domingo, para ir à dança. Receiava atrigueirar a pele, e calejar as mãos, de modo que não gostava de trabalhar, nem no campo, nem na cozinha. Algum pouco trabalho que a obrigavam a fazer era mal feito; porque, em lugar de lhe dar atenção, repassava pela imaginação todos os cumprimentos que havia recebido dos mancebos.

O seu maior desejo era ir a Paris, tendo ouvido dizer que ali havia bastantes divertimentos, e pensava que a cidade lhe convinha mais que a sua aldeia. Todavia, não sabendo a mãe Michaud o que fizesse daquela estouvada, resolveu-se finalmente a manda-la a Paris. No instante da partida deu a Coletta os mais prudentes e maternais conselhos; mas foram outras tantas palavras perdidas : a tresloucada nada ouvia, e só se lembrava da felicidade que tinha de ir viver na cidade. > Pobre Coletta ! Chega: é acomodada por aia de crianças. A desgraçada nenhum jeito tinha para tal. (JUSSIEU, p. 49, 50)

Além da objetificação da personagem, típica "àquela época", que prezava por um modelo de mulher bela, recatada e do lar e pronta aos afazeres domésticos, a crítica à Coletta estaria em sua não conformação à moral cristã e aos bons costumes, onde ser dona de seu próprio destino não estaria em pauta naquela sociedade. Transformava-se assim a representação do humano em uma máquina que deveria bem agir em prol de sua nação e da manutenção de costumes que deveriam garantir ordem social. A modernidade modificaria inúmeros aspectos da sociedade, mas pouco agiria em relação aos lugares sociais e à construção de autonomia no caso brasileiro. A obra ter sido produzida em pleno calor dos anos iniciais da Restauração do Trono seria sintomática para afirmação desta compreensão, porém, tão sintomático quanto possível é a perpetuação da obra no Brasil durante todo o Império. Todavia, o desejo por Paris que citamos e sobretudo por ser moderna fica explícito no relato do narrador testemunha.

Seguindo a análise da obra, o capítulo treze intitulado "Simão de Nantua proclama as vantagens e a história da vacina" nos coloca novamente diante do debate sobre quem teria financiado a premiação da "melhor obra de moral que se desse à luz" pela "(..) virtude modesta de um anônimo (*que se presume ser o duque de La Rochefoucauld*) que pôs à disposição daquela sociedade a soma de mil francos para premiar a obra que se oferecesse mais acomodada para ensinar as máximas de moral cristã e prudência social, que devem dirigir os homens de todas as condições." (*Grifos meus*). A suspeita levantada que aponta o Duque de La Rochefoucauld como financiador encontra eco no histórico do então Duque no século XIX.

Até onde essa investigação pôde alcançar, "François XII Alexandre Frédéric de La Rochefoucauld, duc de Liancourt, puis duc de La Rochefoucauld (1792)" (1747-1827), filantropo, seria o criador da *École des Arts et Métiers*, que teria sido a propagadora da vacinação na França no século XIX. Acredito que além da atenção dada ao caso da vacinação pela obra, o que denota a relação do Duque e sua clara influência na escrita de Simão de Nantua, principalmente por se tratar de um prêmio, a obra deveria agradar aos interesses do financiador dialogando com sua moral, que no caso seria a de Rochefoucauld. Observando sua biografia, nota-se que ele também foi idealizador da *Société de la morale chrétienne* (*Sociedade Moral Cristã*), tema central da obra escrita por Pierre de Jussieu, sintomaticamente, e exigência do concurso que premiaria o livro "mais conveniente à instrução moral e civil" colocando a base da moral cristã como estrutura e base formativa. Neste sentido, parece tornar-se evidente que o financiador da obra à época teria sido o Duque,

55



Imagem 5: JUSSIEU, 1967; p.70

que mesmo perseguido após a Restauração manteria sua atuação institucional filantrópica, sua militância para produção de estabilidade no interior da desordenação social francesa, para Rochefoucauld, produzida fundamentalmente após Waterloo, em 1815⁹¹. O desejo em tecer um tempo que mobilizasse um topos comum pela linguagem a partir de todo campo semântico da palavra sentimento; identificando e redefinindo o humor social, e a partir deste duplo movimento amplificando-o sua orientação pela produção de uma comunidade de sentidos capaz de reorganizar aquela sociedade, a partir da suspensão das personalidade por um todo comum, pelo afastamento do egoísmo como alimentador dos ânimos:

"O herói do livro, tendo feito por quarenta anos, o Tour de France, viajando de feira a feira. Ao vender seus bens, ele enriqueceu a si mesmo, não com dinheiro, mas com uma experiência variada, que lhe permite dar a todos os conselhos bem informados e contar histórias de alta moralidade para os seus bens e edificação pessoal. "

⁹¹ O histórico de La Rochefoucauld nos possibilita reforçar a hipótese, o mesmo teria sido também um reformador social francês, fundou uma escola de artes e ofícios para os filhos dos soldados, que se tornou em 1788 a École des Enfants de la Patrie sob proteção real, após 10 de agosto de 1792, viajou para a Inglaterra, onde foi hóspede de Arthur Young, e depois passou para a América. Governos sucessivos, revolucionários ou não, reconheceu o valor de suas instituições em Liancourt, e ele foi por 23 anos inspetor do governo de sua escola de artes e ofícios, que havia sido removido para Chalons. Ele foi um dos primeiros promotores da vacinação na França; ele estabeleceu um dispensário em Paris, e ele era um membro ativo dos conselhos centrais de administração de hospitais, prisões e agricultura. Sua oposição ao governo na Câmara dos Pares levou à sua remoção em 1823 dos cargos honorários que ocupou, enquanto o comitê de vacinação, do qual ele era presidente, foi suprimido. As academias da ciência e da medicina o admitiram como protesto. A hostilidade oficial o perseguiu mesmo após sua morte (27 de março de 1827), pois os antigos alunos de sua escola foram cobrados pelos militares em seu funeral. (Tradução livre). Filantropo, criador da École des Arts et Métiers, propagadora da vacinação na França. Foi ele quem, em 12 de julho de 1789, respondeu a Luís XVI que perguntou "É uma revolta?": "Não, senhor, é uma revolução". Ele estava no partido de oposição liberal durante a Restauração dos Bourbon". Para mais informações sobre o Duque, ver: 1911 Encyclopædia Britannica/La Rochefoucauld-Liancourt, François Alexandre Frédéric, Duc de. Disponível em: <https://en.wikisource.org/wiki/1911_Encyclop%C3%A6dia_Britannica/La_Rochefoucauld-Liancourt,_Fran%C3%A7ois_Alexandre_Fr%C3%A9d%C3%A9ric,_Duc_de>. Acessado em 11 de dezembro de 2018. Société de la morale chrétienne. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Soci%C3%A9t%C3%A9_de_la_morale_chr%C3%A9tienne>. Acessado em: 11 de dezembro de 2018.

Para mais sobre o levantamento aqui colocado e mais relações possíveis ver links: François XII Alexandre Frédéric de La Rochefoucauld, duc de Liancourt, puis duc de La Rochefoucauld (1792), Pair de France (1747-1827), homme politique, scientifique et philanthrope français, 1829. Disponível em: <<http://parismuseescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/francois-xii-alexandre-frederic-de-la-rochefoucauld-duc-de-liancourt-puis-0#infos-principales>>. Acessado em 11 de dezembro de 2018. Duc de La Rochefoucauld. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Duc_de_La_Rochefoucauld. Acessado em 05 de novembro de 2018. François XII (Alexandre-Frédéric) duque de La Rochefoucauld-Liancourt (Paris 11 de janeiro de 1747 - 27 de março de 1827). Journal de la Société de la morale chrétienne Société de la morale chrétienne. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5701449m.texteImage>>. Acessado em 11 de dezembro de 2018.

Simão de Nantua teria sido aspirante ao mundo eclesiástico, como apresentado nos primeiros parágrafos da obra. Sua descrição que revela um sujeito abnegado e afastado do egoísmo pela troca de experiência, parece não só revelar um humor expresso pela caridade ou pela semelhança ao voto de pobreza da vida eclesiástica, mas assemelha-lo à representação do missionário abnegado dos prazeres e que encontra sentido no altruísmo, uma espécie de jesuíta moderno. O mercador seria assim um missionário da modernidade idealizado por Jussieu e La Rochefoucauld. O horizonte que se abria permitia na obra a confluência necessária entre uma moralidade que não precisaria ser cristã para sua assimilação, também por não se tratar de conceitos forjados no interior do cristianismo, mas principalmente porque a linguagem a linguagem sentimental seria mobilizadora de empatia do leitor, por retratar em sua narrativa os mundos da vida e mazelas do cotidiano caras à qualquer classe social. O que Simão faz é apresentar ao leitor um novo mundo, o moderno, e sobretudo a França moderna que seria modelo de “civilidade” ao Brasil, principalmente a partir da década de 1830.

Simão de Nantua, seja na França ou no Brasil, respeitando-se suas particularidades, é parte de um projeto político bem claro e delimitado, mas também a permanência e continuidade de sentidos morais do passado que estavam em dissolução na modernidade. Sua assimilação na França e no Brasil, principalmente por não ter recebido oposição do trono devido ao seu forte viés moralista, revela um medo ou receio pela perda e distanciamento incessante do passado e deve-se fundamentalmente pela dificuldade daquela sociedade em formular novos sentidos que pudessem dar conta da erupção contínua de eventos desencadeados pela Revolução Francesa e pelo projeto de *crítica e crise*⁹² que a antecedeu. (KOSELLECK, 1999)

A obra de Jussieu e suas pretensões, demonstram uma grande ambivalência, pois na medida em que aponta os vícios da sociedade, tece críticas ao comportamento desordenado, apontando formas de se bem viver em acordo com a moral, buscando produzir uma máxima estabilidade para a França, caso parecido que ocorrerá em sua aplicação no Brasil a partir de 1830. O que parece estar em jogo é a aniquilação ou não da conformação com qualquer

⁹² Koselleck irá apontar em sua tese duas fases que movimentam seu trabalho. A primeira seria o absolutismo que condiciona a gênese do Iluminismo e este, por sua vez condiciona a gênese da Revolução Francesa.

espécie de torpor social e moral que pudesse inibir qualquer movimento ou provocar indiferença. O esforço era duplo, de amenizar o humor social pela prudência e acelerar o tempo pela ação moral e civil, que levaria sempre a um futuro melhor; no caso do Brasil, nas palavras de Januário da Cunha Barboza em 1830, para uma “civilização *que* marcha prometendo-nos um futuro mais desassombrado”⁹³. É importante tecer uma crítica sobre esse ideal de civilização trazido à baila por esse conceito de Modernidade. Ela apresenta sua face grotesca em um país que a despeito de buscar certos ideais civilizacionais promoveu o maior afluxo de população escrava da história da humanidade e dizimou e escravizou inúmeras populações indígenas. Essa Modernidade burguesa, portanto, não era linear e/ou homogênea, ela é terrivelmente ambivalente.

As pretensões políticas de La Rochefoucauld e sua filantropia de valorização moralista deveriam ser exercidas como forma mesma de expor os vícios propagados seja pela sociedade burguesa em suas modificações ou mesmo pelo governo ao qual se opunha e era perseguido. Porém, tais pretensões buscariam atender também a pretensões sociais e de educação pública, como fica explícito para casos como o da saúde pública, temática abordada na obra. No que tange a tais aspectos, quando "Simão de Nantua proclama as vantagens e a história da vacina", fica clara tais pretensões:

Que pensarieis vós de uma mãe, que, tendo pão em casa, deixasse morrer o filho a fome? Que pensais de uma mãe, que deixa o filho exposto ao perigo de uma moléstia quase sempre mortal, quando tem ao lado de si todos os meios de a prevenir? Uma negligência tão criminosa mereceria grave castigo. (JUSSIÉU, p.54)

A forma abordada na obra sobre a importância da vacina acabaria atuando não apenas como mobilizador da opinião pública que conduziria a condição de possibilidade para a realização de um clima desejado, e de metas alçadas ao ideário moral e político da obra e do tempo histórico que estava em curso, seja para presente ou com vistas ao futuro mas também à instrução civil sobre modos de agir diante de imprevistos e contingências, como seria o caso da *bexiga*, conhecida como varíola, em continuidade ao excerto supracitado:

⁹³ BNRJ. SPR. Império do Brasil: Diário Fluminense. Rio de Janeiro, n.96, Sexta-feira, 01 de Maio de 1830.

A beneficência do Governo tem estabelecido por toda a parte casas de vacinação; todos podeis mandar vacinar vossos filhos, e aqueles que se recusam a isso, quer por *obstinação*, quer por *negligencia*, são *criminosos* para consigo mesmos, para com o Governo, para com a sociedade. *Comprometem a existência* da geração nascente, alimentando uma moléstia contagiosa. Quereis *conservar* vossos filhos? ou estimais antes expor-vos a *perdê-los*, ou vê-los *desfigurados*, e até talvez cegos, visto que esta enfermidade tão *temível* é a mais das vezes consequência das *bexigas*? Ah! crede-me, aqueles d'entre vós que *desprezam* uma *precaução*, que é já uma *obrigação sagrada*, hão-se um dia *arrepender-se*.

Só na vossa vila *as bexigas* deviam arrebatam cada ano uma dúzia de crianças, pelo menos. São outras tantas *vítimas* que a vacina deve *salvar* hoje. Vejo, porém, entre vós alguns, que mostram abanar a cabeça, e desconfiar do preservativo. Não são esses uns bons doutores, para cuidar que sabem mais que os médicos de todos os países? Talvez que tivésseis mais confiança nas drogas de algum charlatão, que vos enganasse com boas palavras (JUSSIEU, p. 56). Grifos meus.

Conforme apontamos acima, La Rochefoucauld seria um dos primeiros promotores da vacinação contra a varíola (bexiga) na França. O aparecimento da doença na obra coincide com o tempo histórico da descoberta da vacina por Edward Jenner em 1796 e das estatísticas por morte pela *bexiga*; doença esta que já tinha ceifado a vida de 5 reis, e no século XVIII matava cerca de 400 mil europeus por ano⁹⁴.

A relevância dada ao tema revela também a preocupação da obra em confluir aspectos de organização social que estivessem em diálogo direto com acontecimentos e problemas sociais. A temática da saúde pública na obra busca lidar com as mazelas trazidas pela varíola, que devastava a Europa, através da educação, e que em sua narrativa revelaria formas de educar-se para o asseio público que poderiam aplicar-se de maneira geral pelos comportamentos e maneiras em qualquer situação como nota-se no capítulo dezenove:

Tudo naquela casa era excessivamente imundo, e a mesma

⁹⁴ Para mais informações sobre o processo de descoberta da vacina por Edward Jenner ver o interessante artigo de: ANSEDE, Manuel. Em busca do segredo da primeira vacina da humanidade, que erradicou a varíola. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/ciencia/1503587279_312148.html>. Acessado em 02 de dezembro de 2018.

mãe e os filhos eram o que a casa tinha de mais sujo. Não pôde ele persistir muito tempo calado, e falou deste modo aquela mulher : — Minha boa senhora, sabeis que a vossa casa não é das mais asseadas, e que vos expondes muito, não tendo maior cuidado dela, de vossos filhos, e de vós mesma? A miséria não pode desculpar a falta de asseio, porque finalmente o ar e a água são coisas que pertencem a todos. Não percebo como podeis viver aqui dentro. Esta mesma imundice custa-vos mais caro do que pensais; é extremamente nociva à saúde, e não me admiraria que vos causasse alguma doença, ou aos vossos filhos. Nada é mais doentio do que respirar constantemente um ar inficionado e corrupto. (JUSSIEU, p.86)

Tratava-se assim de creditar e reforçar o estatuto de cientificidade da sociedade moderna, da confiança que se deveria estabelecer indivíduo cientificamente formado⁹⁵. No tocante à narrativa e linguagem, os recursos utilizados se relacionariam como uma retórica da afirmação íntima ao campo semântico dos sentimentos e dos humores, como pode-se notar na continuidade da (es)história:

Talvez que não saibais o que é a vacina? pois então vou eu ensinar-vos como ela se descobriu. Depois, tem havido quem diga que a vacina é causa de outras doenças. Os *imbecis* assim acreditam; mas são *contos tolos*: o seu efeito, é somente impedir que venham as bexigas. Disse-vos que todos aqueles que não fazem vacinar os filhos se hão de *arrepender*. Olhai, eis o que eu presenciei em uma das minhas viagens. Uma mulher tinha dois filhos; mas amava um com mais decidida *preferência* do que o outro. Esta preferência é *sempre criminosa no coração de uma mãe*; ofende a natureza. *Deus* também *castigou* aquela mãe. Consentiu ela em deixar vacinar o filho que *amava menos*, mas temeu expor o outro à influência de um preservativo cujos preciosos efeitos ignorava. Que aconteceu? Deram as bexigas na terra. O filho preferido estava sem defesa contra o contágio; adoeceu, e morreu ele. » O outro não foi acometido, e ainda vive. Habitantes de Bar-sur-Aube! fugi de *imitar*' esta *desgraçada* mãe, duas vezes *criminosa* e bem *cruelmente* castigada! Eis o que eu queria dizer-vos. (JUSSIEU, p. 57)

⁹⁵ Fenômeno social distinto do comportamento e pensamento do brasileiro médio atual, que às custas de racismo, ignorância e egoísmo, fazem algo que não pôde ser visto nem mesmo na obra de Jussieu, exatos 200 anos de seu lançamento; que é o exercício de desacreditar a medicina, a ciência e a empiria, como vemos sobre o caso da medicina cubana atuante no Brasil e o projeto escuso de fundar o Programa Mais Médicos.

A retórica exaustiva e bem articulada com recurso ao fim trágico, coloca o egoísmo como um não-lugar a ser rejeitado e afastado pelo corpo social. Fundamental que fosse o aviso e luta pela diminuição e vacinação contra a varíola, adjetivações como *criminosa* que ocupa espaço na mesma linha com a palavra *coração*, buscam colocar em cheque uma oposição sentimental, distinguindo aparência e essência como forma de convencimento.

O impulso da narrativa na descrição da mãe coloca em questão um comportamento próximo ao dos românticos, pelo distanciamento do topos do egoísmo enquanto formador da sociedade moderna, como é o caso do pensamento de Gonçalves de Magalhães no Brasil e em sua relação com a França, apontada por Marcelo Rangel:

(...) que na medida mesmo em que se dedica à investigação da história da poesia no Brasil, Magalhães vai compreendendo que o “egoísmo” teria se naturalizado, ou ainda, teria se tornado o horizonte doador de sentidos que orientava pensamentos e ações, ideias e costumes, e isto ao longo dos séculos nos quais o Brasil fora colonizado por Portugal. Entre otimismo e esperança, por um lado, e pessimismo e desconfiança por outro, continua insistindo em seu projeto de civilização do Império, entretanto tem de abdicar desse passado no que concerne à construção de uma história comum e grandiosa e adotar uma argumentação propriamente metafísica. (RANGEL, 2011)

Seja pela linguagem da obra aqui estudada, anunciada no Brasil a partir de 1830 e em confluência com a linguagem sentimental dos periódicos à época da Abdicação, acredito ser possível identificar uma linguagem e produção romântica não credenciada já nos periódicos brasileiros, e que este projeto colocado em curso por Magalhães a partir de 1836, teria sua “gênese” no projeto político que culminaria na Abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho. O pensamento romântico levado a cabo pelos primeiros românticos brasileiros, diretamente ligados à França, teve suas primeiras e decisivas atuações no interior da cultura impressa, o que possibilitaria após a morte de Dom Pedro I em Portugal e o fim da possibilidade de regeneração de Portugal no Brasil, a criação de uma Revista Niterói em 1836 e a do IHGB dois anos depois. A partir de um projeto e ideário político, romântico e literário que há muito estavam em curso.

O romantismo enquanto movimento bem delimitado e ordenado seria levado a cabo a partir do manifesto de Magalhães em seu *Discurso sobre a história da literatura no Brasil, manifesto publicado na Revista Nitheroy em 1836*, o que não inviabiliza a afirmação de sua intensa atuação, de seu germe e de sua receptividade no interior de um dos momentos mais ricos e conturbados do Brasil oitocentista, entre 1831 e 1834 como analisamos no início desta dissertação. A crítica ao egoísmo exposta por Jussieu para o cenário francês aplicara-se ao Brasil em sentido similar, como meio de conformação da sociedade pela busca de um horizonte comum. A obra em sua composição apresentaria sentidos universalizantes para a modernidade que assim também se colocava, para a civilização do Império, porém não se afastaria de sentimentos e ordenações metafísicas, como apontado por Rangel. Neste caso a argumentação propriamente metafísica estaria na obra em duas frentes, uma que não lançaria mão do lugar do divino, como supracitado, mas que também utilizaria de situações hipotéticas, a partir de historietas, para conformação da opinião pública em torno de um sentido comum, que “entre otimismo e esperança, por um lado, e pessimismo e desconfiança por outro, continua insistindo em seu projeto de civilização do Império, entretanto tem de abdicar desse passado no que concerne à construção de uma história comum e grandiosa (...)”. (RANGEL 2011). Esta crítica também feita àqueles que aderiam a uma ideia centralizadora de Império, como José Bonifácio, ao elemento federalista instrumentalizado na linguagem liberal. Bonifácio dizia que estes querem ser “Bispos sem papa”, já que pretendiam instalar o federalismo para poder gozar de proeminência em suas regiões, esboçando, dessa forma, o egoísmo dessas personagens.

Os capítulos da obra parecem apresenta-se sempre como sequenciais e reforçador da narrativa do capítulo anterior, no capítulo quatorze, Simão sentencia colocando no lugar da própria obediência à qual requeria em seu discurso, ao destacar que os seus “oficiais também me estimavam, porque eu sabia obedecer, era fiel a minhas obrigações, observante da disciplina”. (JUSSIÉU, p. 62). A importância deste capítulo da obra para este trabalho revela-se no sentido de fortalecer a relação e comprometimento direto de Jussieu e La Rochefoucauld com o tempo e clima histórico no qual viviam. Todos os aspectos do ideário político e social deveriam alinhar-se em uma narrativa que pudesse servir de modelo para várias gerações, como foi o caso do Brasil, que até onde se pode analisar, utilizou da obra

como material de educação moral e cívica por quase todo o Império.

No campo do direito e das instituições modernas que ali se formavam, era fundamental às pretensões e orientações moderadas da obra moral que sociedade adquirisse confiança na eficácia da justiça e por ela se empoderasse, ocupando espaços de poder por pretenso modelo de ideal republicano e de participação na vida pública, como nota-se:

(...) rendeiro Morin - fui citado como jurado para o tribunal de Laon. É a primeira vez que tal me acontece, e confesso-vos que bem quisera escusar-me. Simão de Nantua. — Escusar-vos! e porquê? Primeiramente não o podeis; depois é uma *obrigação* à qual os cidadãos *probos* não devem desejar subtrair-se. Não sabeis que o julgamento por jurados é uma das mais *preciosas instituições* que possuímos? Suponhamos que vos acusavam injustamente; não estimaríeis ser julgado por homens vossos iguais, que não pudesse ser guiado pela *paixão*, pelo *interesse*, pelo *temor*, nem adormecidos pela indiferença? Como poderíeis então lembrar-vos de negar aos outros esses direitos que a *lei* lhes concede, e que reclamaríeis para vós mesmo? Se queremos *conservar as nossas boas instituições*, é mister que nos sujeitemos às *obrigações* que elas nos impõem⁹⁶. (JUSSIÉU, p.94)

Segundo Lynn Hunt o que estaria em jogo no processo aberto pela Revolução Francesa seria uma *politização do dia-a-dia*, que “era tanto uma consequência da *retórica revolucionária* como a rejeição mais consciente da política organizada. Politizando o cotidiano, a Revolução aumentou imensamente os pontos de onde o poder podia ser exercido e multiplicou as táticas e estratégias para exercê-lo. Recusando o especificamente político, os revolucionários abriram campos nunca sonhados para o exercício do poder”. O diagnóstico de Hunt de que a “a política não invadiu o cotidiano de repente”, e que tanto participantes e observadores ao perceberem que algo de novo e inquietante ocorria na França, passaram a explicar tais ocorrências por meio de símbolos, assim como por metáforas, encontra eco na representação do rendeiro Morin, que mesmo convidado a exercer a posição de jurado, não sabia ao que sua designação correspondia exatamente. Seria assim, através da retórica revolucionária de aprofundamento das instituições e modernização dos aparatos burocráticos,

⁹⁶⁹⁶ Grifos meus.

a partir de um personagem de imaginação e de toda sua simbologia, que a educação cívica de Nantua deveria ser transmitida para tomada de decisão de Morin, ou melhor, para os leitores aos quais à obra pudesse alcançar. A obra mais do que nunca pretendia “educar” a sociedade para a modernização que estava em curso. (HUNT, 2007, p.81). Após detalhar à Morin sobre as funções, modos de agir e deveres de um jurado, o personagem central adverte o jurado sobre sua ética e política de julgamento que:

“(…) conforme o que tiverdes ouvido, vos convencerdes que o acusado é criminoso, também o sereis vós mesmo muito mais, se declarardes o contrário, como já vo-lo disse. Mas, se tiverdes a menor dúvida, se não achardes motivos suficientes de convicção, deveis responder não, porque é muito melhor expor-nos a absolver um réu, do que arriscar-nos a condenar um inocente”. (JUSSIÉU, p. 95)

Interessante notar que mesmo com as discontinuidades da obra em relação às políticas do Antigo Regime e a presença dos ideais republicanos, como fica exposto na ética de Simão sobre a instituição moderna do júri popular⁹⁷, Lynn Hunt destaca que “Tocqueville observou há tempos que os revolucionários, na verdade, não destroçaram o Estado monárquico, mas melhoraram sua burocracia e poderes administrativos. Os sonhos modernizadores da monarquia tornaram-se realidade sob a República” (HUNT, 2007, p.80). A intenção de mapear o movimento das instituições no interior da obra, reflete uma necessidade de identificação de situações em que as ideias foram concebidas e sobre as quais repercutiram seguidamente, destacando os sentidos em que as ideias foram concebidas, algo próximo à analítica e metodologia cara à história das ideias. Tal exercício, mesmo que para a França, nos possibilita pensar um movimento análogo na história do Brasil a partir da Abdicação de Dom Pedro I e dos movimentos locais brasileiros.

A filosofia moral moderna não submeteria mais a política ao seu escopo, antes pode ser vista como condição de possibilidade para ordenação social e dos ânimos e sentimentos na vida pública, pois, como destaca “o personagem quando tiverdes posto todo o vosso cuidado em averiguar a verdade, seja qual for o resultado do negócio, tendes preenchido o vosso encargo, e podeis dormir tranquilo (JUSSIÉU, p. 96). A universalidade pretendida pelas teorias morais iluministas, segundo Koselleck, ultrapassaria todas as fronteiras que a

⁹⁷ Nos debates da Constituinte brasileira de 1823 o júri popular foi incorporado ao projeto de constituição apresentado ao Imperador em setembro de 1823. Depois foi incorporado Constituição de 1824.

política havia traçado até então. Assim sendo, a constelação básica do século XVIII que consistia no desdobramento da moral em virtude da estabilidade política, sofre uma mudança radical, onde a abertura diagnosticada pelo autor, de um novo espaço e de uma moral burguesa capaz de se desenvolver ao mesmo tempo que a burguesia usufruiria de estabilidade na esfera civil, a partir da crença histórico-filosófica do homem burguês no progresso moral, que ganharia evidência histórica no pano de fundo da segurança vigente (KOSELLECK, 1999, p.46).

Tais pretensões parecem se mostrar detalhadas na obra de Jussieu, que superaria até mesmo a compreensão de que o progresso moral seria produto da estabilidade política. Para Koselleck esta estabilidade repousava numa constituição política à qual a moral deveria necessariamente se subordinar. A questão central para o autor é que no curso de seu desenvolvimento, o mundo moral que se baseava na ordem política, teve que se desvencilhar desta ordem, e o iluminismo visto como desmascaramento, passa a considerar a política somente sob o ângulo da consciência esclarecida, do exame de consciência para o bem agir (KOSELLECK, 1999, p.47). Além de creditar a importância das instituições modernas, a obra de Jussieu revelaria em sua narrativa as obrigações cívicas e morais do homem moderno.

Simão de Nantua finaliza o capítulo dizendo a Morin, que “não vos esqueça principalmente que ides preencher uma obrigação da maior importância, e que o julgamento por meio do júri é um dos maiores benefícios das nossas modernas instituições.” (JUSSIÉU, p 97). No bojo do argumento de Koselleck, é possível compreendermos a adesão da obra, pois a consciência esclarecida moderna permitiria nesta nova ordem, que a relação indireta com a política fosse determinante para a ascensão do homem burguês. O que estaria explícito, é que na batalha travada e implementada pela crise desvelaria uma espécie de tribunal da moral, onde em representação o homem burguês esclarecido produziria sua própria medida de ação. A justiça venceria sobre o despotismo, inaugurando um novo cenário de participação, capaz de produzir estabilidade para os mundos da política. Estas noções e hipóteses transparecem na sequência da obra de Jussieu no tocante a votação e eleições, quando Simão é requisitado à aconselhar no tocante as eleições dos representantes locais:

Quereis que vos diga quais são os homens em quem deveis votar? Se nesta terra há algum bom cidadão tido por amante da sua pátria, que tenha mostrado firmeza em tempos

díficeis, que tenha feito bem aos desgraçados, que seja de gênio prudente e pacífico, e considerado como homem de espírito ilustrado, a esse deveis incumbir os vossos interesses; porque estareis certo que os defenderá bem. Sabeis que é um belo *direito* aquele que à *constituição* vos dá de nomeardes vós mesmos os homens que hão de fazer as leis às quais haveis de obedecer? Isto vos afiança que os tributos nunca serão maiores do que o exigirem as necessidades do Estado, e que nunca excederão os vossos meios. Há homens que desdenham ir à assembleia eleitoral usar deste direito precioso. Esses homens são cidadãos indiferentes ao bem geral e a seus próprios interesses. Vejo com satisfação que não sois deste número, senhores, e que cuidais seriamente neste importante negócio. Mas, como acabo de dizer, o essencial é fazerem-se boas escolhas. Por exemplo, *deve haver cuidado de não nomear cabeças turbulentas*, que só acham seu bem-estar na agitação e nos desconcertos dos negócios. A Constituição é uma voz que vos diz: Eis aqui os vossos direitos; conhecei-os e guardai-os: eis-aqui as vossas obrigações; conhecei-as e observai-as. Tudo se encerra nisto, e é ao que devemos ligar-nos. Quando todos os Franceses conhecerem bem a constituição do seu país, é então que serão grandes e fortes. (JUSSIÉU, p.108)

Inaugura-se assim um clima de otimismo frente à necessidade cada vez maior de produzir um futuro melhor, seja a partir da noção iluminista de progresso ou mesmo pela invasão espontânea de sentidos produzidos pela modernidade. O otimismo emergente não seria resultado de um momento estável na cena pública, mas antes, e fundamentalmente da eclosão de demandas e crises até então inéditas, resultado também da crítica iluminista instaurada a partir da segunda metade do século XVIII. O tempo histórico descrito em *Nantua* parece convergir com a necessidade de balizar sentimentos e ações para tomada de decisões. A emergência de uma obra como *Simão de Nantua ou o mercador de feiras* não parece ter sido ocasionada por um tempo estável onde sua narrativa apenas conformaria o tempo mantendo a estabilidade do corpo político e social, mas lançaria alternativas para a superação da crise e miséria na França nos anos iniciais da Restauração do Trono. A obra ter sido lançada em 1818 parece sintoma direto de tais hipóteses.

Era preciso a partir das instituições, moral, civismo e polidez modernas produzir a França e Brasil (para os efeitos dos usos da obra no Brasil) do futuro com vistas ao presente. Tal inclinação seria fortemente motivada pela percepção clara de distanciamento do passado como modelo fixo de exemplaridade para tomada de decisão, pelo esgotamento do topos da

historia magistra vitae, nos termos descritos e já bem trabalhados de Koselleck. (KOSELLECK, 2006).

A imprecisão do tempo e o distanciamento com o passado produziria a utopia burguesa de que a modernidade seria um lugar para todos os corpos, a partir de noções como civilização, polidez e sobretudo trabalho. Não espanta que as partes mais fortes e frisadas da obra façam menção ao trabalho como garantia de um futuro melhor. A utopia burguesa produziria sensações de esperança e otimismo depositadas nas instituições. Lynn Hunt afirma que “à medida que ruiu a posição sagrada do rei na sociedade, a linguagem política tornou-se cada vez mais investida de significado emocional, até mesmo de vida e morte” (HUNT, 2007, p.42). Tal assertiva fica explícita na obra quando o narrador testemunha, no capítulo doze, na história de Catharina Gervasia e de Coletta Michaud, ambas seguem caminhos diferentes, uma próxima e outra afastada da prudência. Na historieta Catharina, devido ao seu trabalho, empenho e prudência, ascende socialmente, enquanto Coletta adoece e aparentemente vai à óbito, segundo Nantua, por motivo de sua imprudência e vaidades excessivas, advertindo aos ouvintes e leitores para não esquecerem “da história de Coletta para entreter o horror que deve inspirar o vício; pensai muito na história de Catharina para vos animar cada vez mais à virtude” (JUSSIÉU, p. 71).

A ruína progressiva de modelos do passado coloca em xeque nesta pesquisa a necessidade de identificação da linguagem de forma mais horizontal, nos termos descritos por Hunt, de olharmos a linguagem segundo seus padrões internos e suas conexões com outros aspectos da cultura política⁹⁸. Para o autor:

(...) a linguagem revolucionária não simplesmente refletiu as realidades das mudanças e conflitos revolucionários; ela própria foi transformada em instrumento de mudança política e social. Neste sentido, a linguagem política não foi meramente a expressão de uma posição ideológica determinada por interesses políticos e sociais subjacentes. A própria linguagem ajudou a moldar a percepção dos interesses e, portanto, o desenvolvimento de ideologias. Em outras palavras, o discurso político revolucionário foi

⁹⁸ Nem sempre a linguagem burguesa da modernidade triunfante produzia efeitos na realidade concreta, como nos já citados casos da escravidão e da dizimação das populações indígenas no Brasil oitocentista.

retórico; foi um meio de persuasão, um modo de reconstituir o mundo social e político. (HUNT, 2007. p.47)

O diagnóstico de Hunt nos permite, mesmo que para o ano de lançamento da obra na França em 1818 e sua publicação no Brasil a partir de 1830, afirmar que o lançamento de Simão de Nantua, e sobretudo a abertura de um concurso e premiação para produção da melhor obra de educação moral e cívica deve-se à necessidade de através da linguagem e de historietas do cotidiano de tecer um tempo estável. Tanto para a França que havia passado por uma revolução em 1789, três anos antes da publicação ter passado em 1815 pela Restauração do Trono, seguido em 1830 pela Revoluções liberais de Julho e para o Brasil, que além das influências sofridas pelos movimentos de Paris, teria em 1831 a Abdicação de Dom Pedro I, produtora de crises, insurreições e revoltas durante toda a década, principalmente até a morte de Dom Pedro em Portugal em 1834 a tarefa não seria fácil. Era preciso neste sentido reconstituir e revestir de sentido pela linguagem a sociedade nova que se formava. Não seria atoa que o aparecimento da obra nas duas nações coincidiria com um dos momentos mais ricos e conturbados de suas histórias na busca pela produção de medidas que buscassem orientar minimamente em direção a um futuro; que assim como o horizonte, nunca chegava, que a cada passo em sua direção outro passo lhe subtraía a caminhada. A modernidade criaria uma ilusão de ótica para qualquer tentativa de domínio e controle para o futuro aberto e suas possibilidades que se colocavam. Na modernidade o discurso não substituiria os lugares de poder, antes o aprofundariam sua linguagem pela consagração jurídica moderna e de suas instituições. Tal percepção de crise e de creditação das instituições revela-se latente na advertência de Nantua sobre o pagamento de impostos:

Ah ! se o Governo vos impusesse tributos arbitrários, eu desculparia as vossas murmurações; mas o Governo não o faz, nem o pôde fazer. A *Carta constitucional* aí está, que assegura os vossos *direitos, e propriedades*. Mas, para que ela os "assegure sempre, cumpre que vós mesmos comeceis *obedecer*. Quereis que os *estrangeiros* digam que não sois dignos de ter uma constituição livre, nem boas leis, porque não sabeis *sujeitar-vos* ao que elas vos impõem? (...) Dir-me-eis que os tempos são cruéis, e que tendes sofrido muito. Sei tudo isso; mas, para chegarmos a melhor estado de cousas, devemos *resignar-nos a sofrer ainda algum tempo com animo*. (...) O *trabalho* e a *indústria* são os únicos *remédios verdadeiros para curar a miséria*, e quem é industrioso e laborioso não tem que receiar a penúria. Não

é pela desesperação que vencereis as dificuldades; porque a desesperação aumenta as dívidas, e o trabalho paga-as. Aquele que se levantar mais cedo para trabalhar desempenhar-se-á o primeiro. Confiai em Deus, amigos, que ele vos ajudará; sede *submissos* às leis do vosso país; trabalhai com ardor, e vivei com *prudente* economia. (JUSSIEU, p.117, 118)

Uma das qualidades da obra que justificam sua permanência e sucesso na França durante todo o século XIX, como apontamos, e no Brasil durante praticamente todo o Império, deve-se a sua flexibilidade discursiva, de maneiras ajustáveis aos mais variados contextos. As noções de resignação, submissão e sujeição ao bem comum orientados pela emergência dos Estados-nação atuavam balizando as paixões e ânimos que não estivessem de acordo com a ordem almejada. Os ideais iluministas franceses se colocariam como universais a partir de uma expectativa onde a Europa deveria civilizar o mundo e servir de modelo contra o que podemos denominar por uma antropologia individualista. As pretensões universalistas das constituições civis e morais, das maneiras modernas se estenderiam até mesmo aos monumentos públicos e à historicização do cotidiano e passado, a partir de sua reescrita e reformulação de suas compreensões. As manifestações públicas revolucionárias na tentativa de romper com o passado, iriam se relacionar até mesmo com a destruição de monumentos públicos que pudessem remeter ao passado, e fundamentalmente ao passado absolutista.

Como destaca Marionilde Magalhães em sua resenha para a tese de Koselleck de 1953, “a inocência moral leva à desobediência, que leva à revolta, que resulta na guerra civil. A crise significa então o tribunal da moral, onde vencerá o despotismo ou a justiça.” (MAGALHÃES, 2001). A tese de Koselleck produzida nos instantes posteriores ao fim da segunda guerra mundial, da apuração de crimes, e da reorganização dos países envolvidos, parece apontar para uma necessidade urgente de não sobreposição da vontade sobre a tradição. A vida pública assim organizada, sem qualquer referência com imagens de passado, levaria a uma suspensão da moral e ética básicas, ao aniquilamento da tradição e ao esquecimento do terror, que levaria conseqüentemente a um estado de inocência, este, provocador de uma guerra civil:

Demorei-me muito tempo a contemplar aquele lindo

edifício, tão perfeitamente conservado, e que não sofreu o menor insulto na época em que se destruíam tantas cousas boas. Semelhante espetáculo sugeriu-me uma série de reflexões, que me levaram a conceber mui favorável opinião da prudência dos habitantes de Amiens. Tanto me parece aflitivo ver mutilar os monumentos públicos, que são propriedade nacional, quanto me parece honroso e digno de um povo esclarecido respeitar e preservar de toda a espécie de ultrajes esses mesmos *monumentos que atestam a um tempo a gloria, a riqueza e o gênio de uma nação*. Seus estragos causados pelo tempo apresentam um triste espetáculo, ao menos envolve-se nisso alguma coisa de sublime e de majestoso, que faz que ainda nos comprazamos em o contemplar; mas a destruição produzida pela mão dos homens nada tem de belo; tudo nela é hediondo. (...) Em quanto *novos monumentos se erguem para perpetuar a recordação do gênio de nossa idade, honremos, respeitemos, conservemos os antigos testemunhos do gênio de nossos pais, cuja gloria é nossa herança*. A nossa terra é rica em monumentos de magnificência nacional e utilidade pública. Os estrangeiros veem contemplar estas belas propriedades, e tributar respeito ao povo que as criou. Tem-nos elas adquirido a admiração do mundo e até a de nossos inimigos. (JUSSIEU, p.110, 111, 112)

A preocupação monumentalista em Nantua evidencia a necessidade de valoração do passado apenas em um sentido antropológico, de um estabelecimento de sentidos para o universo caótico que ali predominava. Perder as referências de passado, seria para a França, ou para qualquer outra nação, como lançar mão da aurora de seus feitos e do estabelecimento de sua grandiosidade atual. Educar-se para a preservar do patrimônio em Nantua, vai além de uma simples manutenção do passado, mas antes da necessidade de ressignificação do passado e controle de seus símbolos. O passado serviria como modelo de comparação dos avanços, progressos da civilização e assim como base para aquilo que não deveria se repetir, não mais como sentido de exemplaridade para tomada de decisões no presente.

A influência dos movimentos franceses sob o Brasil aqui já explorados, tornaria possível que a obra de Jussieu na perspectiva universalista francesa se tornasse modelo para outras nações, como foi para o caso brasileiro e também português. Neste sentido, e por fim, é possível notar que a preocupação da obra com a educação técnica, sobretudo em agricultura, pode até mesmo ter repercutido no Brasil através de José Bonifácio de Andrada e Silva

O vastíssimo Brasil, situado no clima mais ameno e temperado do Universo, dotado da maior fertilidade natural, rico de numerosas produções, próprias suas, e capaz de mil outras que facilmente se podem nele climatizar, sem os gelos da Europa e sem os ardores da África e da Índia, pode e deve ser civilizado e cultivado sem as fadigas demasiadas de uma vida inquieta e trabalhada, e sem os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa. Dai-lhe que goze da liberdade civil, que já tem adquirido; dai-lhe maior instrução e moralidade, desvelai-vos em aperfeiçoar sua agricultura, em desempençar e fomentar a sua indústria artística, em aumentar e melhorar suas estradas e a navegação de seus rios; empenhai-vos em acrescentar a sua povoação livre, destruindo de um golpe o peçonhento cancro que o róí, e que enfraquece a sua força militar, força tão necessária nas atuais circunstâncias, que não pode tirar de um milhão de escravos, e mais, que desgraçadamente fazem hoje em dia um terço pelo menos da sua mesclada população: então ele será feliz e poderoso. (SILVA, 1823)

A divulgação da obra de Jussieu no Brasil não se daria de forma desordenada ou não relacionada com o projeto de Brasil de setores moderados, não seria uma simples mimetização e aplicação às cegas de uma obra estrangeira. Antes, faria parte de um projeto político, que para o caso da agricultura, por exemplo, encontraria eco desde as proposições de José Bonifácio. A diferença fundamental é que entre Bonifácio em 1823 e a divulgação da obra francesa no Brasil momentos antes da Abdicação de Dom Pedro I, representariam momentos diferentes da história brasileira. O Brasil do início da década de 1830 daria início ao seu projeto de fundamentação de sua identidade nacional e distanciamento de seu passado relacionado à Portugal; enquanto o Brasil recém independente e proposto por Bonifácio deveria ser civilizado para a regeneração de Portugal e de sua decadência simultaneamente física e moral, como destaca Valdeci Araujo. (ARAUJO, 2008. P. 31). Apesar das distinções necessárias, o que parece claro é que os usos e apropriações de *Simão de Nantua ou o mercador de feiras* no Brasil corresponderia a um desejo incessante pela modificação dos rumos da história brasileira e de nossa entrada nos quadros da ilustração.

Os interesses de Bonifácio com a agricultura e seu desenvolvimento nos trópicos faria parte de um projeto educacional de formação moderna, o que permitiria que a intenção de promoção da agricultura e cultivo de nossas terras se mantivesse através da obra de Jussieu e pudesse ser levado a cabo com maior intensidade a partir dos anos que seguiram à

Abdicação em 1831 e à morte de Dom Pedro em Portugal, inviabilizando qualquer possibilidade de Regeneração de Portugal no Brasil. A geografia e clima destacados seria fundamental ao Brasil na construção de uma autonomia e ineditismo para formas de cultivo. Se para a França, a frase de Jussieu no encerramento da obra, afirmando que “a agricultura é que pôde fazer da nossa terra o país mais rico do mundo” referindo-se ao caso francês, faria tanto sentido no Brasil quando no velho mundo, sua realização é que não. (JUSSIEU, p.170)

Classificação dos capítulos do livro de acordo com a natureza do conteúdo:
*Conselhos Práticos, Edificação de valores, Educação Cívica*⁹⁹

Simão de Nantua ou O mercador de feira. Seguido das suas obras Posthumas. Por Lourenço de Jussieu.

Índice dos capítulos

Capítulo 1º – Quem era Simão de Nantua (Apresentação com edificação de valores)

Capítulo 2º – Simão de Nantua vai à feira de S. Claudio, onde encontra mercadores, charlatães, jogadores e ciganos. (Conselhos práticos)

Capítulo 3º – Simão de Nantua vai a um baile, fala acerca da intemperança, e conta a este respeito uma história (Edificação de valores)

Capítulo 4º – Simão de Nantua indigna-se contra aqueles que maltratam os animais (Edificação de valores)

Capítulo 5º - Simão de Nantua inculca as vantagens das escolas onde as crianças se instruem pelo método do ensino mútuo, e conta a história do cavalheiro Paulet (Conselhos práticos)

Capítulo 6º - Simão de Nantua leva à escola os meninos, que perdiam o tempo sem aprenderem (Educação cívica como necessidade)

Capítulo 7º - Simão de Nantua concilia dois Litigantes (Conselhos práticos)

Capítulo 8º - Conversação de Simão de Nantua com um mendigo, e lição proveitosa para os orgulhosos e preguiçosos. (Edificação de valores)

Capítulo 9º - Simão de Nantua inspira a resignação e dá esperanças a um vinhateiro desanimado (Conselhos práticos)

⁹⁹ As classificações escolhidas para os capítulos fazem parte de uma experiência primária para o desenvolvimento de um trabalho hermenêutico e de análise da linguagem que pudesse ter em vista as temáticas abordadas. A separação se divide da seguinte forma: Conselhos práticos 10 capítulos | Edificação de valores 19 | Educação cívica 6 | Conclusão 1 | Classificação indefinida ou com aspectos misturados 2.

Capítulo 10º - Sensibilidade de Simão de Nantua, e bons conselhos que dá por ocasião de um falecimento e de um inventário (Conselhos práticos)

Capítulo 11º - Grande satisfação que experimenta Simão de Nantua, vendo que seus conselhos aproveitaram (Edificação de valores – Gozo, satisfação)

Capítulo 12º - Simão de Nantua narra a história de uma moça laboriosa, e a de outra indolente. História de Catharina Gervasia. História de Coletta Michaud. (Edificação de Valores – trabalho)

Capítulo 13º - Simão de Nantua proclama as vantagens e a história da vacina (Educação cívica)

Capítulo 14º - Simão de Nantua contempla com enternecimento o quadro que lhe apresenta um casamento feliz e virtuoso. (Edificação de valores)

Capítulo 15º - Diversos encontros de Simão de Nantua na estrada real, e bons conselhos que dá acerca de diferentes objetos (Conselhos práticos)

Capítulo 16º - Simão de Nantua chega à um palácio e indigna-se da ingratidão dos criados para com seus amos (Edificação de valores – gratidão)

Capítulo 17º - Simão de Nantua passa a noite em um corpo de guarda, onde acha ocasião de dizer boas coisas acerca da guarda nacional¹⁰⁰ – (Educação cívica)

Capítulo 18º - Fala que Simão de Nantua faz a uns curiosos que iam em chusma ver a execução de um condenado à morte (Conselhos práticos)

Capítulo 19º - Simão de Nantua prova que o asseio nada custa (Conselhos práticos – higiene)

Capítulo 20 – Assiste Simão de Nantua à festa dos anos do rei (Edificação de valores)

¹⁰⁰ Este capítulo teve um excerto do capítulo publicado no “Diario Mercantil, ou Novo Jornal do Commercio, edição 182, terça-feira, 29 de março de 1831”, 9 dias antes do evento de 7 de Abril de 1831, dia da Abdicação de Dom Pedro I. O restante do capítulo seria publicado semanalmente a partir daquela data, como abordaremos a seguir.

Capítulo 21º - Simão de Nantua explica a um novo jurado a natureza e importância de suas funções (Indefinido)

Capítulo 22º - Boa lição que Simão de Nantua dá àqueles que acreditam em duendes (Conselhos práticos)

Capítulo 23º - Simão de Nantua anima ao trabalho alguns pastores descuidados e preguiçosos (Edificação de valores. Trabalho)

Capítulo 24º - Predentes conselhos que Simão de Nantua dá a uns eleitores que iam para a assembleia eleitoral (Conselhos práticos)

Capítulo 25º - Reflexões do companheiro de Simão de Nantua acerca do respeito devido aos monumentos públicos. (Educação cívica)

Capítulo 26º - Simão de Nantua tapa a boca a uns homens que se ocupavam em murmurar, narrando-lhes uma história. História do Tio Paradiso (Edificação de valores - sabedoria)

Capítulo 27º - Simão de Nantua ora ao povo sobre a necessidade de pagar exatamente os tributos (Educação cívica)

Capítulo 28º - Simão de Nantua indigna-se contra a falta de respeito devido aos mortos (Edificação de valores – respeito)

Capítulo 29º - Simão de Nantua tem um encontro do qual se prova que os glotões são castigados pela mesma gula (Edificação de valores – apetência moderada, auto conhecimento)

Capítulo 30º - Simão de Nantua encontra um operário, seu conhecido, acabando o seu giro pela França (Indefinido)

Capítulo 31º - Simão de Nantua fala da inveja, e sustenta que os invejosos não engordam nem enriquecem (Edificação de valores)

Capítulo 32º - Simão de Nantua faz conhecer as vantagens do novo sistema de pesos e medidas (Educação cívica)

Capítulo 33º - Simão de Nantua é testemunha d'uma aventura noturna em que se mostram os funestos efeitos da cólera. (Edificação de valores)

Capítulo 34º - Simão de Nantua vai à igreja, canta no coro, e ouve o sermão d'um cura, que acha ser seu conhecido antigo (Edificação de valores pelo religioso)

Capítulo 35º - Simão de Nantua janta em companhia em casa de cura; quer provar por meio de fatos a verdade do que aquele dissera, e conta uma história. História dos dois irmãos Marcellos: nascimento e educação de Jeronymo e de Luiz. (Edificação de valores)

Capítulo 36º - Continuação da história dos irmãos Marcellos, narrada por Simão de Nantua: mal procedimento e fim trágico de Jeronymo. (Edificação de valores pelo bem proceder)

Capítulo 37º Fim da história dos irmãos Marcellos narrada por Simão de Nantua: bom procedimento e prosperidade de Luiz (Edificação de valores pelo bem proceder)

Capítulo 38º Conclusão

Obras Posthumas de Simão de Nantua, coligidas por seu antigo companheiro de viagem: obra que mereceu da Academia Franceza um prêmio extraordinário procedente da Fundação Montyon. Por Lourenço de Jussieu. 1829

- Advertência do companheiro de viagem de Simão de Nantua, em que se vê como acabou este personagem.

- A sabedoria de Simão de Nantua

- A jurisprudência de Simão de Nantua

- A medicina de Simão de Nantua

- Aforismos de Simão de Nantua

- Bondade de Simão de Nantua

- Religião de Simão de Nantua

- Parábola de Simão de Nantua

Prólogo

Recomendação para leitura

Qualquer semelhança com nossa realidade e com o que irá perdurar (por longos e longos anos) de nossas mazelas atuais deve ser respeitada, refletida, sintase livre pra qualquer associação. Recomendo a leitura com vistas ao século XIX e à formação do pensamento político, moral e social brasileiro pós Independência, como deveria de ser, pelas limitações postas aqui. Como uma tentativa mesmo de contribuição à historiografia brasileira. Todavia, sem perder de vista que a linguagem, o moralismo e sentidos que essa pesquisa tenta refletir é mais que nunca, um grito, para que possamos perceber que em vários aspectos, o século XIX é logo aqui, não tão distante. Que esta pesquisa não compactua com fascismo, com conservadorismo. Que uma pesquisa, que um cenário político, que o egoísmo, que uma burocracia...pode sim nos adoecer, mas nunca nos fazer perder de vista que Ele Não, Ele Jamais, tudo que esse grito representa pelo direito à vida!

Por força da contingência histórica, da força e sentimento que a política move em nós, nesta dissertação de mestrado optei por pequenas intervenções “anacrônicas” no campo do discurso de modo à representar formas análogas entre o discurso presente na obra e o discurso político neofacista que duzentos anos depois ainda encontra eco pela moralização da política e da vida que não nos permite ainda sermos donos e donas de nossos próprios corpos e destinos e abrir caminho para outras comparações livres. Em outras na maioria das partes optei por permitir que a capacidade do leitor faça seus próprios movimentos de comparação.

Em minhas primeiras aulas como aluno de graduação na UFOP, um querido professor ensinou que o anacronismo é um problema, que aprenderíamos sobre seu desuso, para um dia entender sua benção. O dia chegou.

No XIX ou XXI existimos e resistimos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. P.111.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia Historia*, Nº. 45, 2011, pp. 75-95.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009, p. 281- 303.

BARBOSA, Ricardo. A especificidade do estético e a razão prática em Schiller. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 229-242, Dec. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200008&lng=en&nrm=iso. access on 02 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2005000200008>.

BOXUS, Dominique M. P. G. A França no século XIX: história, literatura e arte. Uma contribuição para os estudos em literatura comparada no Brasil. *A palo seco*. Ano 2, n. 2, 2010.

CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e história. In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.

DINIZ, Bruno. Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente. *História da historiografia*, número 02, março 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). Disponível em <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847872/mod_folder/content/0/ARLETTE%20MEDEIROS%20GASPARELLO%20-%20A%20PEDAGOGIA%20DA%20NA%20C3%87%20C3%83O%20NOS%20LIVROS%20DID%20C3%81TICOS%20DE%20HIST%20C3%93RIA%20DO%20BRASIL%20DO%20COL%20C3%89GIO%20PEDRO%20II.pdf?forcedownload=1>. Acessado em 30 de junho de 2017.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. Uma rápida emergência do “clima de latência”. In.: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010a.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 138.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995). O Homem Cordial, In: “Raízes do Brasil”. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 147 páginas

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.

_____. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014. 281.

_____. Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LIMA, Jocilene Pereira; Barbosa, Socorro de Fátima Pacífico. Uma história da leitura: a virtude e a moral em *História de Simão de Nantua*. II LIHED. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Jocilene_P_Lima.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2016.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. KOSELLECK, Reinhart. Crítica e Crise (resenha). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 517-524. 2001

LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LUSTOSA, Isabel. "Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 176 (466): 61-86, jan./mar. 2015.

MEDEIROS, Bruno Franco. Plagiário, à maneira de todos os historiadores. Jundiaí, Paco Editorial: 2012;

MONTEIRO, Pedro Meira. Um moralista nos trópicos. O Visconde de Cairu e o Duque de la Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

MOREL, Marco. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

PALTI, Elias. “Introducción”. In KOSELLECK, Reinhart. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Introducción de Elias Palti. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

PHILLIPS, Mark Salber. Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000

POCOCK, J.G.A. El debate del siglo XVIII: virtude, pasión y comercio. In: El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Tecnos, 2002.

_____. Cidadania, Historiografia e Res Publica. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2013. Kindle Version.

RAMOS, André da Silva. Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto – ICHS. Departamento de História – PPGHIS, 2013.

RANGEL, M. de M. Romantismo, Sattelzeit, melancolia e clima histórico (Stimmung). Revista eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 5, p. 53-62, 2014. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/3060>. Acesso em: 11 setembro e 2018.

RANGEL, Marcelo; RODRIGUES, Thamara. História e modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. Revista Redescições – Revista on line do GT de Pragmatismo Ano 3, Número 4, 2012

RANGEL, Marcelo de Mello. Poesia, história e economia política nos *Suspiros Poéticos* e *Saudades* e na *Revista Niterói* : os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil.

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2011.

ROCHA, Luciane Paraiso. Imprensa e impressos para a civilidade da infância: representações e apropriações (Vitória na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. 2012.

FONTES

Advertência dos editores. In; JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J .P. AILLAUD, GUILLARD e c^a., 1867

ANDRADA, Francisco Ladislau Alvares d'. História de Jose de Faro ou o mercador ambulante: seus conselhos e experiência oferecidos aos seus compatriotas. Londres, 1832. Disponível em <
https://books.google.de/books?id=MptAAAAAMAAJ&pg=PA102&lpg=PA102&dq=%22simon+de+nantua%22&source=bl&ots=CY1g7TIA5C&sig=yoqzwG67y2k_biI9-Gi3tvfvTa4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwixwfK3idDPAhXjA8AKHaUDCTY4FBD0AQgjMAE#v=onepage&q&f=false>. Acessado em 04 de julho de 2017.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembleia Geral Constituinte e legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura (1823); in: DOLHNIKOFF, Miriam (Org). José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil. São Paulo: Cia das Letras, PubliFolha, 200, p.40.

Annaes do Parlamento Brasileiro. n.01, sessão de 12 de maio de 1826.

BARBOZA, Januário da Cunha. Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas. In: José Américo Miranda (org.). Parnaso brasileiro de Januário da Cunha Barboza. Disponível em < <http://www.lettras.ufmg.br/site/e->

[livros/Parnaso%20Brasileiro%20de%20Janu%C3%A1rio%20da%20Cunha%20Barbosa.pdf](https://books.google.com.br/books?id=MTxAAAAAYAAJ&pg=PA105&dq=Sim%C3%A3o+de+NantuaNantua&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=Sim%C3%A3o%20de%20Nantua&f=false).
Acessado em 05 de maio de 2017.

Bibliotheca Familiar e Recreativa, Offerecida A' Mocidade Portugueza. N.º 1. Volume V. Lisboa, 1836. Na Imprensa Nevesiana. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=MTxAAAAAYAAJ&pg=PA105&dq=Sim%C3%A3o+de+NantuaNantua&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=Sim%C3%A3o%20de%20Nantua&f=false>. Acessado em 10 de abril de 2016.

BNRJ. SPR. A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, n.440, sexta-feira 21 de janeiro de 1831. Grifos meus.

BNRJ. SPR. Aurora_Fluminense. Rio de Janeiro, n.470, segunda-feira, 11 de abril 1831

BNRJ. SPR. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, n.138, quarta-feira, 25 de junho de 1834.

BNRJ. SPR.. Diario Mercantil, ou Novo Jornal do Commercio, edição 182, terça-feira, 29 de março de 1831.

BNRJ. SPR. O Universal. Ouro Preto, n.08, quarta-feira, 03 de agosto de 1825.

BNRJ. SPR. Annaes do Parlamento Brasileiro. n.01, sessão de 12 de maio de 1826.

BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.469, 08 de Abril de 1831.

BNRJ. SPR. O Brasileiro Imparcial, terça-feira, 26 de outubro, anno de 1830. N. 87. Edição 25

BNRJ. SPR. Império do Brasil: Diário Fluminense. Rio de Janeiro, n.96, Sexta-feira, 01 de Maio de 1830.

BNRJ. SPR. O Universal. Ouro Preto, n.08, quarta-feira, 03 de agosto de 1825.

BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*. Rio de Janeiro, n.1, Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1827, p. 2.

BNRJ. SPR. Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, n.181, terça-feira 29 de março de 1831.

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acessado em 15 de junho de 2016. XXXI

JUSSIEU, Laurent de. Simon de Nantua ou Le Marchand forain. Libraire Colas. Paris, 1880. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k109174w/f5.item.r=Nantua.zoom>>. Acessado em 20 de junho de 2017. Tradução minha. Grifos meus.

JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J. P. AILLAUD, GUILLARD e c^a., 1867.

Legislação Informatizada – LEI DE 15 DE OUTRO DE 1827 – Publicação original. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acessada em 10 de junho de 2016.

LISBOA, José da Silva. História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil. 4vol. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826-1830

LISBOA, José da Silva. Constituição moral, e deveres do cidadão, com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824-1825, 3 vols., seguidos de um "Supplemento à Constituição Moral contendo a exposição das principais virtudes e paixões", e um "Appendice das Maximas de La Rochefoucauld, e Doutrinas do Christianismo".

MACEDO, Joaquim Manoel de. Nina. 2^a edição. Garnier, Livreiro Editor, Rio de Janeiro, 1871

MAGALHÃES, D.J.G. de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, A. (Org.). **Caminhos do Pensamento Crítico**. Rio de Janeiro: Pallas; M.E.C., 1980 [1836].

Disponível em: <<https://archive.org/details/simondenantuaoul00juss>> Acessado em 15 de maio de 2017.

Portais

Filipe Ferreira de Araújo e Castro. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Filipe_Ferreira_de_Ara%C3%BAjo_e_Castro>. Acessado em 05 de julho de 2017.

Laurent-Pierre de Jussieu: < https://fr.wikipedia.org/wiki/Laurent-Pierre_de_Jussieu>. Acessado em 15 de maio de 2017.

MOREL, Maeco. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>> Acessado em: 20 de Agosto 2014.

Société pour l’instruction élémentaire. Disponível em < <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=3647>>. Acessado em 16 de maio de 2017. (Tradução minha)

Société de la morale chrétienne. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Soci%C3%A9t%C3%A9_de_la_morale_chr%C3%A9tienne>. Acessado em: 11 de dezembro de 2018.

François XII Alexandre Frédéric de La Rochefoucauld, duc de Liancourt, puis duc de La Rochefoucauld (1792), Pair de France (1747-1827), homme politique, scientifique et philanthrope français, 1829. Disponível em: <<http://parismuseescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/francois-xii-alexandre-frederic-de-la-rochefoucauld-duc-de-liancourt-puis-0#infos-principales>>. Acessado em 11 de dezembro de 2018.

Duc de La Rochefoucauld. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Duc_de_La_Rochefoucauld. Acessado em 05 de novembro de 2018. François XII (Alexandre-Frédéric) duque de La Rochefoucauld-Liancourt (Paris , 11 de janeiro de 1747 - 27 de março de 1827).

Journal de la Société de la morale chrétienne Société de la morale chrétienne. Disponível em:
<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5701449m.texteImage>>. Acessado em 11 de
dezembro de 2018.